



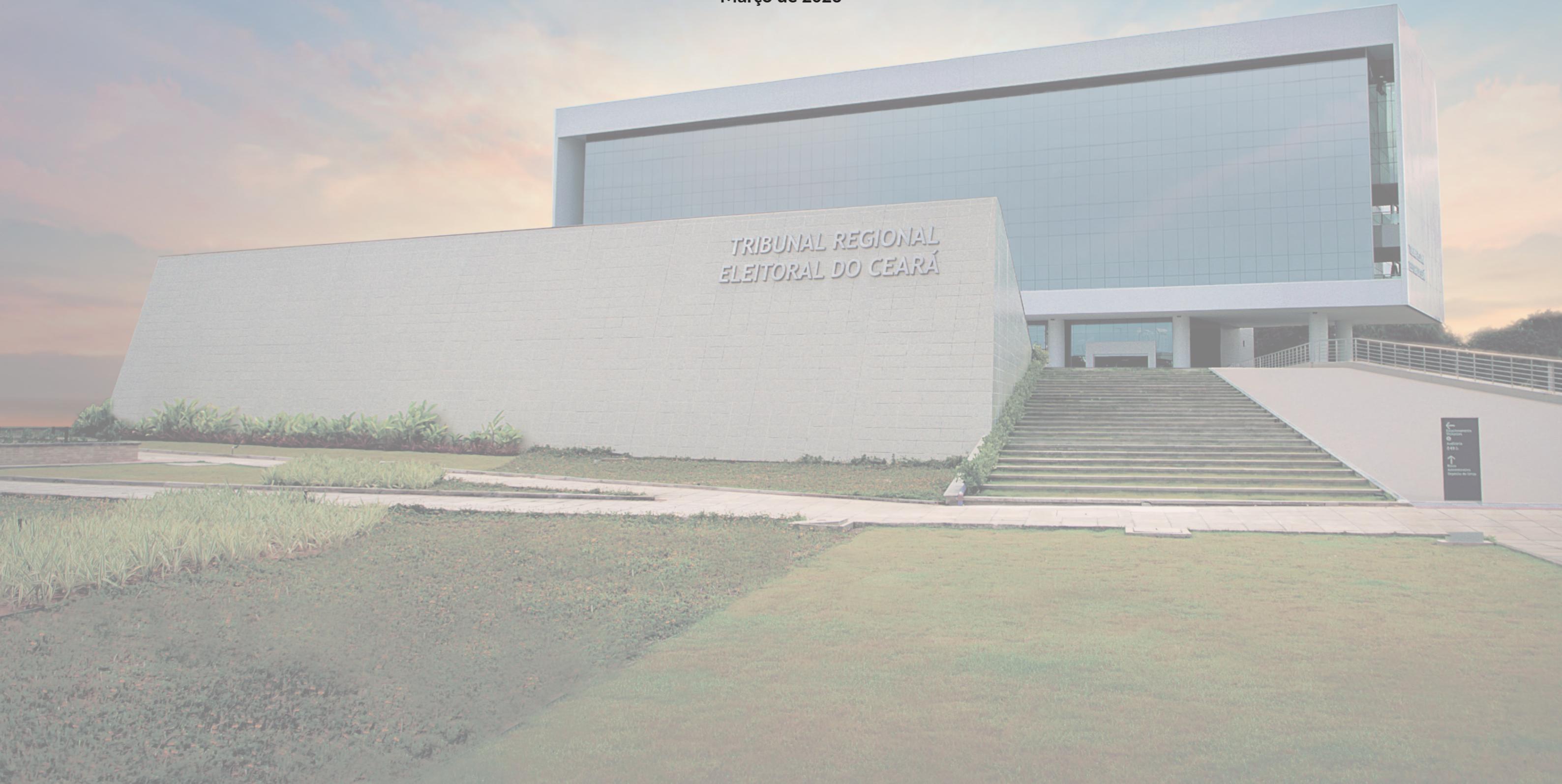
# Relatório de Gestão 2022



Relatório de Gestão do exercício de 2022, apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual prevista nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e da Decisão Normativa TCU nº 187/2020.

Fortaleza - Ceará

Março de 2023



## Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Rua Dr. Pontes Neto, s/n – Engenheiro Luciano Cavalcante  
Fortaleza-CE – CEP: 60.813-600  
[www.tre-ce.jus.br](http://www.tre-ce.jus.br)

O presente Relatório Anual de Gestão tem o propósito fundamental de prestar contas à sociedade e aos órgãos de controle das ações empreendidas e dos recursos utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) no ano de 2022. Ademais, este documento visa a dar ampla publicidade e transparência aos atos praticados com o intuito de atingir os objetivos estratégicos da instituição e de alcançar as metas projetadas para o exercício em análise.

Sua elaboração foi guiada pelas diretrizes e orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União nos normativos adiante relacionados:

- Instrução Normativa TCU nº 84/2020 – Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente;
- Decisão Normativa TCU nº 187/2020 – Divulga a relação das unidades prestadoras de contas (UPC), na forma do disposto no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, estabelece os elementos de conteúdo do relatório de gestão e define os prazos de atualização das informações que integram a prestação de contas da administração pública federal, nos termos do art. 5º, § 1º e art. 6º; art. 8º, inciso III e § 3º; e art. 9º, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020.

## ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL

Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (ASPEG)  
[aspeg@tre-ce.jus.br](mailto:aspeg@tre-ce.jus.br)

## ARTE E EDITORAÇÃO

Seção de Editorações e Publicações (SEIT)

Estrutura geral do relatório:

Mensagem do Presidente

1. Visão geral da organização e do ambiente externo
2. Governança e gestão estratégica
3. Riscos e integridade
4. Desempenho institucional
5. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

## FOTOS E FIGURAS

Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial (ASCOM)  
Seção de Arquitetura e Engenharia (SAREN)  
Freepik (<https://br.freepik.com/home>)  
Unsplash (<https://unsplash.com/>)

Este Relatório de Gestão e os dos anos anteriores  
estão disponíveis em [versão digital](#).

## Lista de Siglas e Abreviações

<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnicas
<b>ABDJ</b>	Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
<b>AIJE</b>	Ação de Investigação Judicial Eleitoral
<b>ANADEP</b>	Associação Nacional dos Defensores Públicos
<b>APP</b>	Associação Peter Pan
<b>ASCIR</b>	Assessoria de Compliance, Integridade e Riscos
<b>ASGAD</b>	Assessoria de Governança e Gestão Administrativa
<b>ASGES</b>	Assessoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão
<b>ASGEP</b>	Assessoria de Gestão de Pessoas
<b>ASGOP</b>	Assessoria de Governança e Gestão de Pessoas
<b>ASLIC</b>	Assessoria Técnica de Licitações
<b>ASE</b>	Atualização da Situação do Eleitor
<b>ASES</b>	Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios
<b>ASSEG</b>	Assessoria de Segurança
<b>ASEGI</b>	Assessoria de Segurança Institucional
<b>ASJOP</b>	Assessoria Jurídica e Operacional de Gestão de Pessoas
<b>ASTIC</b>	Assessoria de Governança e Gestão de TI
<b>ASPEG</b>	Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão
<b>BI</b>	Business Inteligence
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CAZAM</b>	Coordenoria de Apoio às Zonas
<b>CDTIC</b>	Comitê Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>CEATE</b>	Central de Atendimento ao Eleitor
<b>CEDESPE</b>	Comitê de Enfrentamento à Desinformação e Divulgação da Segurança do Processo Eleitoral
<b>COAUD</b>	Coordenadoria de Auditoria Interna
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CGAIS</b>	Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde

<b>CGU</b>	Controladoria Geral da União
<b>CIEE</b>	Centro de Integração Empresa Escola
<b>CJ</b>	Cargo em Comissão
<b>CNJ</b>	Conselho Nacional de Justiça
<b>CODAP</b>	Coordenadoria de Base de Dados e Aplicações
<b>COE</b>	Comitê Estratégico
<b>COGES</b>	Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão
<b>COGEI</b>	Coordenadoria de Gestão da Informação
<b>CPCAI</b>	Comissão Permanente de Cidadania, Acessibilidade e Inclusão
<b>CPE</b>	Comitê Permanente de Ética
<b>CPFem</b>	Comissão de Participação Feminina
<b>CRC</b>	Conselho Regional de Contabilidade
<b>CRE</b>	Corregedoria Regional Eleitoral
<b>CREA</b>	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
<b>DIGER</b>	Diretoria-Geral
<b>DJE</b>	Diário da Justiça Eletrônico
<b>DOU</b>	Diário Oficial da União
<b>EAD</b>	Ensino à Distância
<b>EC</b>	Emenda Constitucional
<b>EJE</b>	Escola Judiciária Eleitoral
<b>ENCCLA</b>	Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
<b>ENTIC-JUD</b>	Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
<b>FC</b>	Função Comissionada
<b>GND</b>	Grupo Natureza de Despesa
<b>IAD</b>	Índice de Atendimento à Demanda
<b>IDS</b>	Índice de Desempenho de Sustentabilidade
<b>ICES</b>	Instituto Cearense de Educação dos Surdos

## Lista de Siglas e Abreviações (continuação)

<b>IIRC</b>	International Integrated Reporting Council
<b>IJCPM</b>	Instituto João Carlos Paes Mendonça de Compromisso Social
<b>iGG</b>	Índice de Governança e Gestão
<b>iGovTIC-JUD</b>	Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
<b>iGovPub</b>	Índice de Governança Pública
<b>iGovPessoas</b>	Índice de Governança e Gestão de Pessoas
<b>iGestPessoas</b>	Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas
<b>iGovTI</b>	Índice de governança e gestão de TI
<b>iGestTI</b>	Índice de capacidade em gestão de TI
<b>iGovContrat</b>	Índice de Governança e Gestão de Contratações
<b>iGestContrat</b>	Índice de Capacidade em Gestão de Contratações
<b>iGovOrcament</b>	Índice de Governança e Gestão Orçamentária
<b>iGestOrcament</b>	Índice de Capacidade em Gestão Orçamentária
<b>INFODIP</b>	Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos
<b>JECE</b>	Justiça Eleitoral do Ceará
<b>LRF</b>	Lei de Responsabilidade Fiscal
<b>LGPD</b>	Lei Geral de Proteção de Dados
<b>LIODS-JE</b>	Laboratório de Inteligência, Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Justiça Eleitoral
<b>LIODS-JECE</b>	Laboratório de Inteligência, Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Justiça Eleitoral do Ceará
<b>MOE</b>	Missões de Observação Eleitoral
<b>MCASP</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
<b>MPE</b>	Ministério Público Eleitoral
<b>NAI</b>	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
<b>NBC TSP</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
<b>NED</b>	Núcleo de Ensino a Distância

<b>NIP</b>	Notícia de Irregularidade em Propaganda Eleitoral
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>OUVIR</b>	Ouvidoria Regional Eleitoral
<b>PAA</b>	Plano Anual de Auditoria
<b>PAC</b>	Plano Anual de Contratações
<b>PAD</b>	Processo Administrativo Digital
<b>PALP</b>	Plano de Auditoria de Longo Prazo
<b>PDTIC</b>	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>PGD</b>	Programa de Gestão Documental
<b>PE</b>	Plano Estratégico
<b>PEGP</b>	Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas
<b>PEJE</b>	Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral
<b>PEJECE</b>	Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará
<b>PF</b>	Pessoa Física
<b>PIE</b>	Planejamento Integrado das Eleições
<b>PJe</b>	Processo Judicial Eletrônico
<b>PJ</b>	Pessoa Jurídica
<b>PLS</b>	Plano de Logística Sustentável
<b>PÓLIS</b>	Sistema Integrado de Atualização da Situação do Eleitor
<b>PRESI</b>	Presidência
<b>QVT</b>	Qualidade de Vida no Trabalho
<b>RAE</b>	Reunião de Análise Estratégica
<b>RFB</b>	Receita Federal do Brasil
<b>RCE</b>	Reunião de Comitê Estratégico
<b>RPPS</b>	Regime Próprio de Previdência Social
<b>RG</b>	Relatório de Gestão

## Lista de Siglas e Abreviações (continuação)

<b>RI</b>	Relatório Integrado
<b>SAC</b>	Sociedade de Assistência aos Cegos
<b>SAD</b>	Secretaria de Administração
<b>SANAC</b>	Seção de Análise e Conformidade Contábil
<b>SAU</b>	Secretaria de Auditoria
<b>SCR</b>	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
<b>SEDUC</b>	Secretaria de Educação do Ceará
<b>SEI</b>	Sistema Eletrônico de Informações
<b>SELESP</b>	Sistema de Eleições Parametrizadas
<b>SEWEB</b>	Seção de Administração de Intranet e Internet
<b>SGP</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas
<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
<b>SICONFI</b>	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
<b>SIEL</b>	Sistema de Informações Eleitorais
<b>SIGEC</b>	Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
<b>SIGEPRO</b>	Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária
<b>SIOP</b>	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
<b>SISCAMU</b>	Sistema de Controle de Chamados
<b>SISUB</b>	Sistema de Controle de Substituições
<b>SOCRELP</b>	Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu

<b>SJU</b>	Secretaria Judiciária
<b>SOF</b>	Secretaria de Orçamento e Finanças
<b>SOU</b>	Sistema de Ouvidoria
<b>SPR</b>	Secretaria da Presidência
<b>SPS</b>	Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos
<b>SWOT</b>	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
<b>STI</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação
<b>TAC</b>	Termo de Ajustamento de Conduta
<b>TCRR</b>	Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TCL</b>	Taxa de Congestionamento Líquida
<b>TIC</b>	Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>TI</b>	Tecnologia da Informação
<b>TJDFT</b>	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
<b>TRE-CE</b>	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
<b>TSE</b>	Tribunal Superior Eleitoral
<b>TTE</b>	Transferência Temporária de Eleitor
<b>UG</b>	Unidade Gestora
<b>UE</b>	Urna Eletrônica
<b>ZE</b>	Zona Eleitoral

# Sumário

<b>Mensagem do Presidente</b>	<b>8</b>		
<b>1 Visão Geral da Organização e do Ambiente Externo</b>	<b>10</b>	<b>4 Desempenho Institucional</b>	<b>38</b>
1.1 Quem somos	11	4.1 Recursos financeiros	39
1.2 Principais normas direcionadoras	12	4.2 Parcerias e contratos	40
1.3 Estrutura organizacional	13	4.3 Indicadores de desempenho	46
1.4 Geração de valor para a sociedade	14	4.4 Resultados	48
1.5 Ambiente externo	15		
1.6 Canais de comunicação – relacionamento do TRE-CE com a sociedade e partes interessadas	16	<b>5 Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis</b>	<b>85</b>
1.7 Definição da materialidade e elaboração do relato integrado	19	5.1 Situação e desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial	86
<b>2 Governança e Gestão Estratégica</b>	<b>21</b>	5.2 Demonstrações contábeis	91
2.1 Sistema de governança e gestão	22	5.3 Notas explicativas	91
2.2 Políticas, programas e planos institucionais	28	5.4 Declaração da contadora responsável	91
2.3 Planejamento Estratégico 2021-2026	30	5.5 Conformidade da gestão orçamentária, financeira e contábil	91
<b>3 Riscos e Integridade</b>	<b>33</b>		
3.1 Estruturas de integridade	34		
3.2 Compliance	34		
3.3 Gestão de riscos	35		
3.4 Principais ameaças e oportunidades	37		

## Mensagem do Presidente

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) apresenta o Relatório de Gestão 2022 e reafirma seu compromisso com a transparência de seus processos, nos quais todos os seus capitais humanos, intelectuais, materiais e financeiros são empenhados na consecução dos serviços destinados ao cumprimento de sua missão: garantir a legitimidade do processo eleitoral.

No ano de 2022, após dois anos marcados por um cenário pandêmico, a Justiça Eleitoral do Ceará realizou as Eleições Gerais, tendo como base o [Programa Integrado das Eleições – PIE](#), elaborado ainda em 2021, no qual as eleições foram cuidadosamente planejadas, com ações voltadas à infraestrutura, logística e capacitação. O PIE foi executado a um custo total de R\$ 27.471.275,52.

Em relação ao Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará (PEJECE), que compreende o período 2021-2026, o TRE-CE vem executando, com êxito, suas atividades. Nesse sentido, destaco que, das 73 [iniciativas estratégicas](#) planejadas para o período, **93%** já foram **concluídas** ou encontram-se **em andamento**. O PEJECE foi elaborado com alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, ao Plano Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, bem como às recomendações dos órgãos de controle em relação à gestão e governança.



Merecem destaque, também, os índices de conformidade alcançados por este Regional no Ranking da Transparência 2022 (92,31%) e no Prêmio CNJ de Qualidade, no qual obteve 85,21% de conformidade, sendo agraciado com o **Selo Ouro de Qualidade** no segmento Justiça Eleitoral. Além disso, o TRE-CE classificou-se em 2º lugar, dentre os tribunais regionais eleitorais, no 6º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário de 2022.

Ainda em relação aos resultados, enfatizo o **cumprimento** das [Metas Nacionais do Poder Judiciário](#): 1, 2 e 4, relativas à produtividade processual, e meta 9, relacionada à inovação.

Nesse passo, registro a atuação da [Comissão Permanente de Cidadania, Acessibilidade e Inclusão \(CPCAI\)](#), cujo projeto “Nas trilhas da acessibilidade”, em parceria com o LIODS, cumpriu a meta nacional 9 do CNJ, bem como do Comitê de Enfrentamento à Desinformação, que realizou inúmeras ações de conscientização acerca do combate a notícias falsas. Uma dessas ações foi a realização do I Prêmio de Jornalismo do TRE-CE, um feito inédito na Justiça Eleitoral nacional, considerando-se sua temática exclusiva em trabalhos relativos ao enfrentamento à desinformação.



“Foi aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do presente documento, ressaltando que sua elaboração se deu em conformidade com os requisitos estabelecidos na Estrutura Internacional para Relato Integrado.”

Em 31 de agosto, após nove anos de construção, foi inaugurada a [nova sede](#) do TRE-CE, a um custo total de **R\$ 112.232.826,71**, um complexo construído dentro do que rege a Resolução CNJ nº 114, de 20 de abril de 2010. O espaço conta com depósitos, auditório, estacionamentos, salas amplas, ambientes de treinamento, projeto completo de acessibilidade, estações de tratamento de efluentes e de esgoto, reaproveitamento de água pluvial, sistema de coleta seletiva de lixo, conjunto de grupos geradores, um novo centro de dados e central de monitoramento de vigilância eletrônica de todos os prédios próprios da Justiça Eleitoral cearense. Também conta com um novo local de armazenamento de urnas, climatizado, que comporta a totalidade das urnas eletrônicas do Ceará. Além disso, foi colocado à disposição da sociedade um bosque no entorno do tribunal, com ciclovía, área para caminhadas, iluminação e segurança.



Inaugurei, também, novas instalações de cartórios eleitorais no interior do Ceará, nos municípios de Araripe, Solonópole, Icó, Cascavel, Acopiara, Jaguaribe, Jucás, Caririaçu e Caucaia, trazendo mais conforto e segurança aos servidores e eleitores, bem como mais autonomia à justiça Eleitoral. Para o primeiro semestre de 2023, estão previstas cerca de 10 inaugurações de cartórios eleitorais em prédios próprios.

Registro, ainda, que foi iniciado um estudo para produção de [energia solar](#) com o objetivo de suprir parte da energia elétrica consumida na capital, bem como que instalamos duas usinas fotovoltaicas em cartórios do interior, nas cidades de Ibiapina e Tauá, demonstrando, assim, o alinhamento desta Justiça com a tendência mundial na construção de um futuro mais limpo a partir da energia solar, uma riqueza abundante em nossa região.



Por fim, como presidente e representante máximo da governança do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, consigno reconhecer a responsabilidade a mim atribuída por assegurar a integridade deste relatório de gestão. Dito isto, afirmo que foi aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do presente documento, ressaltando que sua elaboração se deu em conformidade com os requisitos estabelecidos na Estrutura Internacional para [Relato Integrado](#) do International Integrated Reporting Council (IIRC).

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Inacio de Alencar Cortez Neto".

Desembargador Inacio de Alencar Cortez Neto  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

# 1

## VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E DO AMBIENTE EXTERNO



## 1.1 QUEM SOMOS

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) é um órgão que integra a estrutura da Justiça Eleitoral brasileira, segmento especializado do Poder Judiciário Federal constituído, conforme o art. 118 da CF/1988, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pelos tribunais regionais eleitorais em cada estado e no Distrito Federal, pelos juízes eleitorais e pelas juntas eleitorais.

MISSÃO	NEGÓCIO
Garantir a legitimidade do processo eleitoral.	Administrar o processo eleitoral no âmbito do estado do Ceará.
NORMAS DIRECIONADORAS	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Orientam legalmente as atividades do TRE-CE, e estão detalhadas no <a href="#">item 1.2</a> .	Norteia as ações direcionadas pela visão de futuro do TRE-CE, e está detalhado no <a href="#">item 2.1</a> .

Com sede na cidade de Fortaleza/CE, o TRE-CE é um dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais do país, possuindo área de abrangência (circunscrição) no **Estado do Ceará**.

**184** municípios

**109** Zonas Eleitorais

**6.812.193** eleitores (atualizado até 17/02/2023)

**8º** maior colégio eleitoral do país

**4,37%** do total de 155.669.361 eleitores do Brasil



Na busca de excelência no cumprimento de sua missão, o TRE-CE atua através de **4 competências** precípuas:



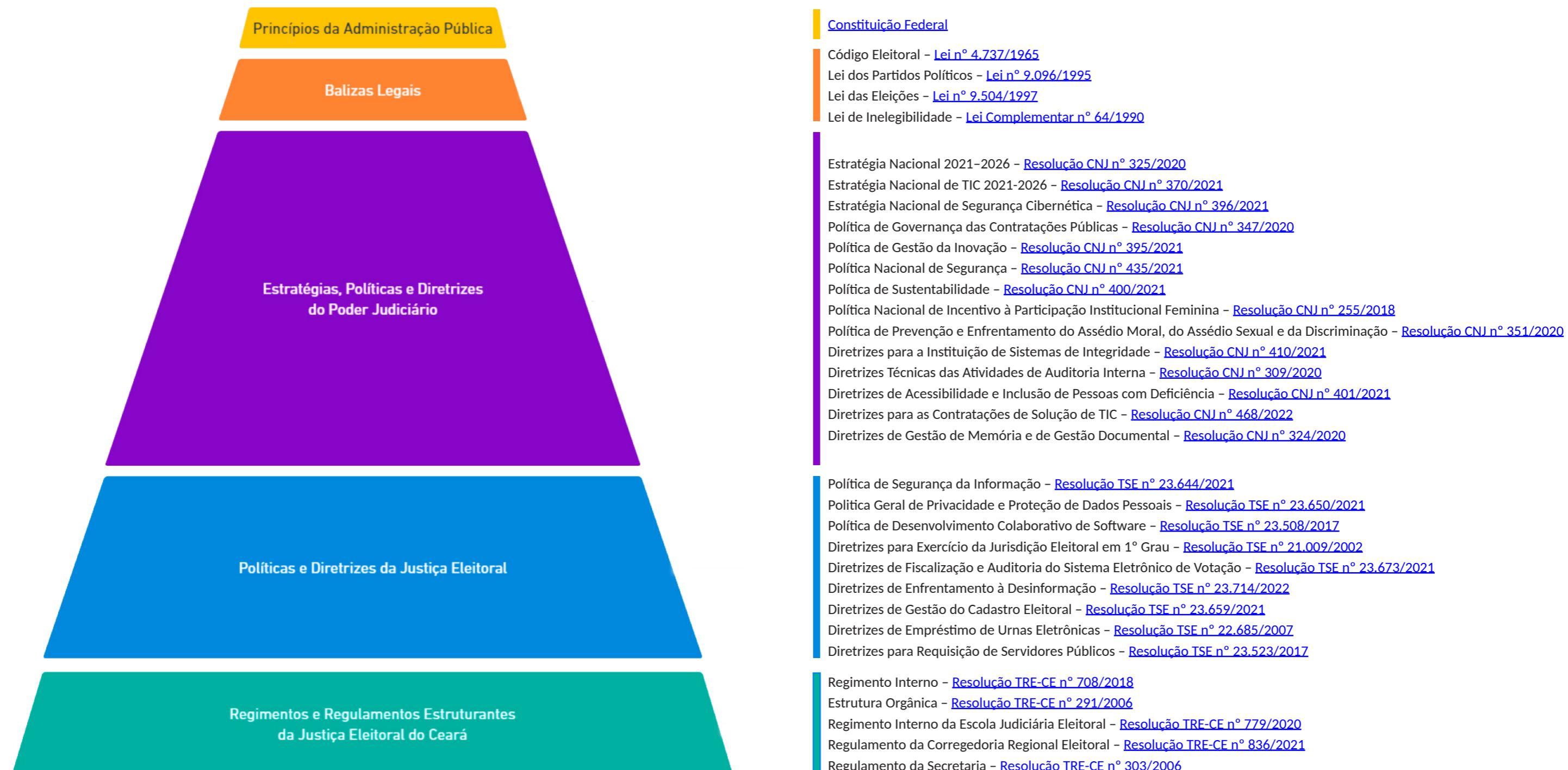
INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade Prestadora de Contas	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
CNPJ	06.026.531/0001-30
Endereço da Sede	Rua Dr. Pontes Neto, 800, Eng. Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, CEP 60.813-600 - Tel: (85) 3453-3500
Sítio Eletrônico	<a href="http://www.tre-ce.jus.br">http://www.tre-ce.jus.br</a>
Classificação do Tribunal (conforme Justiça em Números)	Médio Porte

## 1.2 PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS

A atuação do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará é pautada nos princípios da Administração Pública insculpidos no art. 37 da [Constituição Federal](#), bem como no [Código Eleitoral \(Lei nº 4.737/1965\)](#) e outras leis que estabelecem sua competência jurisdicional.

Ademais, o Tribunal observa as **estratégias, políticas e diretrizes emanadas dos órgãos superiores** (Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral) para orientar a conduta de indivíduos e equipes em situações específicas, garantindo o exercício da função pública de maneira consistente e alinhada com os objetivos estratégicos e valores organizacionais.

No âmbito interno, o funcionamento do Tribunal orienta-se pelo [Regimento Interno \(Resolução TRE-CE nº 708/2018\)](#) e outras normas estruturantes, que estabelecem a base para um ambiente de trabalho saudável, sustentável e comprometido com a busca permanente por eficácia e eficiência em um ambiente cada vez mais complexo.

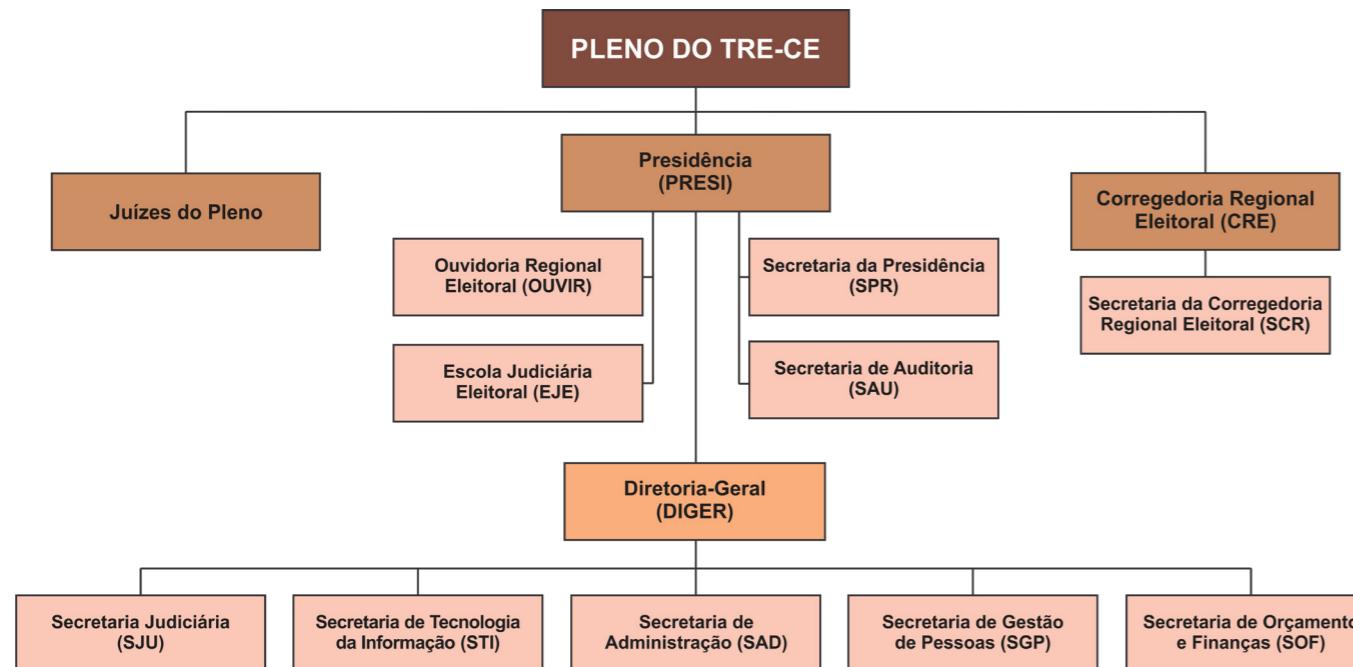


### 1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O TRE-CE organiza-se em 2 esferas estruturais: **administrativa** e **jurisdicional**.

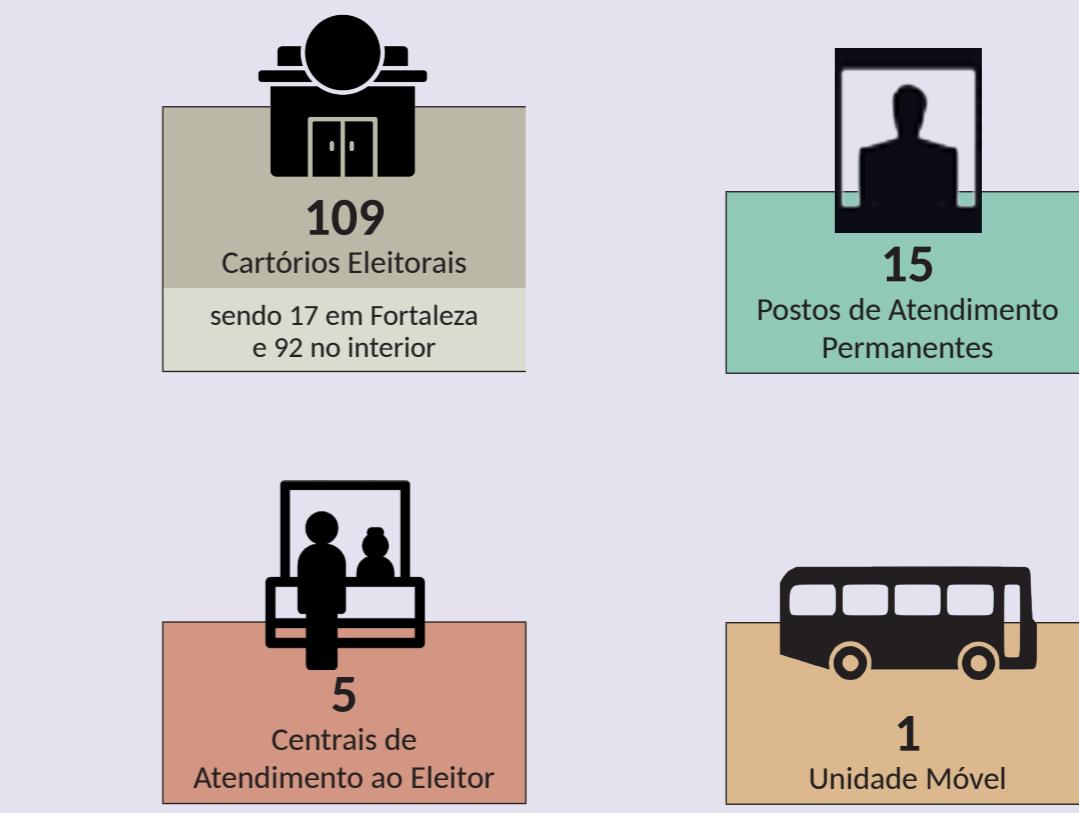
#### ADMINISTRATIVA

A estrutura organizacional administrativa do TRE-CE é departamentalizada, e sua estrutura simplificada encontra-se representada esquematicamente a seguir. Ela está definida na [Resolução TRE-CE nº 291](#), de 30 de julho de 2006, e normas alteradoras posteriores, tendo suas unidades administrativas e competências previstas no **Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará** ([Resolução TRE-CE nº 303](#), de 13 de setembro de 2006).



- **Centrais de atendimento ao eleitor**, também em caráter permanente, nos municípios com duas ou mais zonas eleitorais;
- **Unidade móvel**, veículo com infraestrutura adequada para atendimento on-line fora dos cartórios eleitorais.

#### REDE DE ATENDIMENTO DA 1<sup>a</sup> INSTÂNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL NOS 184 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ



#### JURISDICIONAL

Na esfera **jurisdicional**, a Justiça Eleitoral no Ceará organiza-se em 2 instâncias:

##### 1<sup>a</sup> INSTÂNCIA: JUÍZES(AS) ELEITORAIS

Compreende os juízes(as) estaduais de direito designados(as) como titulares das **Zonas Eleitorais**.

O **Cartório Eleitoral** é a sede da Zona Eleitoral, e representa a principal porta de entrada para atendimento a eleitoras e eleitores em todo o estado do Ceará. Além dos cartórios eleitorais, o atendimento ao(a) eleitor(a) do TRE-CE conta com:

- **Postos de atendimento permanentes** instalados em municípios que deixaram de ser sede de zona eleitoral em razão de rezoneamento (cfe. [Resolução TRE nº 661/2012](#));

##### 2<sup>a</sup> INSTÂNCIA: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Órgão colegiado (Pleno do TRE-CE) composto por **14 membros (7 titulares e 7 suplentes)**, junto ao qual atua o Procurador Regional Eleitoral.

Possui composição regulamentada pelos artigos 25 a 27 do Código Eleitoral, e tem como principais atribuições processar e julgar os feitos pertinentes às eleições gerais e julgar recursos interpostos contra decisões em 1<sup>a</sup> instância, dentre outras.



Para saber mais: [Composição do Tribunal - Capítulo 2](#)

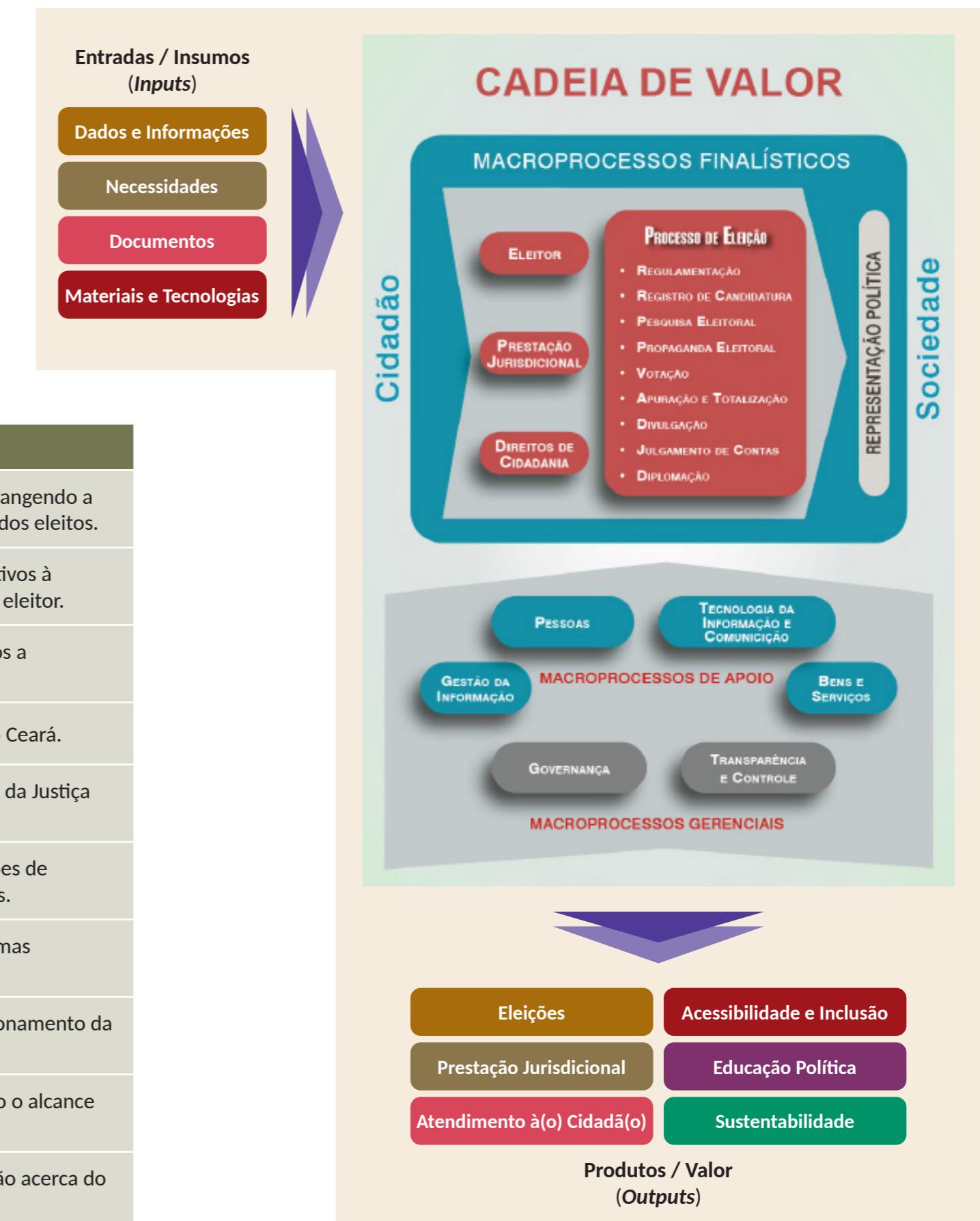
## 1.4 GERAÇÃO DE VALOR PARA A SOCIEDADE

### CADEIA DE VALOR - PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

Conforme representação esquemática ao lado, nosso **Modelo de Negócio** está delineado numa **Cadeia de Valor**, e resulta da conjunção de diversos processos de trabalho que transformam **entradas e insumos (inputs)** em **produtos e serviços (outputs)**, relevantes na geração de valor para as partes interessadas.

Para a exata compreensão da Cadeia de Valor, cumpre também analisar a **Arquitetura de Processos** deste Tribunal, que, a partir da divisão dos processos em **finalísticos, de apoio e gerenciais**, apresenta uma visão sistêmica e panorâmica dos fluxos de trabalho da Justiça Eleitoral do Ceará.

CATEGORIA	MACROPROCESSO	Descrição
Finalísticos	Eleição	Operacionalizar o processo de realização da eleição, abrangendo a preparação, votação, apuração dos votos e diplomação dos eleitos.
	Eleitor	Gestão de atendimento e administração dos dados relativos à inscrição, movimentações e atualizações da situação do eleitor.
	Direitos de Cidadania	Desenvolver programas, projetos e atividades destinados a promover a cidadania e educação política.
	Finalísticos	Julgá ações e recursos no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará.
De apoio	Pessoas	Administrar, capacitar e desenvolver a força de trabalho da Justiça Eleitoral do Ceará.
	Gestão da Informação	Registrar, disseminar, preservar e administrar informações de interesse da Justiça Eleitoral do Ceará e de seus usuários.
	Tecnologia da Informação e Comunicação	Administrar e implementar infraestrutura de TIC e sistemas corporativos e eleitorais.
	Bens e Serviços	Gerir recursos materiais e serviços necessários ao funcionamento da Justiça Eleitoral do Ceará.
Gerenciais	Governança	Gerenciar o processo de planejamento e gestão, visando o alcance dos objetivos estratégicos.
	Transparência e Controle	Promover ações de gestão de riscos, auditoria e correição acerca do funcionamento da gestão da Justiça Eleitoral do Ceará.



## 1.5 AMBIENTE EXTERNO

### AMBIENTE EXTERNO

Na relação com o ambiente externo, a Justiça Eleitoral do Ceará identificou **ameaças e oportunidades** que influenciaram significativamente sua atuação no decorrer de 2022, em especial pela necessidade urgente de enfrentamento ao sistemático ataque à confiabilidade do processo eleitoral brasileiro impulsionado por boatos e notícias falsas veiculadas nas redes sociais no contexto da disputa eleitoral.

Assim, adotou-se a **Análise SWOT** (ver figura abaixo) como ferramenta de gestão de riscos para análise ambiental, com vistas a identificar as medidas pertinentes para assegurar o cumprimento dos objetivos institucionais. Oportunidades, ameaças e incertezas relacionadas ao ambiente externo serão tratadas no [Capítulo 3](#).



### O que é Análise SWOT?

A análise SWOT, sigla para **Strengths** (pontos fortes), **Weaknesses** (pontos fracos), **Opportunities** (oportunidades) e **Threats** (ameaças), é uma metodologia para identificação e análise de fatores internos e externos que podem causar impacto nos objetivos da organização.

## 1.6 CANAIS DE COMUNICAÇÃO - RELACIONAMENTO DO TRE-CE COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS





## ATENDIMENTO AO(À) ELEITOR(A)

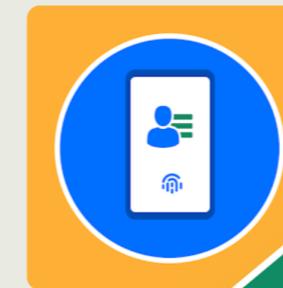
### DISQUE ELEITOR 148 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Serviço telefônico sobre informações relativas ao **Cadastro Nacional de Eleitores** e a **serviços de atendimento à eleitora e ao eleitor**.



### AUTOATENDIMENTO DO ELEITOR - Título Net

Sistema que permite a realização, via atendimento remoto, de diversos serviços à eleitora e ao eleitor.



### E-TÍTULO

Aplicativo móvel que, além da obtenção da via digital do título de eleitor e do acesso aos dados cadastrais, possibilita a realização de diversos serviços, tais como: obtenção de certidões diversas, consulta ao local de votação e inscrição de mesário voluntário.



### BALCÃO VIRTUAL

Ferramenta que permite o contato direto de partes ou advogadas(os) com o TRE-CE, para tirar dúvidas e para obter informações relativas a processos judiciais. Todas as zonas eleitorais do estado possuem a ferramenta **WhatsApp Business**, para agendamento no Balcão Virtual, solução de dúvidas, convocação de mesários e contato com outros convocados.



## OUVIDORIA

The screenshot shows the 'Registrar Ocorrência' (Report Incident) form. It includes fields for 'Data da Ocorrência' (Occurrence Date), 'Objeto' (Subject), 'Tipo de Ocorrência' (Type of Occurrence), 'Assunto' (Subject), 'Descrição' (Description), and an 'Anexo' (Attachment) section. The form is part of the 'SOUFORM' system, which is the Sistema de Ouvidoria (Ouvidoria System).

### Sistema de Ouvidoria - SOU

Plataforma para registro de ocorrências, que pode ser utilizada pelo usuário como canal de comunicação com a Ouvidoria.



<https://www.tre-ce.jus.br/institucional/ouvidoria>

A Ouvidoria Regional Eleitoral é o **canal direto de comunicação entre o cidadão e o TRE-CE**, mediante recebimento de **elogios, sugestões, reclamações, denúncias e pedidos de informação** referentes às atividades realizadas pela Instituição.



**Comunicação Pública** - Plataforma digital que reúne canais de atendimento virtual de diversos órgãos e instituições.



### Atendimento presencial e/ou por correspondência

Sede do TRE-CE - Rua Dr. Pontes Neto, s/n, 3º andar, Eng. Luciano Cavalcante - Fortaleza/CE - CEP 60.813-600



Telefone: (85) 3453.3857



WhatsApp & Telegram: (85) 99430.6318



E-mail: [ouvidoria@tre-ce.jus.br](mailto:ouvidoria@tre-ce.jus.br)



## PORTAL

<http://www.tre-ce.jus.br>

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Página Inicial | Institucional | Eleições | Administrativo | Legislação | Jurisprudência | Portal das zonas | Espaço do Servidor | Serviços | Acessar

Fale Conosco | FAQ | Mapa do Site | Webmail | Buscar no Site | Buscar

**TRE em Movimento inicia atividades na região do Cariri**  
A terceira edição do projeto que leva atendimento e informação para o interior

O vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, des. Raimundo Nonato Silva Santos, comandou as atividades nos municípios de Aurora e Caririúca. Na manhã de segunda, 20/3, foi promovida reunião com autoridades municipais de Aurora. O magistrado destacou a importância das ações de atendimento eleitoral e educação política.

**Acesso rápido**  
PAD - Proc. Administrativo Digital | Sessões do Pleno | Cartórios Eleitorais | Relação de Servidores | Aniversariantes | Sistema de Estagiários - SGE | Atendimento STI - OTRS | Intranet do TSE | Internet TRE-CE | HELIOS - Atendimento SAD | Observatório de dados | Relatórios do Comitê Estratégico

**Informativo**  
(21.03.2023 13h40) Juiza Kamile Castro é a nova ouvidora do TRE-CE | (21.03.2023 12h50) TRE em Movimento inicia atividades na região do Cariri | (21.03.2023 12h05) TRE celebra o Dia Internacional da Síndrome de Down | (21.03.2023 11h35) Alegria e emoção marcam a homenagem a colaboradores terceirizados | (21.03.2023 11h22) Servidores do TRE-CE participam do I Encontro de Bibliotecas do Poder Judiciário | (20.03.2023 14h20) Presidente do TRE visita cartórios do interior | (20.03.2023 13h55) GEAP Saúde realiza atendimento exclusivo para as mulheres | (20.03.2023 11h30) TRE-CE participa de XIX Colégio de Dirigentes das EJs | (20.03.2023 10h06) Nota de Pesar | (17.03.2023 14h25) Colaboradores terceirizados e policial militar serão homenageados pelo TRE-CE | Mais...

**TRE no dia-a-dia**  
[Zonas\_Interior] Roteiros de Álcool - 17out2022 | [Zonas\_capital] ATENÇÃO - ARQUIVO ANTERIOR ENVIADO HOJE ESTAVA ERRADO - EM ANEXO: O CERTO | [Zonas\_Interior] ATENÇÃO - ENVIO DE CRACHÁ PARA O 2º TURNO - CORREIOS E CARRO TRE | [Zonas\_capital] Entrega dos crachás - HOJE À TARDE

**Espaço restrito do servidor**  
Usuário: Ok | Senha: 14:37:57 | Espaço restrito do servidor | Acesso Restrito (antigo)

**Calendário**  
+> Março 2023 | Do | Se | Te | Qu | Qu | Sa | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | Selecionar a agenda

Sítio eletrônico do TRE-CE na internet, contendo informações e serviços prestados pela JE-CE.

### Acesso a

#### Título Net

#### Consultas jurídicas

Balcão virtual | Jurisprudência | PJe e PJeCor | Diário da Justiça Eletrônico (DJE)

#### Lista de e-mails e contatos do TRE-CE

#### Partidos

Contas partidárias | Filiação partidária | Relação de filiados

### Portal em números - 2022

**413**  
notícias publicadas

**1.245.963**  
visualizações da página inicial do Portal



## CORREGEDORIA

### Carta de Serviços ao Cidadão

Disponível no Portal do TRE-CE, é uma ferramenta que permite um acesso rápido às informações sobre os meios de utilização dos serviços (atendimento ao cidadão, serviços de informação, expedição de certidões e serviços de ouvidoria) oferecidos pela Justiça Eleitoral do Ceará. Além disso, compartilha os resultados da **Pesquisa de Satisfação dos Usuários**.

**Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**

**CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO**

**APRESENTAÇÃO**

A Carta de Serviços da Justiça Eleitoral tem o propósito de facilitar o acesso do cidadão e dar mais eficiência, qualidade e transparéncia aos serviços prestados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, nas secretarias, nos cartórios eleitorais e nas centrais de atendimento ao eleitor.

A Justiça Eleitoral do Ceará acredita que, ao dispor de informações sobre os meios de utilização dos serviços públicos, o beneficiário passa à desenvolver uma consciência crítica e agregadora acerca da atuação da gestão pública, tornando-se assim o principal indutor do constante processo de melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados.

Nesse intuito, para permitir um acesso mais rápido às informações contidas nesta carta, os serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Ceará foram distribuídos nas seguintes categorias:

- Serviços de atendimento ao cidadão;
- Serviços de informação disponíveis na internet;
- Serviços de expedição de certidões;
- Serviços de ouvidoria.

**Avalie nossa Carta**

### Comunicação da Corregedoria com outras instituições

#### SIEL - Sistema de Informações Eleitorais

Disponibilização de dados biográficos do Cadastro Eleitoral. Acesso restrito a autoridades judiciais, representantes do Ministério Público e autoridades policiais autorizadas.

#### INFODIP - Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos

Recebimento e processamento das comunicações relativas a óbitos e direitos políticos. Ainda em fase de implantação.

#### PÓLIS - Sistema Integrado de Atualização da Situação do Eleitor

Remessa de informações que geram mudanças na situação das eleitoras e dos eleitores (p. ex., óbitos, condenações transitadas em julgado, extinções e punibilidade etc.)

#### Grupo permanente de WhatsApp "Estatística J. Eleitoral"

Canal de comunicação dos TREs para discussão da parametrização da Justiça Eleitoral.

Carta de Serviços ao Cidadão no Portal do TRE-CE

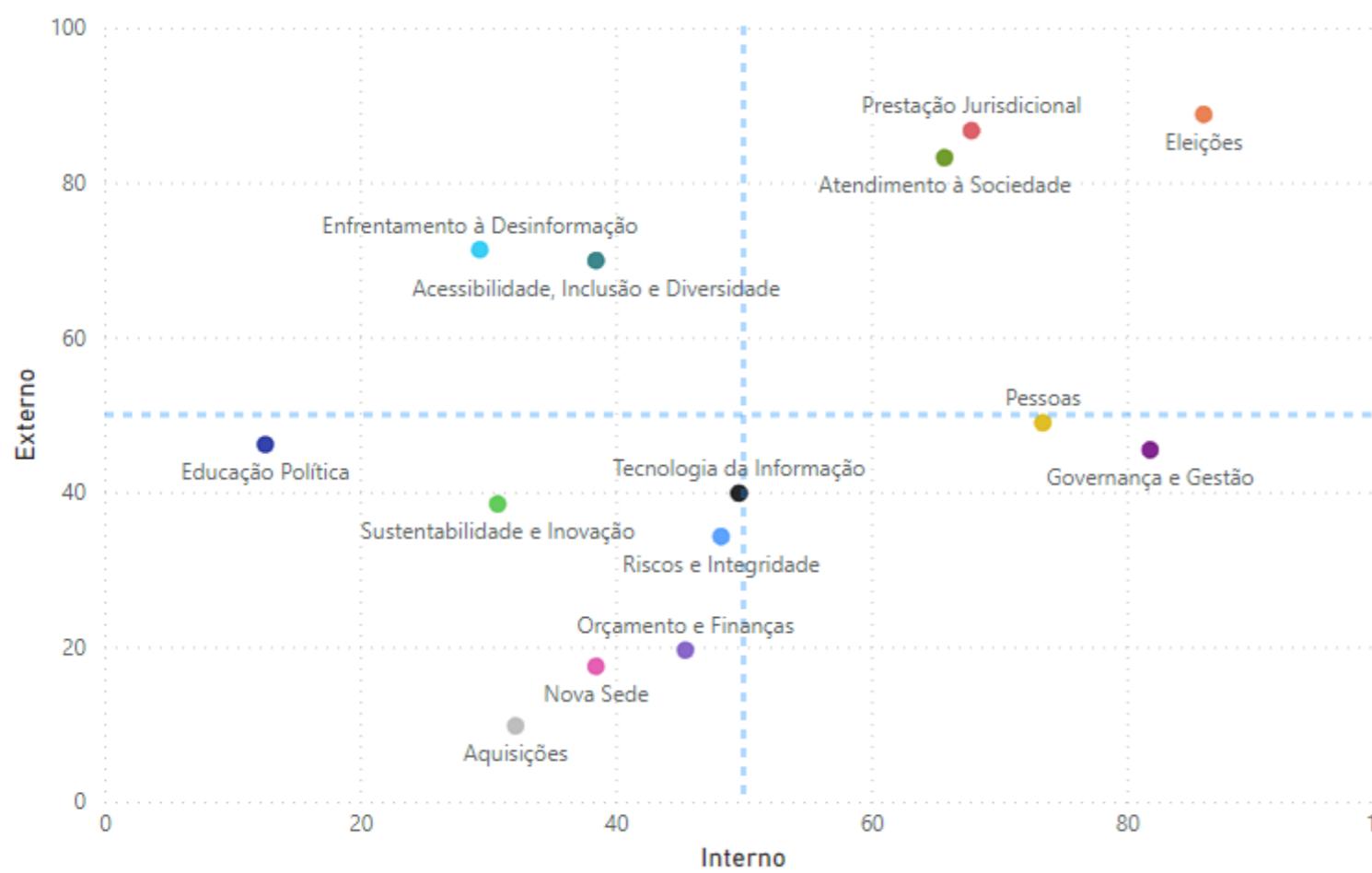
## 1.7 DEFINIÇÃO DA MATERIALIDADE E ELABORAÇÃO DO RELATO INTEGRADO

### MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A **materialidade** consiste em divulgar informações que impactem significativamente na capacidade de o Tribunal alcançar os objetivos institucionais na geração de valor público no curto, médio e longo prazos, e com conteúdo relevante para a sociedade, em especial para as cidadãs e os cidadãos e para as usuárias e os usuários dos serviços públicos.

Para o exercício 2022, o processo de determinação da materialidade das informações envolveu uma consulta ao corpo gerencial da instituição para determinação dos **temas materiais**, que foram então **priorizados** a partir da percepção de seu impacto nos ambientes interno e externo.

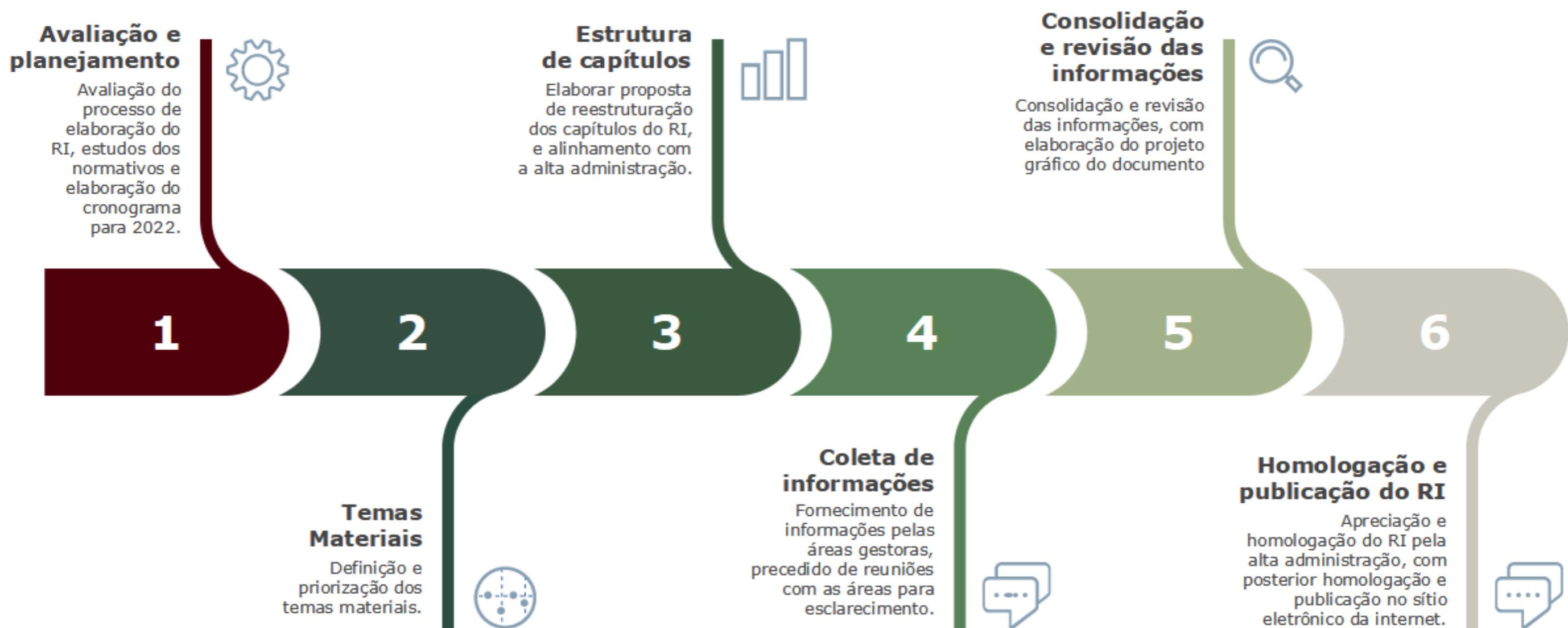
Os temas materiais e o gráfico cartesiano que determinou a priorização destes estão representados a seguir:



**PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO INTEGRADO (RI)**

O presente relatório foi preparado em consonância com as determinações normativas do TCU relativas à prestação de contas do exercício 2022, e seguindo a abordagem de **relato integrado**.

Para tanto, houve um processo colaborativo por parte das unidades deste Tribunal desde o planejamento do Relatório (iniciado em maio/2022) até a publicação deste em março de 2023, obedecendo-se a um **cronograma** determinado pelo Comitê Estratégico do TRE-CE, simplificadamente representado abaixo:



# 2

## GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA



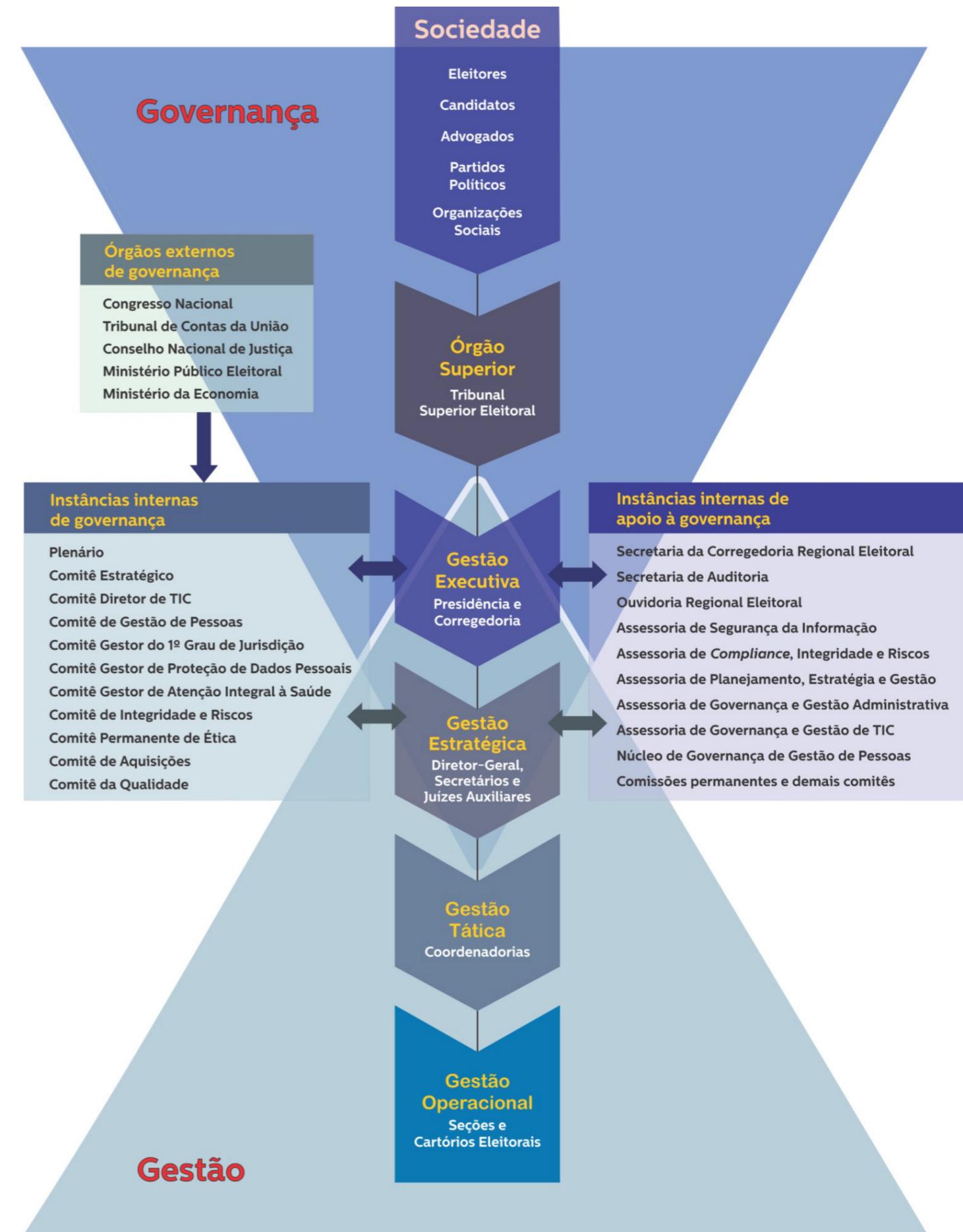
## 2.1 SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO

Durante o exercício de 2022, o TRE-CE, por meio da [Resolução TRE-CE nº 905/2022](#), reformulou o Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral do Ceará.

O Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral do Ceará, representado esquematicamente na figura ao lado, mostra a interface entre as **estruturas de governança** (triângulo na parte superior da figura) e as **estruturas de gestão** (triângulo na parte inferior da figura) que interagem, nos diversos níveis de gestão, com o órgão superior e com a sociedade, conforme eixo central da figura.

Esse sistema contempla as instâncias internas de governança, inclusive as de apoio, os órgãos externos de governança, e os demais integrantes da cadeia organizacional, mostrando como se dá a relação entre eles, e deles com os diversos atores sociais elencados no topo da figura.

É a atuação coordenada dessas 2 esferas (governança e gestão), nos diversos níveis que serão detalhados a seguir, que possibilita uma gestão orientada à boa governança, ao cumprimento dos objetivos institucionais estabelecidos no **Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará**.



### 2.1.1 ÓRGÃOS EXTERNOS DE GOVERNANÇA

O TRE-CE vincula-se administrativamente e subordina-se jurisdicionalmente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão central da Justiça Eleitoral.

Os órgãos externos de governança, destacados no quadro ao lado, respondem pela fiscalização, pelo controle externo e por sua regulação.

O Tribunal conta, ainda, com órgãos de apoio à prestação jurisdicional, que são o Ministério Público Eleitoral e o Ministério Público Federal, a quem compete velar pela observância da ordem jurídica, regular a administração da Justiça Eleitoral e defender o interesse público.

### Órgãos externos de governança

**Congresso Nacional**

**Tribunal de Contas da União**

**Conselho Nacional de Justiça**

**Ministério Público Eleitoral**

**Ministério da Economia**

### 2.1.2 INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

A **instância interna de governança** é a estrutura administrativa responsável por definir ou avaliar a estratégia e as políticas institucionais, bem como monitorar a conformidade e o desempenho frente ao interesse público, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados.

A **instância interna de apoio à governança** é estrutura administrativa responsável por realizar a comunicação entre partes interessadas internas e externas, bem como pela avaliação dos controles internos e dos processos de governança, de integridade, de conformidade legal e de gestão de riscos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à Administração.

### Instâncias internas de governança

- Plenário**
- Comitê Estratégico**
- Comitê Diretor de TIC**
- Comitê de Gestão de Pessoas**
- Comitê Gestor do 1º Grau de Jurisdição**
- Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais**
- Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde**
- Comitê de Integridade e Riscos**
- Comitê Permanente de Ética**
- Comitê de Aquisições**
- Comitê da Qualidade**

### Instâncias internas de apoio à governança

- Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral**
- Secretaria de Auditoria**
- Ouvidoria Regional Eleitoral**
- Assessoria de Segurança da Informação**
- Assessoria de Compliance, Integridade e Riscos**
- Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão**
- Assessoria de Governança e Gestão Administrativa**
- Assessoria de Governança e Gestão de TIC**
- Núcleo de Governança de Gestão de Pessoas**
- Comissões permanentes e demais comitês**



Des. Raimundo Nonato Silva Santos  
Vice-presidente e Corregedor



Dr. Samuel Miranda Arruda  
Procurador Regional Eleitoral



Des. Inacio de Alencar Cortez Neto  
Presidente



Dr. Hugo Pereira Filho  
Secretário das Sessões



Dr. George Marmelstein Lima  
Juiz Federal



Dr. David Sombra Peixoto  
Jurista



Dra. Kamile Moreira Castro  
Jurista



Dr. Roberto Soares Bulcão Coutinho  
Juiz de Direito



Dr. Raimundo Deusdeth Rodrigues Júnior  
Juiz de Direito

BASE NORMATIVA	
Constituição Federal de 1988	art. 120, § 1º
Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965)	arts. 25 e 27
Regimento Interno do TRE-CE (Resolução TRE-CE nº 708/2018)	art. 2º

### PLENÁRIO DO TRIBUNAL

O TRE-CE é um órgão colegiado, cujas decisões são tomadas pelo Plenário da Corte, composto por **7 membros titulares** e **7 substitutos**. Também tem assento no Plenário do Tribunal um representante do Ministério Públíco Federal, escolhido dentre os procuradores da República no estado, para exercer a função de procurador regional eleitoral.

Os **membros** que compõem o Plenário do Tribunal são escolhidos para um **período de 2 anos**, podendo ser reconduzidos, uma vez, por igual período.

RELAÇÃO DE SUBSTITUTOS	CLASSE
Francisco Gladysom Pontes	Desembargador
Emanuel Leite Albuquerque	Desembargador
Antônio Edilberto Oliveira Lima	Juiz de Direito
Demétrio Saker Neto	Juiz de Direito
Francisco Érico Carvalho Silveira	Jurista
Rogério Feitosa Carvalho Mota	Jurista
Glêdison Marques Fernandes	Juiz Federal
Edmac Lima Trigueiro	Procurador

## COMITÊ ESTRATÉGICO (COE)

Tem por atribuição acompanhar e avaliar a implementação do planejamento estratégico e os resultados da gestão estratégica, submetendo questões relevantes às instâncias superiores de governança.

As **atribuições do COE** estão detalhadas no artigo 7º da Resolução TRE-CE nº 905/2022.

**Base normativa:**

[Resolução TRE-CE nº 905/2022](#), arts. 6º e 7º.



Hugo Pereira Filho  
Diretoria-Geral  
(Presidente do Comitê)



Dr. Rommel Moreira Conrado  
Juiz Auxiliar da Presidência



Dra. Bruna dos Santos Costa Rodrigues  
Juíza Auxiliar da Corregedoria



Maria Cecília de Sá Arruda  
Secretaria da Presidência



Pedro Bruno Trigueiro  
Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral



Rodrigo Ribeiro Cavalcante  
Secretaria de Auditoria



Orlanes Cavalcanti de Oliveira Viana Gomes  
Secretaria Judiciária



Benedito Sérgio Monte Silva Coelho  
Secretaria de Administração



Lorena de Almeida Moraes Belo  
Secretaria de Tecnologia da Informação



Cyntia Monteiro Dantas Toscano  
Secretaria de Gestão de Pessoas



Iberê Comin Nunes  
Secretaria de Orçamento e Finanças



Roberta Laena Costa Jucá  
Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral



Edna Fernandes Saboia  
Coordenadoria de Eleições



Marcel Leonardo Fonseca Almeida  
Coordenadoria de Atendimento ao Eleitor



Waldemir Higino Farias Paz  
Ovidoria Regional Eleitoral



Eduardo Figueiredo Pontes  
Cartórios Eleitorais

### COMITÊ DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CDTIC)

#### BASE NORMATIVA

- [Portaria TRE-CE n° 676/2010](#) – Define a constituição e as atribuições do CDTIC;
- [Portaria n° 669/2015](#) – Inclui a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) no CDTIC;
- [Resolução CNJ n° 370/2021](#) – Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

#### ATRIBUIÇÕES

Definir políticas e diretrizes, coordenar e articular as ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará, e outras definidas nas normas internas.

### COMITÊ DE GESTÃO DE PESSOAS (CGP)

#### BASE NORMATIVA

- [Resolução CNJ n° 240/2016](#) – Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário;
- [Portaria TRE-CE n° 347/2016](#) – Institui o Comitê de Gestão de Pessoas – CGP;
- [Portaria TRE-CE n° 645/2019](#) – Altera o Comitê de Gestão de Pessoas – CGP;
- [Resolução TRE-CE n° 866/2021](#) – Política de Gestão de Pessoas no TRE-CE;
- [Resolução TRE-CE n° 867/2021](#) – Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas no TRE-CE.

#### ATRIBUIÇÕES

Definir e monitorar políticas e diretrizes sobre a gestão de pessoas no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará, e outras definidas nas normas internas.

### COMITÊ GESTOR DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

#### BASE NORMATIVA

- [Resolução CNJ n° 194/2014](#) - Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências;
- [Portaria Conjunta TRE-CE n° 4/2015](#) - Define a constituição e as atribuições do Comitê Gestor do 1º Grau de Jurisdição;
- [Portaria Conjunta TRE-CE n° 24/2022](#) - Altera a constituição do Comitê Gestor do 1º Grau de Jurisdição.

#### ATRIBUIÇÕES

Desenvolve iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciais de primeira instância da Justiça Eleitoral do Ceará.

### COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

#### BASE NORMATIVA

- [Resolução CNJ n° 363/2021](#) - Medidas para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais;
- [Resolução TRE-CE n° 892/2022](#) - Política de tratamento e proteção de dados pessoais da JE-CE;
- [Portaria TRE-CE n° 827/2022](#) - Constituição e atribuições do Comitê Gestor de Proteção de Dados.

#### ATRIBUIÇÕES

Definir, divulgar e monitorar políticas e diretrizes sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará, e outras definidas nas normas internas.

### COMITÊ GESTOR DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

#### BASE NORMATIVA

- [Resolução CNJ n° 207/2015](#) - Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário;
- [Portaria TRE-CE n° 251/2019](#) - Comitê de Atenção Integral à Saúde da Justiça Eleitoral do Ceará;
- [Portaria TRE-CE n° 360/2020](#) - Altera o Comitê de Atenção Integral à Saúde da JE-CE;
- [Portaria TRE-CE n° 361/2020](#) - Composição do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde - CGAIS.

#### ATRIBUIÇÕES

Gerir a política de atenção integral à saúde e fomentar programas, projetos e ações para a sua implementação, acompanhando a sua aplicação, dentre outras.

**COMITÊ DE INTEGRIDADE E RISCOS****BASE NORMATIVA**

- [Resolução CNJ nº 410/2021](#) - Normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário;
- [Resolução TRE-CE nº 900/2022](#) - Dispõe sobre o Sistema de Integridade da JE-CE;
- Portaria TRE-CE nº 904/2022 - Composição do Comitê de Integridade e Riscos.

**ATRIBUIÇÕES**

Gerir o Programa de Integridade da Justiça Eleitoral do Ceará.

**COMITÊ PERMANENTE DE ÉTICA****BASE NORMATIVA**

- [Resolução TRE-CE nº 601/2015](#) - Institui o Código de Ética dos servidores do TRE-CE.

**ATRIBUIÇÕES**

Conduzir a gestão da ética no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará, por meio das competências definidas no art. 2º-A, § 1º, da Resolução TRE-CE nº 601/2015.

**COMITÊ DE AQUISIÇÕES****BASE NORMATIVA**

- [Portaria TRE-CE nº 536/2019](#) - Cria o Comitê de Aquisições no âmbito do TRE-CE;
- [Portaria TRE-CE nº 539/2019](#) - Dispõe sobre o processo formal de trabalho no âmbito do TRE-CE e dá outras providências;
- [Resolução TRE-CE nº 840/2021](#) - Política de Contratações do TRE-CE e dá outras providências;
- [Resolução TRE-CE nº 859/2021](#) - Política de Gestão de Pessoas da área de Contratações do TRE-CE.

**ATRIBUIÇÕES**

Auxiliar a Administração nas decisões relativas às aquisições.

**COMITÊ DA QUALIDADE****BASE NORMATIVA**

- [Portaria TRE-CE nº 1.283/2017](#) - Institui a política da qualidade e estabelece os objetivos da qualidade no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará;
- [Portaria TRE-CE nº 1.284/2017](#) - Dispõe sobre a constituição e as atribuições do Comitê da Qualidade da Justiça Eleitoral do Ceará e dá outras providências.

**ATRIBUIÇÕES**

Assegurar o cumprimento da política da qualidade e zelar pela sua contínua adequação aos propósitos da Instituição, dentre outras definidas na Portaria TRE-CE nº 1.284/2017.

## 2.2 POLÍTICAS, PROGRAMAS E PLANOS INSTITUCIONAIS

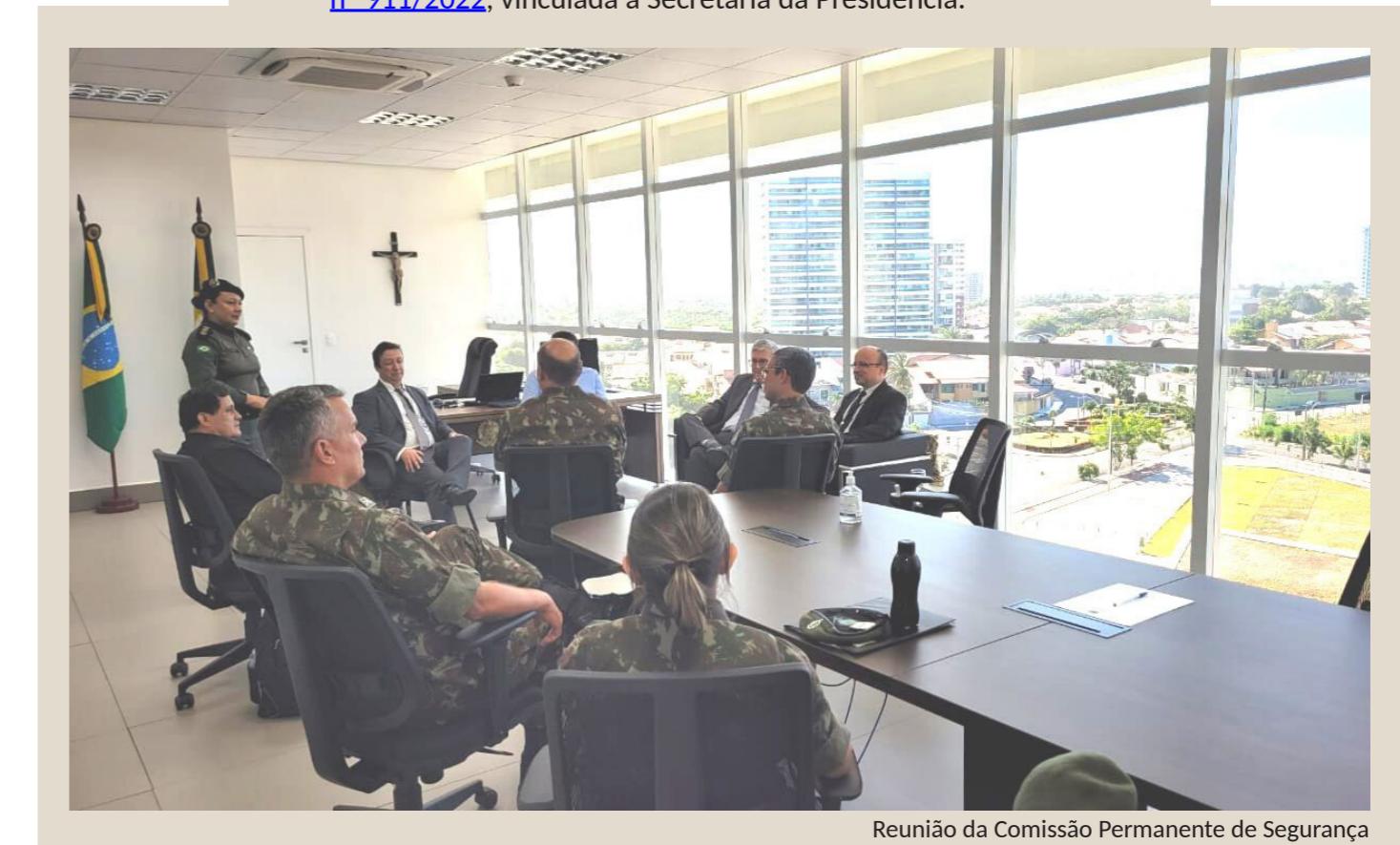
### 2.2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

O quadro abaixo apresenta as principais políticas de gestão estabelecidas pelo TRE-CE, com base em determinações, diretrizes e estratégias nacionais estabelecidas por órgãos externos de governança.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	REFERÊNCIA NORMATIVA
Gestão de Riscos	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 563/2014</a>
Gestão da Qualidade	<a href="#">Portaria TRE-CE nº 1.283/2017</a>
Gestão de Pessoas da Área de TIC	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 741/2019</a>
Gestão da Memória	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 830/2021</a>
Contratações	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 840/2021</a>
Gestão de Pessoas da Área de Contratações	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 859/2021</a>
Gestão de Pessoas	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 866/2021</a>
Tratamento e Proteção de Dados Pessoais	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 892/2022</a>
Gestão Documental	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 898/2022</a>
Sistema de Integridade	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 900/2022</a>
Segurança da Informação	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 920/2022</a>

Em consonância com a [Resolução CNJ nº 435/2021](#), que dispõe sobre a Política e o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, o TRE-CE criou:

- a **Comissão Permanente de Segurança**, regulamentada pela [Resolução TRE-CE nº 903/2022](#); e
- a **Assessoria de Segurança (ASSEG)**, por meio da [Resolução TRE-CE nº 911/2022](#), vinculada à Secretaria da Presidência.



Reunião da Comissão Permanente de Segurança

## 2.2.2 PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

O quadro a seguir apresenta os [Programas Institucionais](#) implementados no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará.

PROGRAMA	NORMA REGULAMENTADORA	PARA SABER MAIS (item neste relatório)
Acessibilidade	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 659/2017</a>	4.5.8 Acessibilidade, Inclusão e Diversidade
Ambientação de Novos Servidores	<a href="#">Portaria TRE-CE nº 817/2016</a>	4.5.7 Pessoas e Competências
Aprendizagem e Desenvolvimento	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 304/2006</a>	4.5.7 Pessoas e Competências
Desenvolvimento de Sucessores	<a href="#">Portaria TRE-CE nº 632/2020</a>	4.5.7 Pessoas e Competências
Difusão Cultural	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 493/2012</a>	4.5.4 Promoção da Cidadania
Educação Ambiental	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 317/2007</a>	4.5.5 Sustentabilidade e Inovação
Educação Continuada em Direito e Processo Eleitoral	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 338/2007</a>	4.5.4 Promoção da Cidadania
Eleições	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 470/2011</a>	4.5.1 Eleições
Eleitor do Futuro	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 316/2007</a>	4.5.4 Promoção da Cidadania
Gestão Documental (PGD-JE/CE)	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 807/2021</a>	2.2.1 Políticas Institucionais
Incentivo à Participação Institucional Feminina	<a href="#">Portaria do TRE-CE nº 1.045/2021</a>	4.5.8 Acessibilidade, Inclusão e Diversidade
Preservação da Memória Eleitoral	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 238/2004</a>	4.5.4 Promoção da Cidadania
Preparação para a Aposentadoria	<a href="#">Portaria TRE-CE nº 619/2016</a>	4.5.7 Pessoas e Competências
Qualidade de Vida no Trabalho	<a href="#">Portaria TRE-CE nº 521/2015</a>	4.5.7 Pessoas e Competências
Valorização do Mesário	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 337/2007</a>	4.5.4 Promoção da Cidadania

Os [Programas Institucionais](#) da Justiça Eleitoral do Ceará foram estabelecidos e desenvolvidos com o propósito de alcançar seus objetivos estratégicos.



### PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE



O atual sistema de governança e gestão compreende ainda os [Planos Institucionais](#), que são práticas gerenciais em nível estratégico, tático e operacional, voltadas a impulsionar o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da instituição, conforme quadro a seguir.

NÍVEL	PLANO INSTITUCIONAL	REFERÊNCIA NORMATIVA	VIGÊNCIA
Estratégico	<a href="#">Plano Estratégico (PE)</a>	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 793/2020</a>	2021 - 2026
Estratégico	<a href="#">Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas (PEGP)</a>	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 867/2021</a>	2021 - 2026
Tático	<a href="#">Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)</a>	<a href="#">Portaria nº 595/2021</a>	2021 - 2026
Tático	<a href="#">Plano de Logística Sustentável (PLS)</a>	<a href="#">Portaria TRE-CE nº 784/2021</a>	2021 - 2026
Tático	<a href="#">Planos de Ação de Acessibilidade e Inclusão</a>	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 659/2017</a>	2021 - 2022
Tático	<a href="#">Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP)</a>	<a href="#">Normas aplicáveis</a>	2023 - 2026
Operacional	<a href="#">Planejamento Integrado das Eleições (PIE - 2022)</a>	<a href="#">Resolução TRE-CE nº 470/2011</a>	2021 - 2022
Operacional	<a href="#">Plano Anual de Contratações (PAC - 2022)</a>	<a href="#">Portaria nº 575/2021</a>	2022
Operacional	<a href="#">Plano Anual de Auditoria (PAA - 2022)</a>	<a href="#">Normas aplicáveis</a>	2022

## 2.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Encontra-se em vigor o [Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará 2021-2026](#), aprovado pela [Resolução TRE-CE nº 793/2020](#), o qual segue o alinhamento com:

- a) a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 ([Res. CNJ nº 325/2020](#));
- b) as diretrizes estratégicas para o segmento da Justiça Eleitoral oriundas do Tribunal Superior Eleitoral;
- c) as [recomendações do TCU para aperfeiçoamento da governança e da gestão estratégica](#) nos órgãos federais;
- d) os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030](#) da Organização das Nações Unidas, no que couber.

A partir desse referencial, foi elaborado o [Plano Estratégico 2021 - 2026](#), que consolida a missão, a visão, os valores, os macrodesafios e seus desdobramentos (objetivos institucionais, iniciativas estratégicas e indicadores de desempenho) para o sexênio, além da representação esquemática do [Mapa Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará](#), apresentado na figura ao lado.



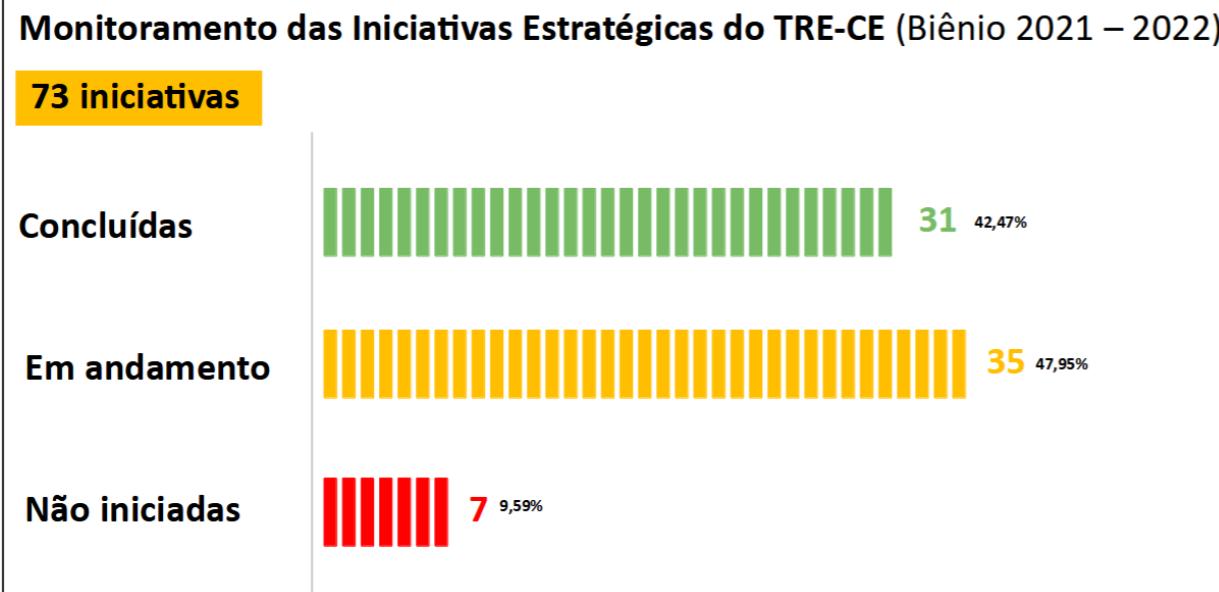
Mapa Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará 2021-2026

### 2.3.1 MACRODESAFIOS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Para o segmento Justiça Eleitoral, foram estabelecidos [9 macrodesafios](#), divididos nas perspectivas Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, como se vê no Mapa Estratégico da página anterior.

Para assegurar maior efetividade à consecução da Estratégia, os macrodesafios desdobram-se em **objetivos institucionais, iniciativas estratégicas e indicadores de desempenho**, que orientam a atuação do Tribunal no ciclo de vigência. Os macrodesafios e seus desdobramentos, bem como as relações entre eles, encontram-se consignados no [Plano Estratégico 2021-2026](#).

As iniciativas estratégicas são postas em prática por meio das ações e atividades previstas no planejamento setorial anual das diversas áreas, bem como por meio dos programas, projetos e planos de ação, tendo como referências as políticas, os planos institucionais e a proposta orçamentária do exercício.



Encerrado o primeiro biênio do Planejamento Estratégico vigente, a Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (ASPEG) realizou o monitoramento das iniciativas estratégicas, mediante aplicação de questionário dirigido às áreas gestoras.

Inicialmente, foram planejadas 74 iniciativas, porém, houve a **exclusão da iniciativa “Implementação dos Planos Anuais de Auditoria – PAA”**, por se tratar de prática já consolidada no âmbito do TRE-CE.

O [Glossário de Indicadores de Desempenho](#) apresenta o modelo de mensuração do desempenho institucional e as fichas técnicas de todos os indicadores de desempenho que são monitorados para o acompanhamento do Planejamento Estratégico 2021-2026.

Os resultados encontram-se disponíveis no [Painel de Indicadores de Desempenho](#), que integra o [Observatório de Dados](#), que contém dados institucionais organizados em diversos painéis de BI (Business Intelligence).

### 2.3.2 ANÁLISE ESTRATÉGICA E TOMADA DE DECISÃO

O processo de análise estratégica e de tomada de decisão acontece mediante a realização de reuniões periódicas do Comitê Estratégico (COE), conforme definidas a seguir.

#### REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA (RAE)

O COE realiza Reuniões de Análise Estratégica (RAE), quadrimensalmente, para monitorar e avaliar os resultados dos indicadores de desempenho, oportunidade em que delibera sobre eventuais ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional. Na primeira RAE do ano, são avaliados os resultados finais do desempenho do exercício anterior. Nas duas RAEs seguintes, o COE avalia os resultados parciais do primeiro e do segundo quadrimestres do exercício corrente.

No ano de 2022, foram realizadas três reuniões, cujos [relatórios](#) são publicados na intranet e internet do Tribunal.

REUNIÕES DE ANÁLISE ESTRATÉGICA EM 2022	
<a href="#">1ª RAE</a>	14/03/2022
<a href="#">2ª RAE</a>	19/07/2022
<a href="#">3ª RAE</a>	16/11/2022

Na [1ª RAE de 2023](#), ocorrida no dia 15/02/2023, o COE realizou a análise estratégica dos [resultados](#) do exercício completo de 2022 e deliberou sobre as questões relevantes para ajustes e melhorias do desempenho institucional.

#### REUNIÃO DO COMITÊ ESTRATÉGICO (RCE)

O COE realiza reuniões periódicas para tratar de pautas relacionadas ao desenvolvimento de programas, projetos e planos de ação de maior relevância para a gestão estratégica, favorecendo o processo de tomada de decisão. A frequência das reuniões é determinada pelo surgimento de demandas para apreciação, ocorrendo em média duas a três reuniões mensais.

Em 2022, foram realizadas 33 RCEs. Os [relatórios](#) encontram-se publicados na intranet e internet do Tribunal.

# 3

## RISCOS E INTEGRIDADE



## 3.1 ESTRUTURAS DE INTEGRIDADE

### 3.1.1 SISTEMA DE INTEGRIDADE

Com base na [Resolução CNJ nº 410/2021](#), que dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário, o Tribunal delineou o seu [Sistema de Integridade](#) como um conjunto de estruturas, políticas e ações voltadas ao desenvolvimento da cultura da integridade. Esse sistema é composto por instrumentos que definem elevados padrões de conduta para autoridades e servidores(as) na atuação institucional, bem como demonstra o compromisso com a boa governança e com a integridade organizacional.

#### COMPONENTES:

- [Política de Integridade](#) - estabelece princípios e diretrizes que devem nortear a conduta íntegra na consecução da missão, da visão e dos objetivos institucionais;
- [Programa de Integridade](#) - promove as medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção;
- [Código de Ética dos Servidores](#) - estabelece regras éticas de conduta para os(as) servidores(as), fixando explicitamente deveres e vedações no desempenho das funções públicas;
- [Código de Ética em Auditoria Interna](#) - estabelece regras éticas de conduta para os(as) servidores(as) que prestem serviços de auditoria interna, fixando princípios e requisitos inafastáveis para atuação independente, objetiva e imparcial do(a) auditor(a) interno(a);
- [Estatuto de Auditoria Interna](#) - define a missão da auditoria interna e sua atuação de avaliação e de consultoria na estruturação das três linhas de defesa para aumentar e proteger o valor organizacional;
- [Política de Gestão de Riscos](#) - estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos em todos os níveis de atuação organizacional;
- [Política de Segurança da Informação](#) - declara formalmente o compromisso com a proteção das informações institucionais contra ameaças e vulnerabilidades que possam ocasionar fraudes ou violações;
- [Política de Contratações](#) - define práticas de governança e gestão de contratações com foco no planejamento, no alinhamento com as prioridades e estratégias institucionais, e na adoção de elevados padrões éticos para os agentes envolvidos.

 O [Programa de Integridade](#) do TRE-CE é uma iniciativa participante do [Programa Nacional de Prevenção à Corrupção](#), ação decorrente da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), com coordenação e execução da Rede de Controle nos Estados, patrocinada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).



### 3.1.2 GESTÃO DA ÉTICA

O [Código de Ética dos Servidores](#) estabelece que a gestão da ética no Tribunal é conduzida pelo **Comitê Permanente de Ética**, colegiado composto exclusivamente por servidores e servidoras estáveis ocupantes de cargo efetivo, observada a paridade de gênero. A atuação desse comitê dá-se pela orientação quanto às condutas dos(as) agentes públicos(as), com vistas a preservar a integridade organizacional contra eventuais desvios éticos, podendo, em situações de baixa gravidade, desenvolver [Termos de Ajustamento de Conduta](#) como medida pedagógica.



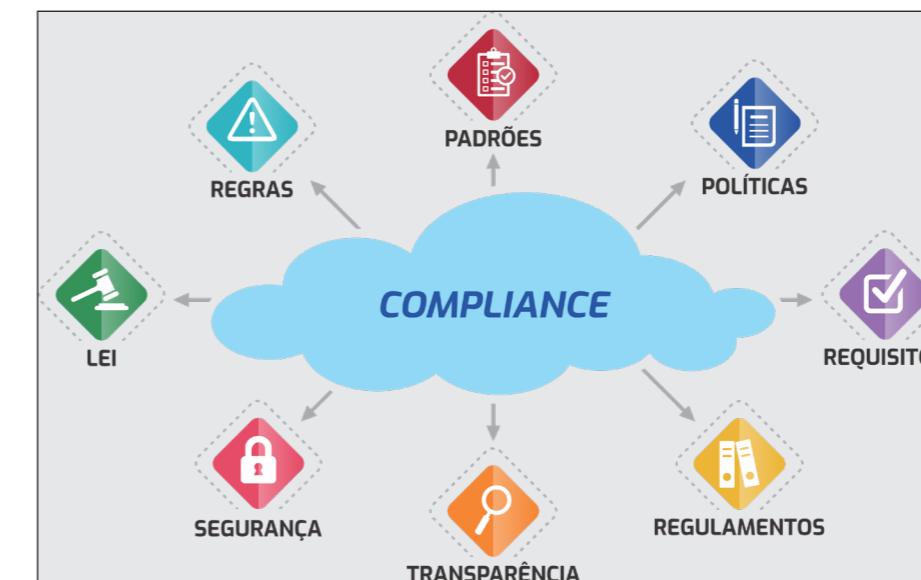
O [Termo de Ajustamento de Conduta](#) é um instrumento de controle da disciplina visando à reeducação do(a) servidor(a) nos casos de infração de menor potencial ofensivo a conduta punível com advertência.

#### Competências do Comitê Permanente de Ética:

- fazer recomendações ou orientações educativas para esclarecimento de dúvidas sobre a ética profissional dos(as) servidores(as), no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público;
- identificar e mapear os riscos éticos em consonância com a [Política de Gestão de Riscos](#);
- verificar a existência de indício de ato, fato ou conduta que considerar passível de infringência ao padrão ético;
- propor a organização de cursos, manuais, cartilhas, palestras, seminários e programas de treinamento em ética;
- monitorar e avaliar o cumprimento do Código de Ética dos Servidores e das ações programáticas instituídas em decorrência dele;
- processar as demandas relacionadas ao [Termo de Ajustamento de Conduta \(TAC\)](#).

## 3.2 COMPLIANCE

No ano de 2022, o TRE-CE posicionou na vanguarda da Justiça Eleitoral ao institucionalizar a sua Assessoria de Compliance, Integridade e Riscos (ASCIR), unidade orgânica dedicada a maximizar os esforços de conformidade com os mais elevados padrões aplicáveis à Administração Pública.



**O que é Compliance?**  
Com origem no verbo inglês *to comply*, que quer dizer cumprir, obedecer, estar de acordo, define-se **Compliance** como seguir as leis, normas, políticas e procedimentos internos das organizações, observados princípios, valores e padrões éticos.

### 3.2.1 ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Como forma de atuar em conformidade com as melhores práticas de governança e gestão, o TRE-CE adotou no seu Planejamento Estratégico um conjunto de indicadores de *compliance*. Esses indicadores foram formulados para mapear relevantes aspectos a serem implementados a partir das recomendações dos órgãos de controle.

#### Indicadores de *Compliance* no Planejamento Estratégico 2021-2026:

- **Índice de Maturidade em Governança Pública** - baseado na implementação de todos os requisitos avaliados no Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas (iGG), desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União;
- **Índice de Governança das Aquisições** - baseado na implementação de requisitos do iGG especificamente aplicáveis às contratações;
- **Índice de Governança de Pessoal** - baseado na implementação de requisitos do iGG especificamente aplicáveis à gestão de pessoas;
- **iGovTIC-JUD** (Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário) - baseado na implementação de práticas decorrentes da [Resolução CNJ nº 370/2021](#), que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- **Índice de Maturidade em Gestão Estratégica** - baseado na implementação das práticas constantes no diagnóstico realizado pelo Conselho Nacional de Justiça em cinco dimensões da gestão estratégica: Planejamento, Execução, Monitoramento e Avaliação, Capacitação e Tecnologia, e Comunicação;
- **Índice de Maturidade da Gestão de Riscos** - baseado nos critérios constantes no Apêndice I do Roteiro de Avaliação de Maturidade da Gestão de Riscos, publicado pelo Tribunal de Contas da União;
- **Índice de Transparência** - baseado nos critérios fixados na aferição do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pelo art. 42-A da [Resolução CNJ nº 215/2015](#);
- **Índice de desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos “Governança” e “Transparência”** - baseado nos critérios fixados na aferição do Prêmio CNJ de Qualidade, que, no ano de 2022, foi regulamentado pela [Portaria CNJ nº 170/2022](#);
- **Índice de cumprimento das recomendações de órgãos de controle** - baseado nas recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, Conselho Nacional de Justiça e Secretaria de Auditoria (unidade de auditoria interna).



Para saber mais: [2.3.1 Macrodesafios e seus desdobramentos](#)

### 3.2.2 CONFORMIDADE LEGAL

No TRE-CE, a realização da conformidade legal é tratada transversalmente (em todas as áreas e em todos os níveis organizacionais), por meio dos processos de gestão dos riscos que estão associados ao não cumprimento de princípios constitucionais, legislações específicas ou regulamentações externas aplicáveis, bem como de normas e procedimentos internos. A estrutura de tratamento dos riscos de conformidade é estabelecida em 3 (três) níveis:

- **1º Nível:** contempla os controles primários, que são instituídos e mantidos pelos(as) gestores(as) responsáveis pelas unidades administrativas e judiciais;
- **2º Nível:** contempla os controles secundários de avaliação de *compliance* e gerenciamento de riscos;
- **3º Nível:** contempla a atividade de auditoria interna com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

O tratamento dos riscos de conformidade ocorre pela adoção da gestão de riscos como ferramenta de suporte e alinhamento às normas direcionadoras.



Para saber mais: [1.2 Principais normas direcionadoras](#)

## 3.3 GESTÃO DE RISCOS

### 3.3.1 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos da Justiça Eleitoral do Ceará está disposta na Resolução TRE-CE nº 563/2014. Essa norma foi revisada em 2022, com o objetivo de majorar a maturidade do órgão em gerenciamento de riscos, contemplando as seguintes mudanças:

- Tratamento específico para os riscos de integridade, que estão associados às vulnerabilidades que possam favorecer ou facilitar a ocorrência de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta;
- Estabelecimento da Metodologia de Gestão de Riscos, com base no modelo ABNT NBR ISO 31000, para estabelecer os processos de gestão de riscos para uso em âmbito institucional;
- Estabelecimento da competência da Assessoria de Compliance, Integridade e Riscos (ASCIR) para disseminar e dar suporte metodológico à implementação e operacionalização do gerenciamento de riscos;
- Institucionalização do Comitê de Integridade e Riscos, instância de governança responsável por articular, junto aos gestores de riscos, a consecução das ações mitigatórias necessárias para o tratamento dos riscos institucionais.

O ano de 2022, ainda assombrado pela pandemia COVID-19, foi o palco de uma das disputas eleitorais mais acirradas da história brasileira. As Eleições Gerais de 2022 foram especialmente desafiadoras para a Justiça Eleitoral, pelo agravamento dos riscos relacionados à imagem institucional decorrentes de sistemáticos ataques de desinformação e fake news. Nesse sentido, a utilização de uma abordagem proativa de gerenciamento de riscos foi fundamental para o enfrentamento das ameaças e para a exploração das oportunidades de aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Adicionalmente, cabe ressaltar que, como parte da permanente busca pela preservação da integridade organizacional, o TRE-CE iniciou uma abrangente revisão dos mecanismos internos de prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento com foco nos riscos de fraude e de corrupção. Essa relevante iniciativa resultou na institucionalização do seu Sistema de Integridade, que abrange a Política de Gestão de Riscos, conforme descrito no item 3.1.1 deste relatório.

### 3.3.2 METODOLOGIA DE GESTÃO DE RISCOS

A Metodologia de Gestão de Riscos usada no TRE-CE segue o padrão ABNT NBR ISO 31000, definindo um processo estruturado com 7 (sete) etapas interdependentes:

- Estabelecimento do contexto;
- Identificação dos riscos;
- Análise dos riscos;
- Avaliação dos riscos;
- Tratamento dos riscos;
- Monitoramento e análise crítica;
- Comunicação e consulta.

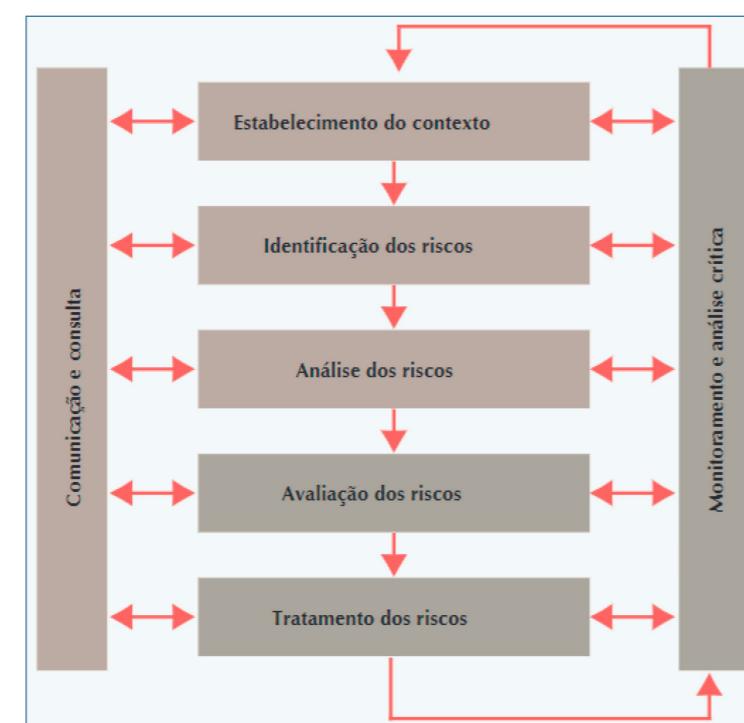
O propósito da etapa Estabelecimento de contexto é definir o contexto e o escopo do gerenciamento de riscos, a partir do entendimento dos ambientes interno e externo, nos quais os riscos podem afetar os objetivos institucionais. No TRE-CE, o contexto do gerenciamento de riscos pode ser estabelecido para:

- Macrodesafio ou objetivo estabelecido no Planejamento Estratégico;
- Programa institucional;
- Projeto corporativo ou setorial;
- Processo organizacional;
- Unidade administrativa;
- Norma ou regulamento aplicável;
- Indicador de desempenho;
- Contrato ou convênio.

A etapa **Identificação dos riscos** envolve a definição de um evento (ou causa) e de um impacto (ou consequência) no âmbito do contexto definido previamente.

O propósito da **Análise dos riscos** é classificar qualitativamente os riscos identificados para garantir a adequada alocação de recursos para tratar aqueles de maior prioridade.

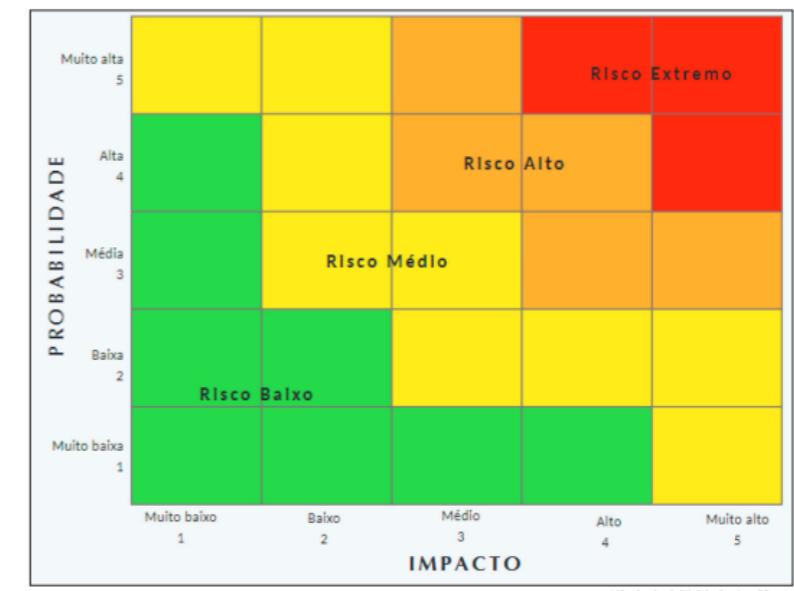
A **criticidade** de um risco é obtida pelo produto aritmético entre as estimativas de **probabilidade** e **impacto** realizadas pelos gestores. Ao avaliar a probabilidade de ocorrência do risco, os gestores de riscos consideram os seguintes intervalos para os graus de incerteza do risco:



- **muito baixa (1)**: somente pode ocorrer em circunstâncias excepcionais;
- **baixa (2)**: pode ocorrer sob certas circunstâncias, diferentes das atuais;
- **média (3)**: pode ocorrer nas circunstâncias atuais;
- **alta (4)**: deve ocorrer em algum momento, pois as circunstâncias corroboram;
- **muito alta (5)**: é quase que certo que ocorra, pois as circunstâncias corroboram e há sinais que apontam uma tendência.

Ao avaliar o impacto do risco, os gestores de riscos consideraram os seguintes intervalos para dimensionar os efeitos causados pelo risco aos objetivos organizacionais:

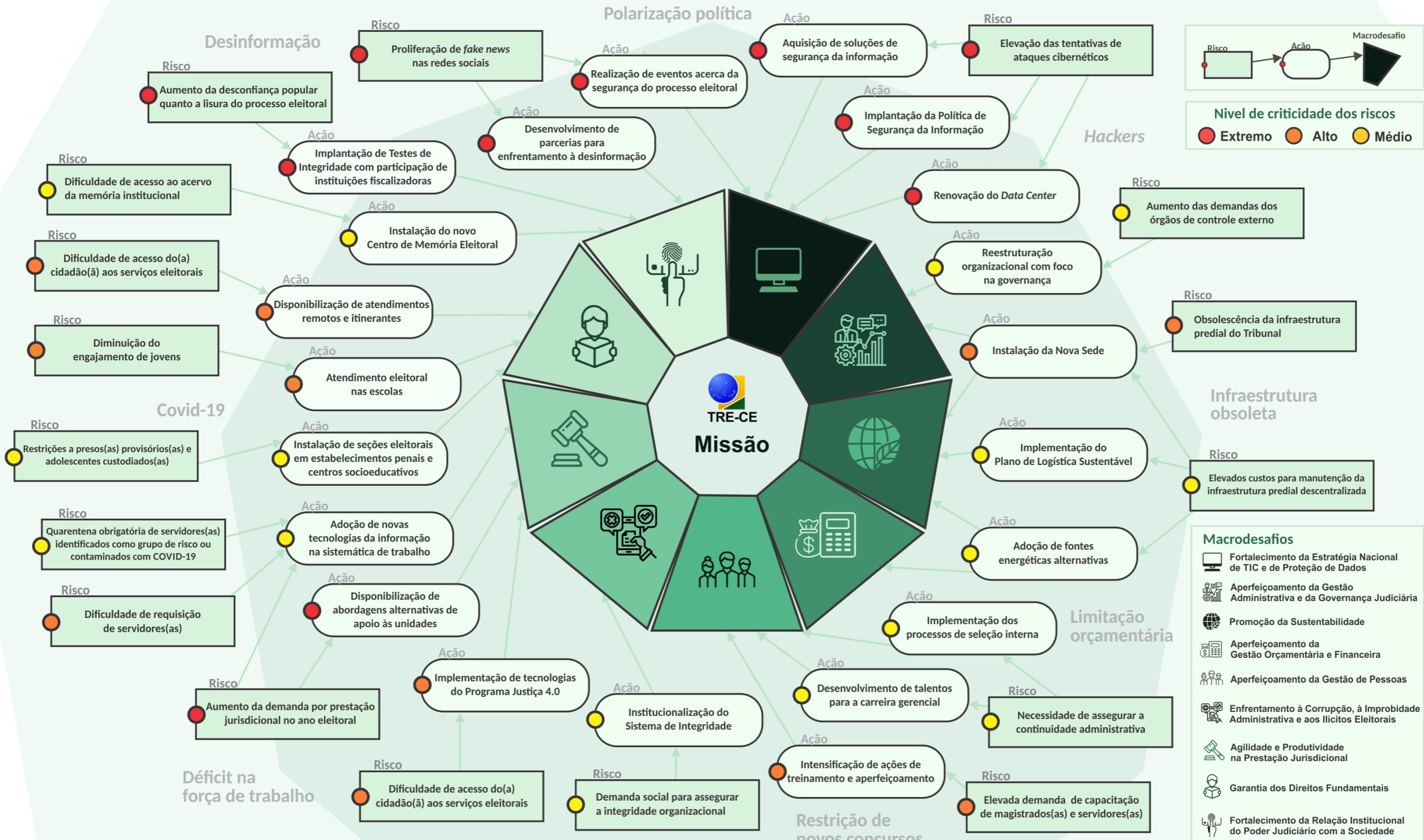
- **muito baixo (1)**: quando houver degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos mínimos nos objetivos;
- **baixo (2)**: quando houver degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos pequenos nos objetivos;
- **médio (3)**: quando houver interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis;
- **alto (4)**: quando houver interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos;
- **muito alto (5)**: quando houver paralisação de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos irreversíveis nos objetivos.



Após o dimensionamento da probabilidade e do impacto de cada risco, a Matriz de Riscos é usada para estabelecer o nível de criticidade dos riscos identificados. Assim, os riscos com maiores dimensões de probabilidade e impacto têm maior classificação de prioridade, em relação àqueles com menores consequências e probabilidades. Dessa forma, o TRE-CE adota uma estrutura padronizada para escalonamento e responsabilização de acordo com o nível de criticidade do risco. Nesse lineamento, os riscos extremos são escalonados ao **nível executivo** (Presidência e Corregedoria), os riscos altos são tratados no **nível estratégico** (Diretoria-Geral e Secretarias), os riscos médios são gerenciados no **nível tático** (Coordenadorias), enquanto os riscos baixos são geridos no **nível operacional** (Seções e Cartórios Eleitorais). Por fim, cabe ressaltar que os riscos altos e extremos são avaliados e monitorados pelo Comitê Estratégico, colegiado que compõe a estrutura de governança do Tribunal.

### 3.4 PRINCIPAIS AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

O TRE-CE faz gestão dos riscos internos e externos com vistas a proteger o valor público gerado pelos grandes objetivos da instituição (**macrodesafios**). Com vistas a assegurar o cumprimento de tais objetivos a instituição emprega a Metodologia de Gestão de Riscos para identificar, analisar e tratar os riscos que possam afetar o alcance dos resultados pretendidos. No ano de 2022, a unidades administrativas gerenciaram 70 (setenta) **riscos negativos** e 42 (quarenta e dois) **riscos positivos**.



# 4

## DESEMPENHO INSTITUCIONAL



## 4.1 RECURSOS FINANCEIROS

A execução orçamentária segue a Lei nº 14.303/2021 e busca garantir o adimplemento das obrigações contratadas a fim de cumprir a missão institucional deste Tribunal.

A Portaria TRE-CE nº 758/2022 estabelece as metas do exercício de 2022 para os indicadores de desempenho do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará.

O Índice de perda orçamentária mede a relação entre o valor não executado no ano corrente e o valor total disponibilizado.



No cálculo deste índice, considera-se apenas a dotação LOA originária, parte referente a despesa discricionária, ou seja, valores referentes às ações 20GP - JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL e 219Z - CONSERVACAO E RECUPERACAO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA.

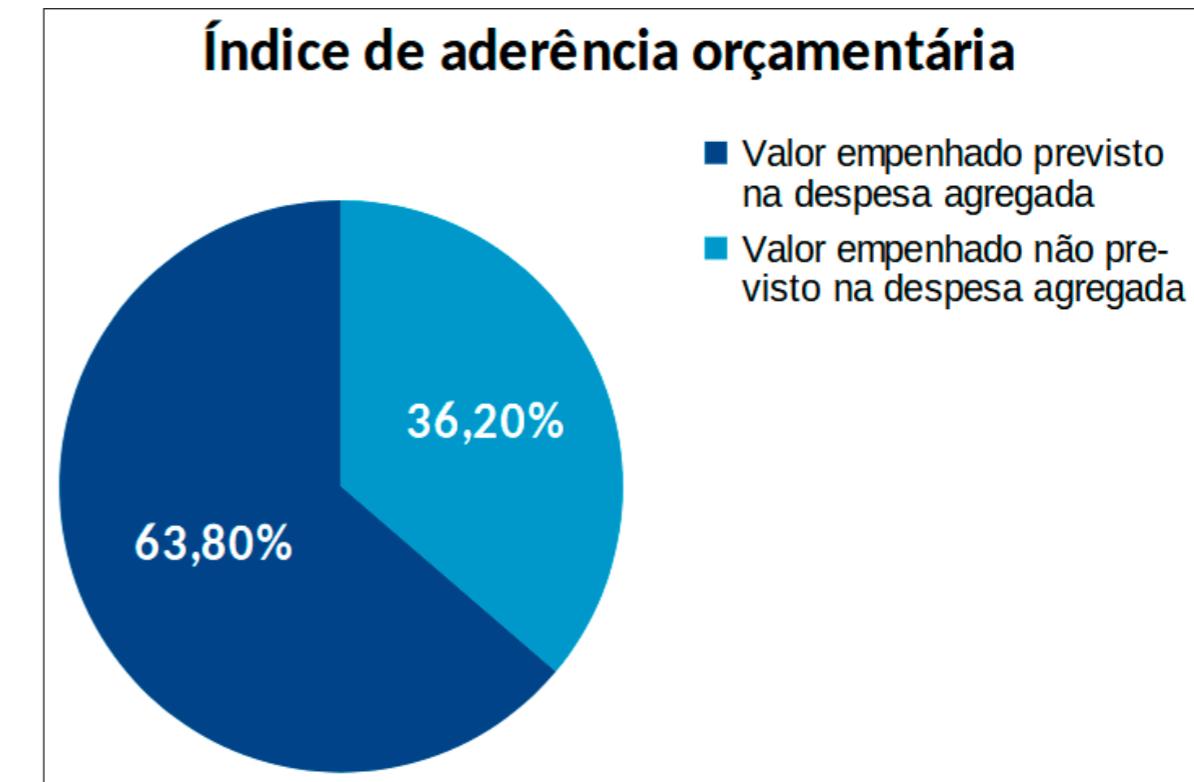
Em 2022, a meta para este índice foi de 7%, enquanto o percentual encontrado foi de 0,90%, tendo em vista frustração de processos licitatórios com aquisição de equipamento de TI e mobiliário para a Nova Sede, bem como, inexecução de valores referentes a reforma da Sede antiga.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	329.226.320,23
DOTAÇÃO EXECUTADA	326.255.931,49
DOTAÇÃO NÃO EXECUTADA (0,90%)	2.970.388,74

META  
7%

ALCANÇADO  
0,90%

O Índice de Aderência Orçamentária mede a relação entre o montante executado e o montante previsto em cada plano interno (PI), referente às despesas discricionárias de manutenção geral previstas na proposta orçamentária deste TRE-CE. A meta estabelecida para o ano de 2022 foi de 60%, tendo este Tribunal alcançado o percentual de 63,8%, considerando os motivos já apontados no índice de perda orçamentária, que também influenciam neste índice, acrescido pelo atraso na ocupação da Nova Sede, planejado para janeiro e concretizado apenas em agosto de 2022.



MONTANTE EMPENHADO CORRESPONDENTE AO PREVISTO	326.255.931,49
---	----------------

META  
60%

ALCANÇADO  
63,8%

O Índice de Agilidade nos Procedimentos de Liquidação e Pagamento visa mostrar o nível de agilidade. Em 2022, a meta para este índice foi de 80%, enquanto o percentual atingido foi de 87,8% dos pagamentos dentro do prazo padrão estabelecido.

META  
80%

ALCANÇADO  
87,8%

## 4.2 PARCERIAS E CONTRATOS

Nesta seção, serão apresentadas as parcerias e os contratos firmados no exercício do 2022 pelo TRE-CE.

### 4.2.1 PRINCIPAIS PARCERIAS

TEMA MATERIAL	ENTIDADE PARCEIRA	OBJETO DO CONVÊNIO/TERMO DE COOPERAÇÃO	NÚMERO	VIGÊNCIA	
				INÍCIO	FIM
 ELEIÇÕES	Universidade Federal do Cariri	A colaboração entre os partícipes, visando ao incentivo da participação voluntária dos estudantes da Universidade Federal do Cariri no processo eleitoral brasileiro.	15/2022	02/06/2022	02/06/2027
	Agência de Fiscalização de Fortaleza - AGEFIS	Programa cooperativo entre CONVENENTE e CONVENIADA objetivando à disponibilização de pessoal para auxiliar a equipe de fiscalização da propaganda eleitoral.	16/2022	03/08/2022	31/10/2022
	Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania - AMC	Consiste no estabelecimento de um programa cooperativo entre CONVENENTE e CONVENIADA objetivando à disponibilização de pessoal para auxiliar a equipe de fiscalização da propaganda eleitoral.	17/2022	10/08/2022	31/10/2022
	Polícia Militar do Ceará	Estabelecimento de um programa cooperativo entre CONVENENTE e CONVENIADA objetivando à disponibilização de pessoal para auxiliar a equipe de fiscalização da propaganda eleitoral.	20/2022	04/08/2022	30/10/2022
	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	Possibilitar ao TRE-CE utilizar a infraestrutura de conexão à Internet do TJCE, para realização da transmissão de dados em municípios termo das Zonas Eleitorais.	28/2022	23/08/2022	31/10/2022
	Banco do Brasil S.A.	Operacionalização do pagamento do auxílio-alimentação aos COLABORADORES convocados para as Eleições 2022.	29/2022	03/07/2022	28/01/2023
 PESSOAS	Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS	Prestação de cooperação técnica entre os partícipes, com vistas à execução de tarefas para auxiliar, de forma remota, as Zonas Eleitorais indicadas pela Corregedoria Regional Eleitoral na análise e movimentação de ações penais eleitorais.	06/2022	29/03/2022	29/06/2022
	GEAP Autogestão em Saúde	Prestação de assistência à saúde dos servidores e empregados ativos, aposentados e pensionistas do TRE/CE, bem como seus dependentes e respectivos grupos familiares.	13/2022	30/12/2022	30/12/2023

TEMA MATERIAL	ENTIDADE PARCEIRA	OBJETO DO CONVÊNIO/TERMO DE COOPERAÇÃO	NÚMERO	VIGÊNCIA	
				INÍCIO	FIM
 <b>ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE</b>	Secretaria de Administração Penitenciária	Viabilizar em estabelecimentos penais do Estado do Ceará, o direito de voto dos presos provisórios que ostentem a condição de eleitor, bem como daqueles que preencham os requisitos legais para sê-lo.	07/2022	27/04/2022	31/12/2022
	Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo	Viabilizar em estabelecimentos socioeducativos do Estado do Ceará, o direito de voto dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação que ostentem a condição de eleitor, bem como daqueles que preencham os requisitos legais para sê-lo.	08/2022	02/05/2022	31/12/2022
	Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos	Os contratos firmados pelo TRE-CE para prestação de serviços terceirizados para a nova sede, reservarão o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar (desde que o contrato possua o quantitativo de 50 (cinquenta) ou mais trabalhadores), atendida à qualificação profissional necessária.	12/2022	10/10/2022	10/10/2027
	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	A divulgação do Programa Pai Presente aos eleitores que comparecerem presencialmente aos cartórios, centrais ou postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.	14/2022	19/05/2022	19/05/2027
 <b>EDUCAÇÃO POLÍTICA</b>	Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC	Realização de ações do Programa Eleitor do Futuro no âmbito das escolas da rede de ensino fundamental e médio do Estado do Ceará.	01/2022	04/03/2022	31/12/2022
	MRH Gestão de Pessoas e Serviços Ltda.	Disponibilizar programas de treinamento em diversas áreas aos funcionários (e parentes de primeiro grau) do CONVENIADO, oferecendo incentivo de desconto especial.	24/2022	14/07/2022	14/07/2027

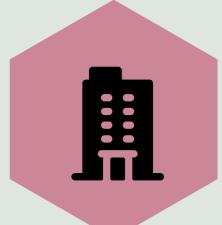
A íntegra dos [convênios firmados pelo TRE-CE](#) encontram-se publicados no site do órgão.

## 4.2.2 PRINCIPAIS CONTRATOS

TEMA MATERIAL	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	NÚMERO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA	
					INÍCIO	FIM
 ELEIÇÕES	Agem Tecnologia Distribuidora Ltda.	Aquisição de fones de ouvido descartáveis para as Eleições Gerais de 2022	23/2022	93.000,00	06/05/2022	06/05/2023
	A. Central Transportes Ltda.	Contratação de serviço de recolhimento das urnas eletrônicas (UEs) nas Eleições Gerais 2022 em Fortaleza/CE, com exceção das urnas da 2ª Zona Eleitoral, de 16 (dezesseis) locais de Apuração para as dependências do CAMU de Fortaleza no dia seguinte ao pleito.	25/2022	61.250,00	10/05/2022	31/12/2022
	Solução Serviços Comércio e Construção Ltda.	Fornecimento de mão de obra terceirizada através da instalação, por prazo determinado, de 642 postos de técnicos em urnas, no intuito de dar suporte nas Eleições 2022	49/2022	4.559.899,97	08/07/2022	31/12/2022
	Maciel Consultores S/S	Prestação de serviço de auditoria externa para exame e validação da organização, condução e conclusão dos trabalhos relativos ao Teste de Integridade referente às Eleições Gerais de 2022	85/2022	143.869,60	31/08/2022	31/08/2023
	K G Nascimento Marketing	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento, produção de material gravado e transmissão on-line dos procedimentos do Teste de Integridades das Urnas Eletrônicas	87/2022	100.340,00	06/09/2022	31/12/2022
 PESSOAS	VENEZA	Assistente Social	082/2022	82.800,00	31/08/2022	31/08/2023
	FAZ	Repcionista	069/2022	4.040.318,60	04/08/2022	04/08/2023
	Lima e Silva Serviços Educacionais e Artísticos	Curso de execução fiscal de multas eleitorais	140/2022	7.500,00	07/02/2022	18/03/2022
	Consultre Consultoria e treinamento Ltda.	Curso completo da planilha de custos, formação de preços e terceirização	1310/2022	3.971,00	11/02/2022	29/04/2022
	A. A. Cabral de C. Pereira	Programa de Desenvolvimento de Sucessores - PDS 2022 - substitutos eventuais das zonas eleitorais e sede do TRE-CE	2246/2022	22.500,00	16/02/2022	02/06/2022
	Associacao dos Arquivistas do Estado de San	IX Congresso Nacional de Arquivologia 2022	2330/2022	300,00	15/03/2022	06/05/2022
	Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda.	Contratação de 5 Vagas no Evento Online "Efd-Reinf e da Dctfweb	3257/2022	6.500,00	17/03/2022	07/04/2022
	One Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e C	Nova IN 65/2021 de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços atualizado com as NS e Lei nº 14.133/2021	2469/2022	6.000,00	21/07/2022	29/07/2022
	PS Treinamento Profissional e Consultoria Emp	Capacitação em gestão, segurança e preservação de documentos digitais	1626/2022	29.910,00	19/04/2022	30/06/2022

TEMA MATERIAL	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	NÚMERO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA	
					INÍCIO	FIM
 PESSOAS	Escola de Negocios Conexoes - Educacao Empre	Prestação de serviços técnicos profissionais especializados de capacitação através da contratação do curso EAD: formação e qualificação de multiplicadores de treinamentos para mesários	4644/2022	60.000,00	01/07/2022	08/07/2022
	Hexagon Assessoria e Consultoria em Gestao Ad	Contratação do curso de aposentadorias e pensões a nova previdência - EC nº 103/2019 -a visão dos tribunais superiores - CNJ/TCU/STF	5031/2022	19.900,00	27/05/2022	02/06/2022
	Supercia Capacitacao e Marketing Eireli	Curso auditoria no setor público - processo de auditoria com foco em governança, riscos e controles	7762/2022	1.680,00	20/05/2022	03/06/2022
	Caio Silva Guimaraes	Curso propaganda eleitoral para as eleições 2022	6525/2022	5.651,82	23/05/2022	03/06/2022
	Fernanda Nicia Nunes Nogueira	Contratação de serviços técnicos especializados de capacitação para realização do programa de preparação para aposentadoria (PPA) do TRE-CE	6855/2022	1.800,00	24/05/2022	24/06/2022
	Adriana Saboia Barbosa	Contratação de serviços técnicos especializados de capacitação para realização do programa de preparação para aposentadoria (PPA) do TRE-CE	6855/2022	1.800,00	24/05/2022	24/06/2022
	Instituto Paranaense De Direito Eleitoral - I	Contratação de 02 (duas) vagas no VIII Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral	8108/2022	2.000,00	25/05/2022	03/06/2022
	Hexagon Assessoria e Consultoria em Gestao Ad	Contratação de prestação de serviços técnicos profissionais especializados de capacitação através da contratação do curso de averbação de tempo de serviço/contribuição atualizado de acordo com as Portarias MF nºs 567, DOU de 20/01/2018, 393, de 31/08/2018 e a Lei nº 13.846/2019	5029/2022	19.900,00	03/06/2022	23/06/2022
	Instituto Paranaense de Direito Eleitoral - I	Contratação de 01 (uma) vaga VIII Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, a ser realizado pelo Instituto Paranaense de Direito Eleitoral - IPRADE	8543/2022	1.000,00	27/05/2022	03/06/2022
	Forum Nacional de Comunicacao e Justica	Contratação de 01 (uma) vaga no XVI Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça - Edição 2022	8232/2022	1.000,00	03/06/2022	05/08/2022
	Centro Latino-Americanano de Estudos Juridicos	Aposentadoria especial e aposentadoria da pessoa com deficiência no serviço público federal	6540/2022	11.050,00	10/06/2022	14/07/2022
	V&A Cordeiro Qualific., Consultoria e Trei	Planejamento das contratações públicas e sua importância conforme a nova lei de licitações	5109/2022	26.975,00	22/06/2022	01/07/2022
	Roberto Wagner Lourenco Lima	Oficina desinformação e processo eletrônico de votação	10334/2022	2.784,96	11/07/2022	15/07/2022
	Escola de Negocios Conexoes - Educacao Empre	Compartilhado planejamento, controle e compensação de emissões de carbono em organizações públicas	10092/2022	2.700,00	05/07/2022	05/08/2022

TEMA MATERIAL	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	NÚMERO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA	
					INÍCIO	FIM
 PESSOAS	Patricia Gasparro Sevilha Greco	Contratação de capacitação por meio da contratação de servidora do quadro efetivo do TRE-PR, Patrícia Gasparro Sevilha Greco, na modalidade instrutoria interna, para realização da oficina Aspectos Processuais das Prestações de Contas Eleitorais	10595/2022	1.283,26	14/07/2022	20/07/2022
	Valeria Cristina Gomes Ribeiro	Oficina: Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências e mobil. reduzida no processo eleitoral	10912/2022	1.010,24	15/07/2022	26/07/2022
	Wendelaine Cristina Correia de Andrade Olivei	Oficina: Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências e mobil. reduzida no processo eleitoral	10912/2022	1.201,36	15/07/2022	26/07/2022
	Veredas – Consultoria e Estrategias em Direito	Curso on line: Prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e discriminação, para juizes eleitorais e servidores	2022.0.000000385-0	12.000,00	29/07/2022	19/08/2022
	RBR Treinamentos e Eventos Ltda.	Curso prático avançado para formação de agente de contratação, pregoeiro e equipe de apoio sobre operacionalidades do sistema comaranet	2022.0.000000386-8	6.570,00	31/08/2022	23/09/2022
	Hexagon Assessoria e Consultoria em Gestão Ad	Palestra: Previdência complementar – reabertura do prazo de migração – cenário, perspectivas e novas regras	2022.0.000005406-3	7.900,00	30/09/2022	07/10/2022
	Integracao Consultoria e Treinamento Ltda.	Curso: Entrevista e seleção por competência	2022.0.000007441-2	2.280,00	26/10/2022	30/11/2022
	Associação Brasileira de Ouvidores	139º Curso Online de Capacitação e 128º De Certificação Em Ouvidoria/ Ombudsman	2022.0.000003366-0	1.964,00	25/10/2022	23/11/2022
	Brasil Solucoes em Capacitacao Ltda.	ETP, TCO e riscos nas contratações de TIC	2022.0.000007976-7	6.750,00	04/11/2022	10/11/2022
 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	NTSEC Sol.em Teleinf. Ltda.	Equip. Firewall de aplicações web	084/2022	1.835.273,00	28/09/2022	24/01/2023
	Torino Informática Ltda.	Eq. Notebook Ultrabook	096/2022	1.243.470,00	18/10/2022	18/10/2024
	Approach Tecnol. Ltda.	Solução de backup p/ data center	103/2022	1.208.500,00	05/01/2023	05/01/2026
	AX4B Sist. de Inf. Ltda.	Soft. Cibersegurança para Oracle	105/2022	594.800,00	09/12/2022	09/12/2023
	SERVIX Informática Ltda.	Soft. Analisador de vulnerabilidades p/ AD	113/2022	676.306,00	60 meses a partir da data de emissão da Nota Fiscal	

TEMA MATERIAL	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	NÚMERO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA	
					INÍCIO	FIM
 SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO	Sociedade Comunitária de Reciclagem de Resíduos Sólidos do Pirambu – SOCRELP	Contratação de associação/cooperativa de catadores de materiais recicláveis apta a realizar a coleta seletiva dos resíduos secos produzidos pelo TRE/CE	66/2021	Sem transferência de recursos	17/01/2022	17/01/2027
	Transágua Transportes de Água Ltda.	Contratação de empresa especializada em serviço de coleta de resíduos sólidos (lixo) e remoção de entulho no prédio da nova sede deste Tribunal	08/2022	27.240,00	04/03/2022	04/03/2024
 NOVA SEDE	Cinzel Engenharia Ltda.	Execução da segunda parcela da obra da construção da Nova Sede do TRE-CE	36/2017	67.532.270,92	19/05/2017	31/03/2023
	Alameda Plantas Comércio de Mudas Ltda.	Aquisição de 926 (novecentos e vinte e seis) mudas de plantas constantes no item 07 do Manual de Arborização da SEUMA.	12/2022	44.438,74	24/03/2022	24/09/2022
	Comércio Silveira Atacadista de Móveis Mogi Mirim Ltda.	Aquisição de mobiliário para salas de treinamento e depósitos da nova sede do TRE/CE	32/2022	228.277,72	13/06/2022	13/06/2023
	Didaque Empreendimentos Ltda.	Aquisição de mobiliário para salas de treinamento e depósitos da nova sede do TRE/CE	33/2022	17.550,00	03/06/2022	03/06/2023
	Claves e Notas Comércio de Instrumentos Musicais Eireli	Aquisição de móveis e equipamentos para depósitos, mobiliário para salas de treinamento e depósitos da nova sede do TRE/CE	98/2022	17.697,00	08/11/2022	31/12/2022
	Agil Comércio e Distribuidora de Equipamentos	Aquisição de móveis e equipamentos para depósitos, mobiliário para salas de treinamento e depósitos da nova sede do TRE/CE	99/2022	192.750,00	08/11/2022	31/12/2022
 AQUISIÇÕES	DPCON – Projetos, Construções e Serviços Eireli	Contratação de empresa especializada em elaboração de Planos de Emergência contra Incêndio e Pânico em consonância com os Projetos de Segurança contra Incêndio, existentes nas edificações desta Justiça Eleitoral	05/2022	21.000,00	17/02/2022	17/02/2023
	Ceará Equipamentos de Segurança Ltda.	Fornecimento, instalação e interligação de sistema de segurança constituído de sensores de barreira, sensores de presença, eletrificador de cerca e central de alarme, para os cartórios eleitorais	07/2022	104.588,03	03/03/2022	03/03/2023
	VIP	Manutenção de equipamentos odontológicos	20/2022	16.680,00	10/05/2022	10/05/2023

A íntegra dos [contratos firmados pelo TRE-CE](#) encontram-se publicados no site do órgão.

### 4.3 INDICADORES DE DESEMPENHO

A avaliação da Estratégia ocorre pela apuração dos resultados dos **indicadores de desempenho** fixados no **Planejamento Estratégico 2021-2026** frente às metas fixadas anualmente por ato da Presidência. Para o ano de 2022, as metas foram estabelecidas por meio da [Portaria TRE-CE nº 758/2022](#). A forma de mensuração de cada um dos indicadores é detalhada por meio do [Glossário dos Indicadores de Desempenho da Justiça Eleitoral do Ceará](#), e os resultados são encontrados na página do [Observatório de Dados](#).

Abaixo, resultados e metas para o ano de 2022.

INDICADOR	RESULTADO 2022	META 2022
Índice de capacitação de servidores	66,56	30
Índice de governança de pessoal	81,88	81,88
Percentual da força de trabalho total participante de ações de Qualidade de Vida no Trabalho (PRQV)	46,24	30
Índice de aderência orçamentária	63,86	60
Índice de agilidade dos procedimentos de liquidação e pagamento	87,88	80
Índice de perda orçamentária	7,44	7
IGovTIC-JUD	66,27	65
Índice de atendimento às demandas por informatização de processos	64,33	50
Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total (1º G)	100	NE
Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total (2º G)	100	NE
Índice de atendimento à demanda (IAD) (1º G)	2,51	2
Índice de atendimento à demanda (IAD) (2º G)	0,8972	1
Taxa de congestionamento líquida (TCL), exceto execuções fiscais (1º G)	22,15	30
Taxa de congestionamento líquida (TCL), exceto execuções fiscais (2º G)	9,58	45
Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos (1º G)	379,18	365
Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos (2º G)	133	266
Índice de celeridade na atualização de direitos políticos	NM	NE
Índice de desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos "Governança" e "Qualidade da Informação"	81,91	NE
Índice de execução do Planejamento Integrado das Eleições	63,37	70
Índice de Gestão das Aquisições	61,66	65

INDICADOR	RESULTADO 2022	META 2022
Índice de Governança das Aquisições	92,59	92
Índice de Maturidade em Gestão de Riscos	60	60
Índice de Maturidade em Gestão Estratégica	89	89
Índice de Maturidade em Governança Pública	82,18	80
Índice de cumprimento das recomendações de órgãos de controle	86,36	85
Índice de prescrição (1º G)	0,45	10
Índice de prescrição (2º G)	0,02896	5
Índice de processos administrativos disciplinares baixados	0,87	1
Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais (TpCpICE) (1º G Crimin)	1.328,41	750
Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais (TpCpICE) (1º G Ñ Crim.)	286,78	365
Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais (TpCpICE) (2º G)	150,96	180
Índice de desempenho de sustentabilidade (IDS)	65,75	100
Índice de Satisfação do Usuário via Sistema de Ouvidoria	91,54	90
Índice de Transparéncia	92,31	NE
Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário	NM	NE
Índice de Acessibilidade	29,73	NE
Índice de Acesso à Justiça	39,4	NE
Índice de Ações de Inclusão Eleitoral	65,33	NE
Índice de Adequação Predial das Unidades Cartorárias	55,07	60
Índice de Promoção de Educação Política sobre o Processo Eleitoral e a Participação Democrática Inclusiva	85	75

#### LEGENDA:

- Na coluna “Resultado 2022”:
  - NM: Indicador **não mensurado** em 2022
  - Preto: Não foi estipulado meta para esse indicador
- Na coluna “Meta 2022”:
  - NE: Meta não estipulada para o indicador

• **Verde**: Meta cumprida  
 • **Vermelho**: Meta **não** cumprida

Em breve análise, vê-se o quadro geral como **satisfatório**, visto que a maioria dos índices superou sua meta, ressaltando que os dados oportunizam que as instâncias internas de governança acompanhem e avaliem os resultados, podendo promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

## OUTROS INDICADORES

### RANKING DA TRANSPARÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

Realizado anualmente, o Ranking da Transparência do Poder Judiciário ([Resolução CNJ nº 215/2015](#)) tem como finalidade, com dados objetivos, avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos. Em 2022, o TRE-CE obteve 92,31% de conformidade no Ranking. Desde 2019, o TRE-CE vem obtendo um percentual de cumprimento acima de 90%.

DESEMPENHO	2019	2020	2021	2022
	90,98%	91,39%	93,30%	92,31%

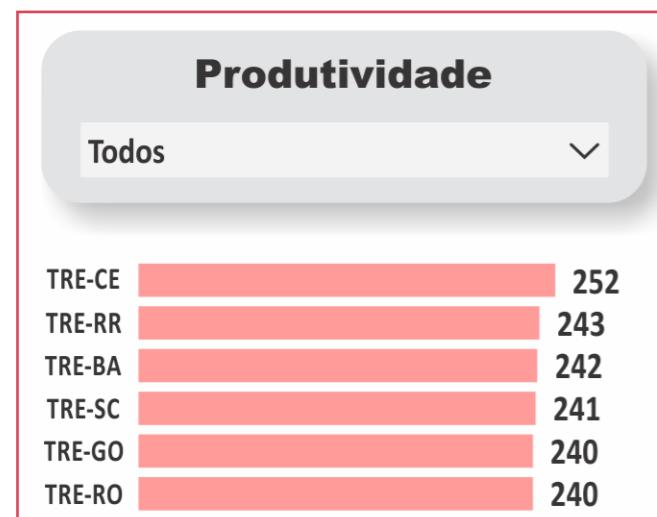
### PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

O Prêmio CNJ de Qualidade ([Portaria CNJ nº 170/2022](#)), importante indicador de desempenho dos órgãos do Poder Judiciário, tem entre seus objetivos o incentivo à produção de dados estatísticos, a promoção da transparência e da melhoria na prestação de informações, bem como o estímulo ao desenvolvimento de mecanismos de gestão e governança, além, ainda, de buscar contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

Dividido em quatro eixos principais (**governança; produtividade; transparência; dados e tecnologia**), o TRE-CE obteve 85,21% de conformidade, sendo agraciado com o Selo Ouro.



EVOLUÇÃO	2019	2020	2021	2022
	61,50%	79,15%	81,11%	85,21%



### METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

O TRE-CE cumpriu todas as **Metas Nacionais do Poder Judiciário** aplicáveis ao segmento Justiça Eleitoral no ano de 2022.

METAS CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA*	RESULTADO
1. Julgar mais processos que os distribuídos. Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	Percentual de cumprimento global: <b>154,30%</b>
2. Julgar processos mais antigos. Identificar e julgar, até 31/12/2022, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020.	Percentual de cumprimento global: <b>124,06%</b>
4. Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.  Identificar e julgar, até 31/12/2022, 60% dos processos referentes às eleições de 2020, e 90% dos processos referentes às eleições de 2018, distribuídos até 31/12/2021, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.	Percentual de cumprimento global (Eleições 2020): <b>163,12%</b>  (No TRE-CE, já estavam julgados, antes do início do ano de 2022, todos os processos relativos às Eleições 2018)
9. Estimular a Inovação no Poder Judiciário. Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.	A meta avalia a implantação de laboratório de inovação e a elaboração e execução de plano de ação inovadora. O TRE-CE atingiu <b>140%</b> de cumprimento da Meta.
10. Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0. Implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal.	A meta avalia a quantidade de unidades judiciárias com “Juízo 100% Digital” e com “Balcão Virtual” implementados. O TRE-CE atingiu <b>151,58%</b> de cumprimento da Meta.

\* Metas aplicáveis ao segmento Justiça Eleitoral.



### RANKING DA SUSTENTABILIDADE

**2º lugar da Justiça Eleitoral** no 6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, publicado em 2022, pelo Índice de Desempenho da Sustentabilidade (IDS), relativo a 2021.



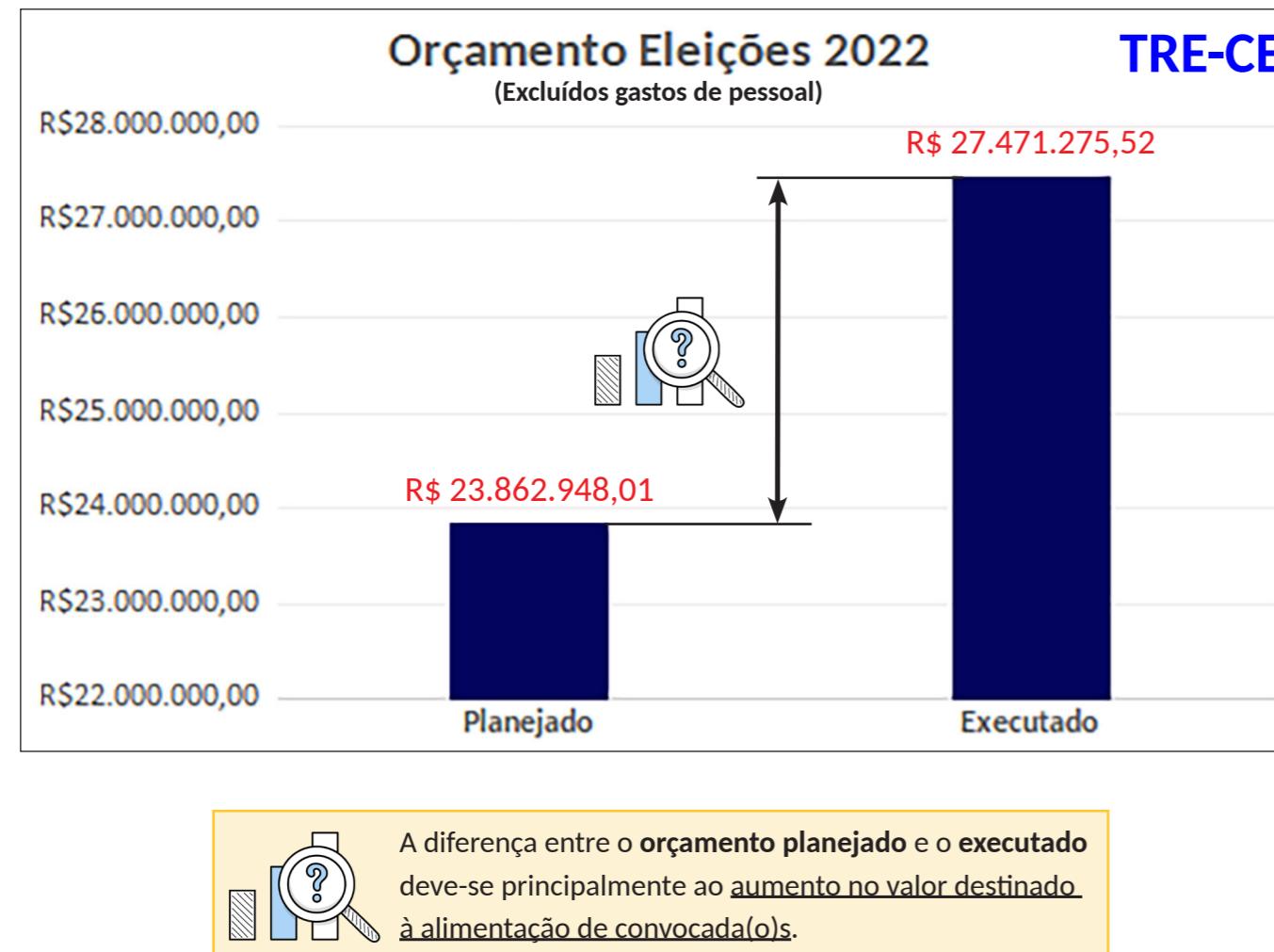
Para saber mais:  
item [4.4.5 Gestão da Sustentabilidade](#).

## 4.4 RESULTADOS

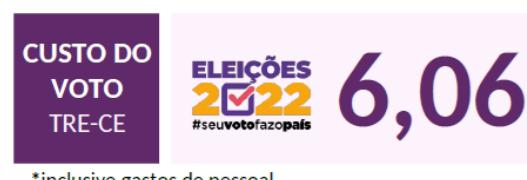
### 4.4.1 ELEIÇÕES 2022

#### O PLANEJAMENTO INTEGRADO DAS ELEIÇÕES (PIE)

Elaborado em 2021, o PIE foi executado em 2022. O Programa é composto por **11 projetos corporativos**, que descrevem atividades relativas aos preparativos da eleição, desde o final do prazo para alistamento eleitoral até a diplomação dos eleitos.



O custo do voto do TRE-CE nas Eleições 2022 foi de **6,06**. O indicador leva em consideração também os gastos ordinários de pessoal, além do valor executado demonstrado, relativizando o quantitativo total do eleitorado cearense.



O que é? Quociente entre...

Despesa Total do TRE-CE\* (no pleito)

Eleitorado

Para que serve?

Avaliar redução de custos através de melhores rotinas.

Em 2022, pela primeira vez, a(o)s convocada(o)s receberam o benefício via Pix, em substituição ao aplicativo Carteira Digital BB e vales postais. Os lançamentos de crédito atingiram **97,32%** (1º turno) e **97,24%**, (2º turno) do total de colaboradora(e)s. O valor do benefício também sofreu incremento em relação às eleições de 2020, passando de R\$ 35,00 para R\$ 45,00 no primeiro turno e R\$ 55,00 no segundo turno.



#### ATIVIDADES PREPARATÓRIAS

##### TESTES E SIMULADOS

EVENTO	PERÍODO
3º Teste de Desempenho dos Sistemas de Totalização	25 a 27 de abril
10º Simulado Nacional de Hardware	16 de maio a 17 de junho
4º Teste de Desempenho dos Sistemas de Totalização	29 de junho a 1º de julho
5º Teste de Desempenho dos Sistemas de Totalização	18 a 20 de julho
11º Simulado Nacional de Hardware	25 de julho a 5 de agosto
Simulado Nacional de Totalização e Ecossistema da Urna	8 a 19 de agosto
6º Teste de Desempenho dos Sistemas de Totalização	24 a 26 de agosto
7º Teste de Desempenho dos Sistemas de Totalização	11 de setembro

##### TREINAMENTOS EM SISTEMAS ELEITORAIS E APLICATIVOS DE URNA

MODALIDADE	PERÍODO	PÚBLICO-ALVO
EAD	12 de setembro a 30 de outubro	Servidores(as) e Apoio Técnico
Presencial	4 e 5 de agosto	Servidores(as)
Presencial	9 e 10 de agosto	Servidores(as) - Zonas com UE 2020
Presencial	26 e 27 de setembro	Apoio Técnico



##### Urna Eletrônica Model 2022/2022: novidades

- processador mais rápido;
- baterias de lítio, ao invés de chumbo-ácido;
- terminal do mesário com teclado touch screen;
- utilização de pendrive como mídia de aplicação em substituição ao flashcard;
- alterações no terminal do eleitor;
- melhorias nos recursos de acessibilidade, inclusive com a novidade do intérprete de libras.

## ELEIÇÕES 2022 EM NÚMEROS

## DADOS

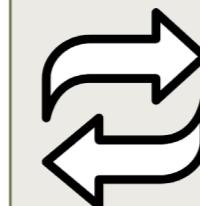
TURNO	MUNICÍPIOS	ZONAS ELEITORAIS	LOCAIS DE VOTAÇÃO	SEÇÕES ELEITORAIS	MESAS RECEPTORAS DE JUSTIFICATIVAS - MRJS	URNAS ELETRÔNICAS (SEÇÃO + CONTINGÊNCIA)
1º	184	109	6.656	24.837	14	25.504
2º	184	109	6.661	24.837	14	25.508

## SEÇÕES ESPECIAIS 1º E 2º TURNOS

	COMUNIDADES INDÍGENAS	COMUNIDADES QUILOMBOLAS	ESTABELECIMENTOS PENAIS	UNIDADES DE INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA
SEÇÕES	33	45	8	3
ELEITORES	8.302	10.772	566	161

MESÁRIOS(AS)*	JUNTAS ELEITORAIS*
91.212	205

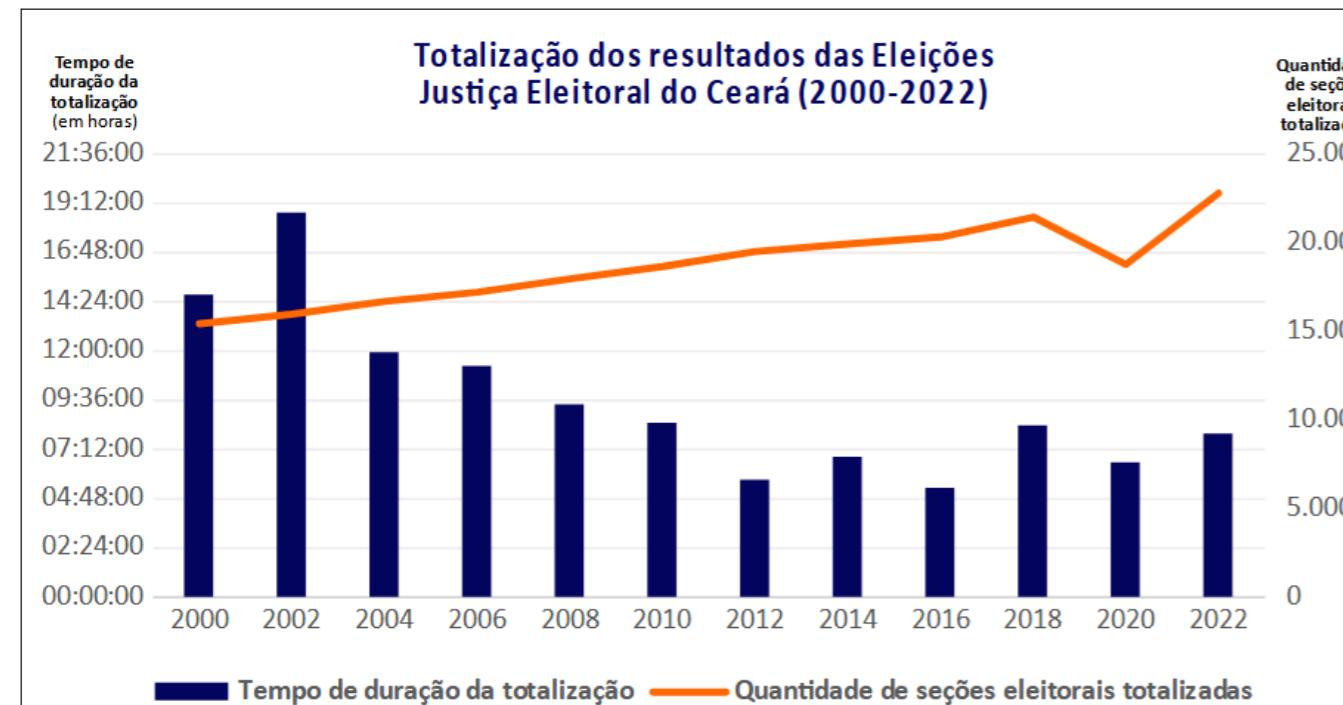
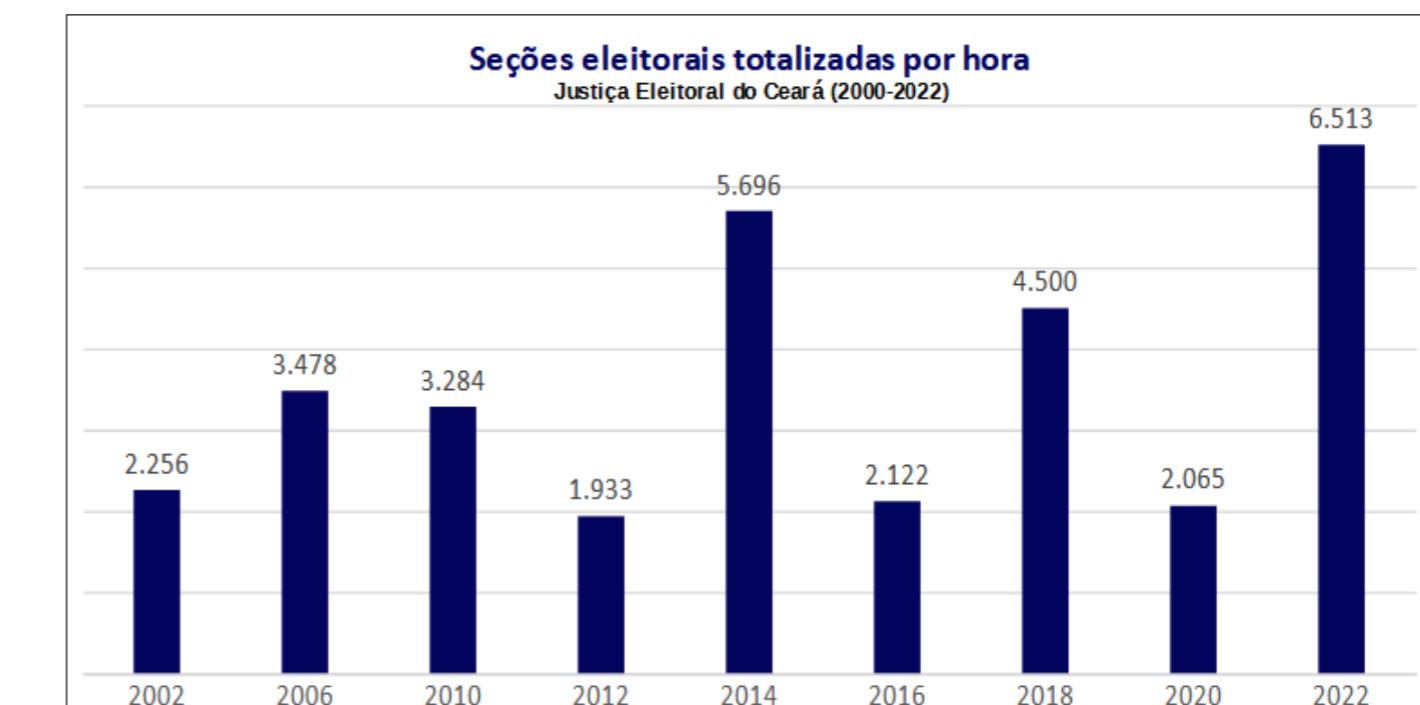
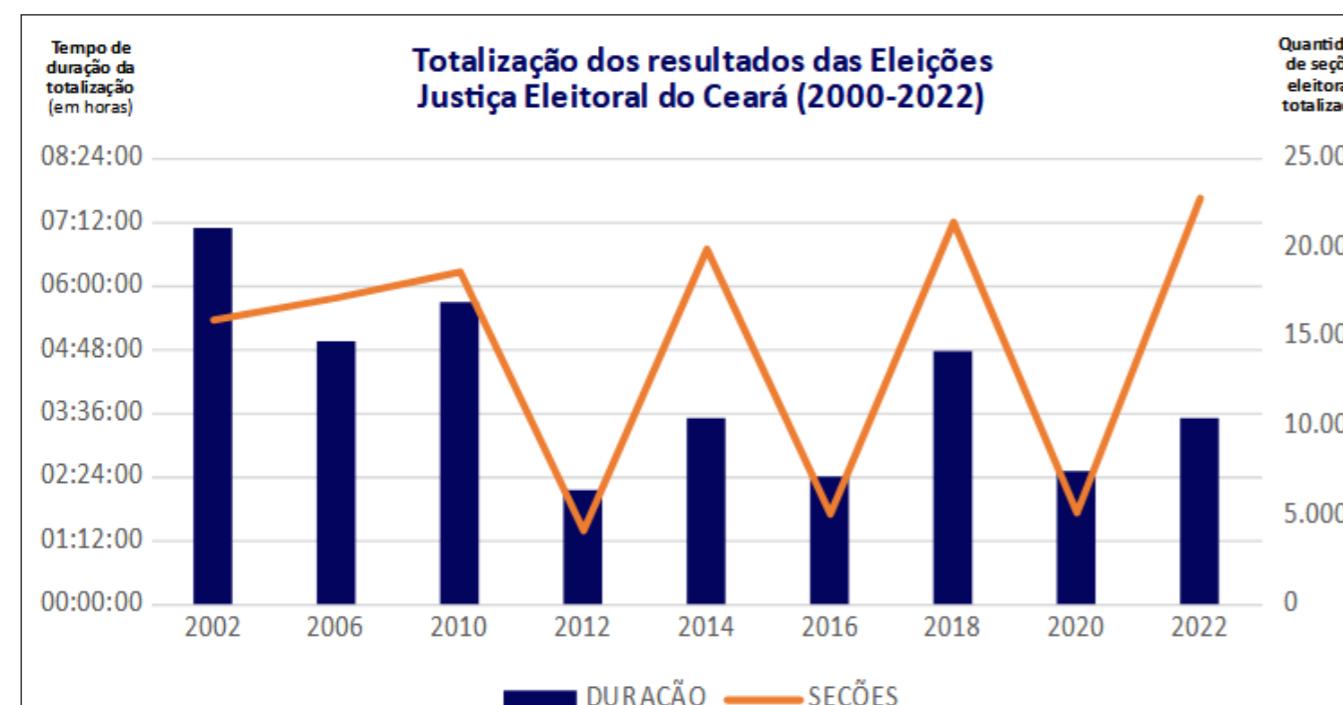
\* Quantitativos referentes ao 1º e 2º turnos.



**Transferência Temporária de Eleitores (TTE):** mudança provisória do domicílio eleitoral, possibilitando aos eleitores votar em outro município dentro de seu estado ou mesmo em outra unidade da federação. A TTE foi ofertada nos municípios com mais de cem mil eleitora(e)s, sendo possível o voto em trânsito no 1º ou 2º turno ou em ambos.  
No Ceará, houve TTE em **Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral**.

## DISTRIBUIÇÃO DO ELEITORADO

TURNO	ELEITORADO APTO	ELEITORADO CAPITAL	ELEITORADO INTERIOR
1º	6.818.732	1.872.200	4.946.532
2º	6.818.192	1.871.625	4.946.567

**TOTALIZAÇÃO: SÉRIES HISTÓRICAS****1º TURNO****2º TURNO**

Para saber mais: <https://www.tre-ce.jus.br/eleicao/eleicoes-2022/eleicoes-2022>.

## DIPLOMAÇÃO

A cerimônia de diplomação das eleitas e dos eleitos aconteceu no dia 16 de dezembro no Auditório do TRE-CE. Em 2022, a disponibilização de um sistema próprio no portal da Justiça Eleitoral do Ceará permitiu a emissão dos diplomas por interessadas e interessados.



**484 diplomas expedidos**  
(até o final do exercício, conforme  
Relatório do próprio sistema)

## OUTRAS AÇÕES

### PROJETO PROPAGANDA ELEITORAL

**Coordenação:** Secretaria da Corregedoria (SCR)

**Objetivo:** assegurar o fiel cumprimento da legislação vigente sobre a matéria por meio da adoção de providências destinadas a aperfeiçoar os procedimentos referentes à fiscalização da propaganda e ao exercício do poder de polícia.

**Canal de denúncia:** Sistema Pardal

**Notícias de Irregularidade em Propaganda Eleitoral (NIPs):** 1066 autuações (1º e 2º turnos)

### OCORRÊNCIAS

TURNO	TOTAL DE OCORRÊNCIAS	TOTAL POR LOCALIDADE	
1º	1.435	787 (Fortaleza)	648 (demais municípios)
2º	512	259 (Fortaleza)	253 (demais municípios)

## AUDITORIA DO FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS



Nas eleições de 2022, o cenário político foi bastante polarizado, com grande disseminação de notícias falsas, principalmente nas redes sociais. Nesse contexto, foram intensificados os ataques à Justiça Eleitoral, principalmente em relação à urna eletrônica (UE), com vistas a descredibilizar a legitimidade do processo eleitoral.

A fim de atestar a segurança das urnas eletrônicas e dos sistemas nelas utilizados, foram realizados, no 1º e 2º turnos, a [Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas \(Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas\)](#), regulamentada pela [Resolução TSE nº 23.673/2021](#).

e [Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais](#)), regulamentada pela [Resolução TSE nº 23.673/2021](#).

### Teste de Integridade das UEs | Novidades

- Aumento do número de **urnas a serem auditadas** de 8 para 35 (27 – Teste de Integridade; 8 –Teste de Autenticidade);
- Definição das seções cujas urnas são submetidas à auditoria, primordialmente, por **indicação das entidades fiscalizadoras**, havendo sorteio somente quando não atingidos os quantitativos determinados;
- Obrigatoriedade de **transmissão on-line** do Teste de Integridade no [canal oficial do Tribunal no YouTube](#);
- Participação de servidores efetivos do Poder Judiciário ou do Ministério como auxiliares nos procedimentos do Teste de Integridade.



## Projeto Piloto com Biometria ([Res. TSE nº 23.710/2022](#))

Nas Eleições 2022, o Ceará foi um dos estados escolhidos para participar desse projeto-piloto, que é parte do Teste de Integridade. No Ceará, ele foi realizado em **2 seções eleitorais** do Colégio Ari de Sá Cavalcante, na Capital, **maior local de votação do Estado**. A diferença neste tipo de auditoria é que o(a) eleitor(a), após votar regularmente, é convidado(a) a habilitar com sua própria biometria, caso deseje, a urna eletrônica submetida ao Teste.



ADESÃO DOS(AS) ELEITORES(AS)	
Projeto Piloto com Biometria	
1º TURNO	2º TURNO
19%	23%

### Resultado – Auditoria do Funcionamento das Urnas Eletrônicas

Atestada a regularidade de todo o processo de auditoria, com o êxito nos testes realizados, os quais foram acompanhados por representantes do Ministério Público Eleitoral, do Exército Brasileiro, da Polícia Federal e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), bem como por auditores externos e do TCU, por representantes de Missões de Observação Eleitoral (MOE), que acompanharam os dois turnos das eleições 2022.



## PROJETO VOTO DE PRESOS PROVISÓRIOS E JOVENS EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO

Observada a legislação eleitoral pertinente e em consonância com o macrodesafio “Garantia dos Direitos Fundamentais” e o objetivo institucional de “Promover ações de inclusão eleitoral destinadas às minorias sociais e aos presos provisórios”, previstos no Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará 2021-2026, a Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral, na qualidade de área coordenadora do Projeto “Voto de Presos Provisórios e Jovens em Unidades de Internação, elaborou o respectivo [Plano de Ação do Projeto](#), cujos principais resultados estão listados abaixo.

- 9 zonas eleitorais envolvidas (57<sup>a</sup>, 66<sup>a</sup>, 78<sup>a</sup>, 93<sup>a</sup>, 117<sup>a</sup>, 118<sup>a</sup>, 119<sup>a</sup>, 120<sup>a</sup> e 121<sup>a</sup>);
- 650 (seiscentos e cinquenta) presos(as) e adolescentes custodiados(as);
- 11 (onze) seções eleitorais instaladas em 8 (oito) unidades prisionais nos municípios de Aquiraz, Caucaia, Itaitinga, Juazeiro do Norte, Pacatuba e Sobral, e em 3 (três) centros socioeducativos de internação no município de Fortaleza.

## MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL (MOE)

Missões de Observação Eleitoral nacionais e internacional acompanharam os trabalhos do 1º e 2º turnos das Eleições 2022 no Ceará. O objetivo era contribuir para o aperfeiçoamento do processo eleitoral brasileiro, ampliando sua transparência e integridade e fortalecendo a confiança pública nas eleições.



### MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL

Organização dos Estados Americanos (OEA)
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP)
Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABDJ)
Transparéncia Eleitoral Brasil

### 4.4.1.1 ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

Em 2022, foram realizadas [Eleições Suplementares](#) para prefeito e vice-prefeito em apenas um município cearense, cujas informações estão detalhadas no quadro abaixo.

DATA	ZONA ELEITORAL/ MUNICÍPIO	RES. TRE-CE	ORÇAMENTO	ELEITORES APTOS	LOCAIS DE VOTAÇÃO	SEÇÕES	MESÁRIOS
11/12/2022	92 <sup>a</sup> – Baixio	912/22 e 913/22	R\$ 31.027,36	5.586	9	23	92

### 4.4.1.2 ELEIÇÕES PARAMETRIZADAS (PARA A COMUNIDADE)

Após dois anos do início da pandemia da Covid-19, a demanda pelo serviço de empréstimo de urnas eletrônicas mostrou-se coerente com a demanda de um ano eleitoral. A seguir, dados gerais das eleições para a comunidade, realizadas em 2022:

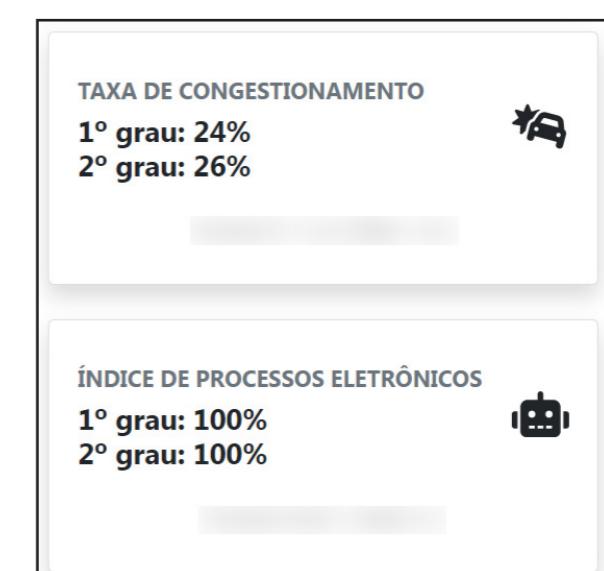
ENTIDADES	SEÇÕES	ELEITORES APTOS	VOTANTES	COMPARECIMENTO MÉDIO
119	223	228.838	43.831	19,15%

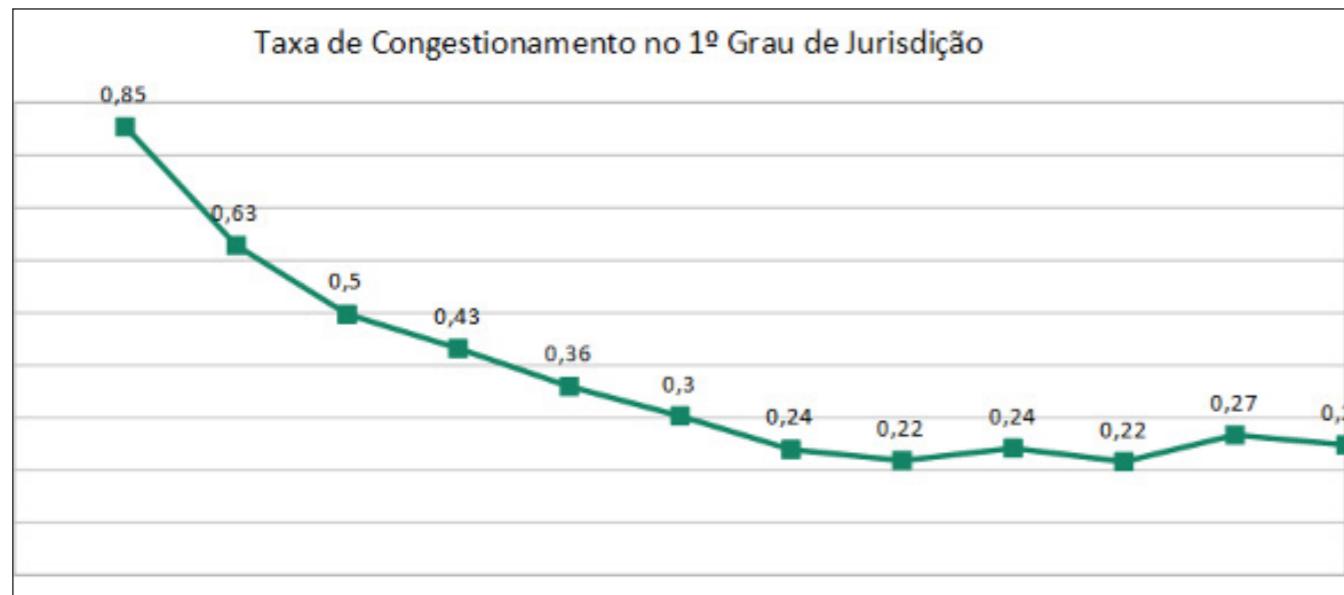
### 4.4.2 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

#### PRODUTIVIDADE (2022)

Por tratar-se de ano eleitoral, 2022 requereu uma gestão planejada para recepcionar um maior volume de processos relacionados ao pleito. Foram designados Juízes Auxiliares responsáveis pelo julgamento de todas as representações, reclamações, pedidos de direito de resposta, referentes às Eleições 2022.

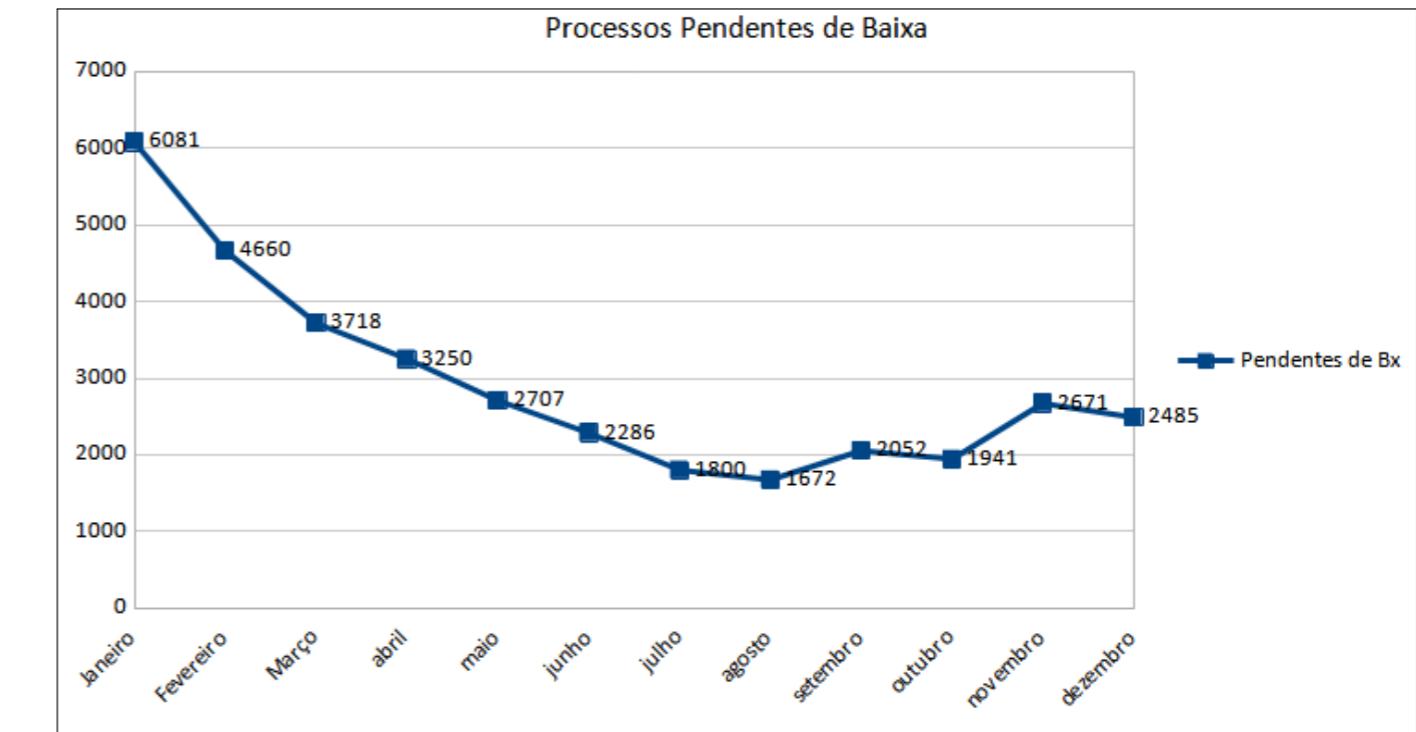
Para a análise dos processos de prestação de contas das Eleições 2022, foram formadas duas **forças-tarefa**: uma que atuou de 2 de novembro a 19 de dezembro de 2022; outra para o período de recesso, iniciado em 20 de dezembro de 2022. Aludidas forças-tarefa, reunidas, trouxeram uma redução significativa do estoque de processos de prestação de contas. De um total de 949 processos, obteve-se a **redução para 150 processos**, dentre os quais constam demandas em prestação de contas em grau de recurso e prestações de contas anuais.





Destacamos também a **redução da taxa de congestionamento e do tempo médio dos processos pendentes criminais** no exercício.

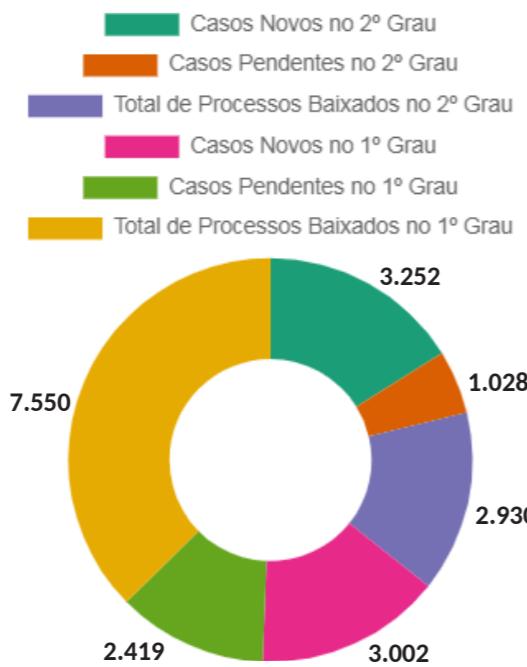
A linha do tempo no gráfico representa a redução da taxa de congestionamento no 1º grau de jurisdição, destacando a taxa em cada um dos meses de 2022.



Da mesma forma está representada a expressiva **redução dos processos pendentes de baixa**, também no 1º grau de jurisdição.

Para se chegar aos resultados das **Metas Nacionais do Poder Judiciário**, demonstrados no item 4.3, os trabalhos da gestão do acervo processual consistiram no monitoramento dos feitos enquadrados nas respectivas metas, com acompanhamento e a análise da tramitação, localização e prazos dos processos.

Com esse trabalho, que geram **relatórios quinzenais** entregues às unidades julgadoras, é possível dar a necessária **priorização processual**.



Em 2022, foi concluída a implementação do novo sistema de jurisprudência (SJUR Web). Tal ferramenta permite o encaminhamento automático das informações constantes dos acórdãos, oriundos do sistema PJe, para o campo de pesquisa de jurisprudência, disponível aos usuários na internet e intranet deste Regional.

#### AÇÕES CORREICIONAIS

- Inspeção:** realizada pela Corregedoria, objetiva o aprimoramento do serviço judiciário por meio do exame das operações e sistemas vinculados ao cadastro eleitoral, dos processos e procedimentos em tramitação, dos livros, classificadores e demais documentos, estrutura física, instalações, equipamentos permanentes e demais matérias relacionadas.

61º ZE	Tamboril	38º ZE	Campos Sales	14º ZE	Lavras da Mangabeira	69º ZE	Aurora	33º ZE	Canindé
48º ZE	Nova Russas	101º ZE	Aiuaba	43º ZE	Jucás	76º ZE	Mauriti	111º ZE	Caridade
20º ZE	Crateús	19º ZE	Tauá	15º ZE	Icó	70º ZE	Brejo Santo	52º ZE	Redenção
40º ZE	Ipueiras	99º ZE	Novo Oriente	72º ZE	Jaguaruana	53º ZE	Nova Olinda	5º ZE	Baturité
21º ZE	Ipu	39º ZE	Independência	10º ZE	Jaguaribe	27º ZE	Crato	4º ZE	Maranguape

#### Inspeções Realizadas



- Autoinspeção (correição ordinária):** realizada anualmente pela autoridade judiciária de primeiro grau anualmente e homologadas pelo Corregedor, tem por finalidade aferir a regularidade do processamento dos feitos judiciais e das informações geridas no cadastro eleitoral, a observância dos prazos e a adequada administração da unidade judiciária, determinando o saneamento de eventuais irregularidades com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

**Resultado:** processos de autoinspeção dos 109 cartórios eleitorais, referentes ao ano de 2021, foram finalizados e arquivados antes do no primeiro semestre de 2022.

- Correição (anteriormente denominada correição extraordinária):** realizado pela Corregedoria, este procedimento tem natureza excepcional destinado à apuração de fatos determinados, relacionados com deficiências graves ou relevantes dos serviços judiciais e eleitorais, ou que prejudiquem a prestação jurisdicional, a disciplina e o prestígio da Justiça Eleitoral, ou, ainda, representem descumprimento de resoluções ou outros atos normativos dos tribunais ou corregedorias eleitorais.

3ª ZE - Fortaleza	67ª ZE - Aracoiaba
8ª ZE - Aracati	75ª ZE - Jaguaruana
15ª ZE - Icó	88ª ZE - Eusébio
32ª ZE - Camocim	105ª ZE - Capistrano

8  
correições  
realizadas

7  
processos  
concluídos  
em 2022

#### PROCESSOS CORREICIONAIS E DISCIPLINARES

MATÉRIA DISCIPLINAR	QUANTIDADE	SITUAÇÃO DOS PROCESSOS
Reclamação Disciplinar	3	Arquivados
Representação por excesso de prazo	1	Arquivado
Sindicância	5	4 arquivados e 1 em andamento

**NOVIDADE:** o Provimento CRE-CE nº 5/2022 dispõe sobre relatório a ser apresentado pelos magistrados no final de sua titularidade na zona eleitoral. Resumidamente, o relatório deve conter:

- Relação dos processos judiciais em trâmite;
- Relação dos feitos suspensos;
- Rol de ações paralisadas há mais de 30 dias;
- Relação da força de trabalho da zona (servidoras(es) e estagiárias(os)), com identificação das(os) ocupantes de Função Comissionada;
- Relação dos principais sistemas utilizados na ZE.

#### 4.4.3 SERVIÇOS PARA O ELEITORADO

##### CADASTRO NACIONAL DE ELEITORES

Em virtude da pandemia de Covid-19, o atendimento presencial ao público só foi retomado no dia 14 de março de 2022, de forma gradual, exclusivamente por agendamento e ainda sem coleta de dados biométricos, conforme diretriz do TSE.

Para os atendimentos relacionados à emissão do título eleitoral, o TRE-CE mantém a adoção da ferramenta **TítuloNet**, desenvolvida pelo TSE. A aplicação permite o *upload* de documentos e confere boa usabilidade no atendimento remoto.

Durante o ano de 2022, foram realizadas **248.031** operações de requerimento de **alistamento eleitoral** em todo o Estado. A título de comparação, em 2021, ano não eleitoral, foram realizadas 88.784. No ano, o total de operações chegou a 450.748.

##### Série Histórica | Operações realizadas por ano

OPERAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alistamento	141.535	144.475	162.279	69.349	88.784	248.031
Transferência	119.792	97.165	126.238	45.964	25.344	104.037
Revisão	1.829.469	573.531	998.554	100.411	31.255	85.910
2ª via	4.794	32.007	16.201	3.955	3.663	12.770
<b>TOTAL DE OPERAÇÕES</b>	<b>2.097.607</b>	<b>847.178</b>	<b>1.305.291</b>	<b>219.679</b>	<b>151.067</b>	<b>450.748</b>



**Para saber mais:** A relação completa dos cartórios eleitorais e unidades de atendimentos está disponível no [portal do TRE-CE](#). Outros serviços ofertados podem ser conferidos na [Carta de Serviços](#).

##### DISQUE ELEITOR

Por meio do Disque Eleitor, o cidadão teve acesso a diversas informações concernentes ao cadastro eleitoral, consultas à sua situação particular, documentação necessária para seu atendimento, orientações acerca do uso das plataformas de atendimento remoto, bem como acesso à ferramenta de agendamento para os casos em que o atendimento presencial é imprescindível.



##### QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS

MEIO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Telefone	152.838	168.038	246.542	107.053	77.290	141.885
E-mail	-	-	-	15.391	3.469	4.302

##### PROJETO TRE EM MOVIMENTO

Lançado pela Corregedoria Regional Eleitoral em 2021, o Projeto surge para agregar ações de cidadania por ocasião das visitas aos cartórios eleitorais pelo Corregedor, objetivando aproximar a Justiça Eleitoral do(a) cidadão(ã).

Em 2022, a **2ª edição** do projeto **TRE em Movimento** contou com as seguintes ações:

- Palestras sobre participação da juventude na política, voto consciente e importância do alistamento eleitoral, além da prestação de atendimento eleitoral em 3 escolas de Fortaleza, como parte das atividades da Semana do Jovem Eleitor; e
- Alistamento eleitoral através da Unidade Móvel do TRE-CE, nas cidades do **Crato** (800 atendimentos) e **Sobral** (2.295 atendimentos), nos meses de março de abril.



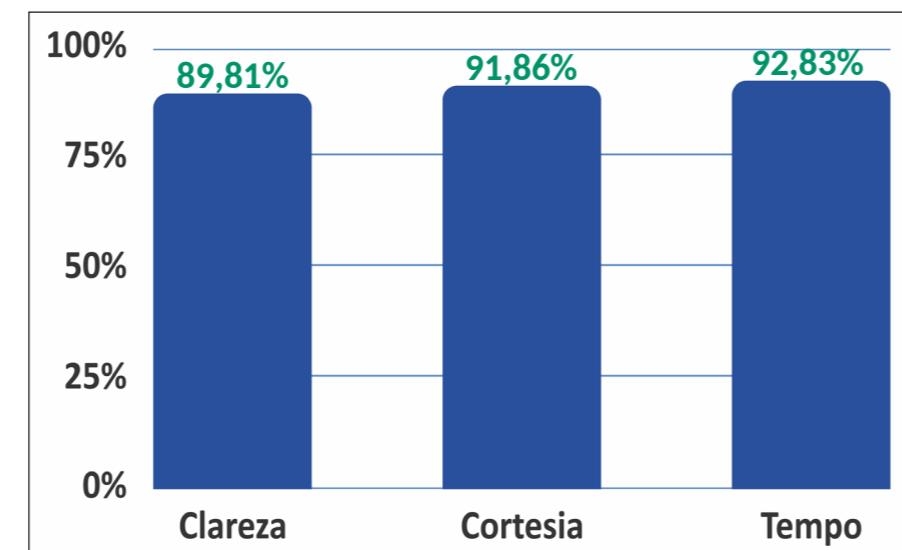
## OUVIDORIA EM NÚMEROS (2022)

**5.374**  
Número total  
de demandas

**Pesquisa de Satisfação do Usuário\***

% de usuários(as) Satisfeitos ou Muitos Satisfeitos

\* Pesquisa respondida por 154 usuários



**89,08%**  
Índice de respostas  
diretas pela OUVIR

**1,4 dia**  
Índice do Tempo  
Médio de Respostas

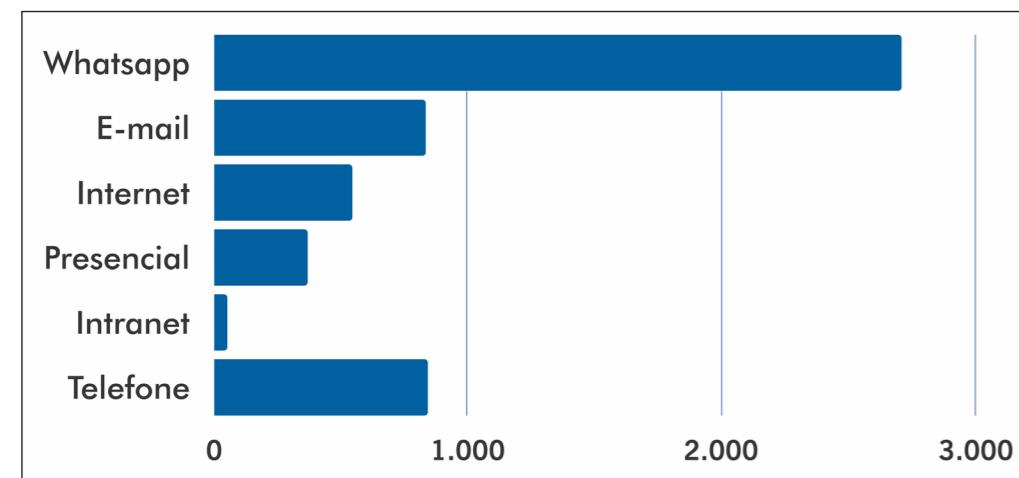
**447,8**  
demandas por  
mês (média)

**125**  
demandas recebidas,  
com fundamento na Lei  
de Acesso à Informação

**TIPOS DE OCORRÊNCIA**

CRÍTICAS	ELOGIOS	SUGESTÕES	RECLAMAÇÕES	DENÚNCIAS	PEDIDOS DE INFORMAÇÕES
Transferência de Domicílio, Eleições, Atendimento ao Público	Atendimento ao Público, Voto em Trânsito	Mesário Voluntário. Acessibilidade, Concurso, Ouvidoria da Mulher	Título de Eleitor, Fila Longa e Demorada, Local de Votação, Propaganda Eleitoral	Propaganda Eleitoral, Servidor, Trabalhador não liberado para votar, PM no local de votação	Título de Eleitor, Certidão, Cadastro Eleitoral, Vale Postal Mesário, Local de Votação
<b>03</b>	<b>50</b>	<b>74</b>	<b>234</b>	<b>295</b>	<b>4.718</b>

## Demandas por canal de atendimento

**Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria (TCRR)\*\***

\*\* mede o tempo médio, em dias úteis, entre o recebimento de cada manifestação dos usuários dirigidas às Ouvidorias e o envio de sua resposta.

$$\text{TCRR} = (\text{Cr} / \text{Cdo}) * 100$$

Cr = Contatos com Resposta

Cdo = Contatos dirigidos à OUVIR + Contatos Anteriores Respondidos

TCRR (%)	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
	100	99,25	97,72	99,03	98,90	96,95	95,23	97,46	98,53	90,52	99,36	98,95

#### 4.4.4 PROMOÇÃO DA CIDADANIA

No exercício 2022, o TRE-CE, na busca do atingimento de sua **visão de futuro** – que envolve tornar-se modelo de excelência também na **educação política** da sociedade –, bem como cultivando o **valor institucional** da cidadania, desenvolveu, por meio da [EJE/TRE-CE](#), diversas ações, em 3 **esferas de atuação** principais:



#### EDUCAÇÃO POLÍTICA

O [Programa Eleitor do Futuro](#) e o [Programa de Valorização do\(a\) Mesário\(a\)](#)

do TRE-CE contemplam, dentre outras atividades, ações de educação política.

Em 2022, participaram voluntariamente dessas ações 31 integrantes do **Banco de Formadores(as)** da EJE-CE, composto por servidores(as) efetivos(as) e requisitados(as).

#### EDUCAÇÃO POLÍTICA EM 2022

**86**

AÇÕES

**14.121**

PESSOAS IMPACTADAS



#### Palestra: "Juventude Cidadã: Protagonista da Democracia"

Abordou a participação da juventude na política, voto consciente e a importância do alistamento eleitoral, além do enfrentamento à desinformação e dos riscos de compartilhamento de informações sem a devida checagem.

- Alcance (escolas): 23 municípios | 113 escolas no Ceará
- Formatos: Presencial | Remoto
- Programa:



#### Parcerias externas:



#### Unidades parceiras (TRE-CE):



Zonas  
Eleitorais

**Webinar**

**Cidadania e Desinformação:  
um rolê da democracia**

**PROGRAMA ELEITOR DO FUTURO/TRE-CE**

**05 de Abril - 16h**

**Palestrante**  
Edna Saboia

**Convidado**  
Gladys Pontes

**Convidada**  
Jucineide Fernandes

**Mediadora**  
Helena Rocha

### Webinário: “Cidadania e Desinformação: um rolê da Democracia”

No evento, foram abordados temas como democracia, cidadania, acessibilidade, inclusão, protagonismo juvenil, desinformação e importância do voto consciente, além de ter sido apresentada a ferramenta Título Net.

- Programa:



- Parceria externa:



### Palestra: “Segurança do processo eleitoral e o combate à desinformação”

A ação tratou dos seguintes temas: participação democrática, segurança do processo eleitoral e da urna eletrônica, enfrentamento à desinformação, formas de fiscalização e de participação da sociedade no processo eleitoral e como ser mesário(a) ou auxiliar de eleição. Ao final, foi apresentado o novo modelo da urna eletrônica.

- Programa:



## CULTURA

No TRE-CE, as atividades culturais são executadas pelo [Programa de Difusão Cultural da Justiça Eleitoral do Ceará](#), que tem por objetivo promover atividades culturais por meio de palestras, debates, exposições, performances teatrais e outros eventos.



Em relação a esse eixo de atuação, o destaque para o exercício 2022 foi a realização do [Encontro Literário da Justiça Eleitoral do Ceará](#), como parte das comemorações à [Semana do Livro e da Biblioteca](#). Na ocasião, foram homenageados(as) servidores e servidoras que têm livros e capítulos de livros publicados.



## MEMÓRIA ELEITORAL

O exercício de 2022 foi marcado pelos seguintes marcos comemorativos alusivos à matéria eleitoral, dentre os quais destacamos:

- 25 anos da urna eletrônica no Brasil;
- 90 anos do voto feminino no Ceará;
- 90 anos da Justiça Eleitoral.

Nessa esteira, o TRE-CE desenvolveu diversas ações, por meio do [Programa de Preservação da Memória da Justiça Eleitoral do Ceará](#), detalhadas a seguir:



**Exposição virtual: 25 anos de uso da Urna Eletrônica - Menção Honrosa no Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário 2022** (em parceria com TRE-BA, TRE-ES, TRE-MT, TRE-RN, TRE-SC, TRE-SP e TRE-TO)

Durante sua participação no **II Encontro de Memória do Poder Judiciário**, em maio de 2022, o TRE-CE recebeu Menção Honrosa no prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário, na categoria



“Difusão Cultural e Direitos Humanos”, pelo projeto [Exposição virtual](#).

[25 anos de uso da urna eletrônica](#), realizado de forma colaborativa por oito tribunais.

Essa exposição virtual objetivou mostrar um pouco da diversidade de meios e estratégias utilizados para tornar possível o ato de votar, desde 1932 até os dias atuais.



## Palestra “90 anos do voto feminino no Ceará”

Por ocasião da **20ª Semana Nacional de Museus**, foi realizada a roda de conversa “90 anos do voto feminino no Ceará”. Durante o evento, que foi o primeiro totalmente presencial do TRE-CE

## 90 anos do voto feminino no Ceará

### O VOTO FEMININO

Adilia Albuquerque Moraes

(...) O decreto 21.075, de 24 de fevereiro de 1932, assinado pelo sr. Getúlio Vargas, com a referida data, estabeleceu o direito da mulher brasileira no pleno de sua mais lídima aspiração, concedendo-lhe os sufrágios populares.

A princípio, o voto feminino foi estendido, com restrições, para eleitores casados, sem distinguir entre os sexos. Assim é que, na parte primeira do Código Eleitoral vigente, encontra-se: art. 2º - “É eleitor o cidadão maior de dezoito anos, sem distinção de sexo, que possua o direito ao voto, salvo o estabelecido no artigo anterior. O Código, tão liberal quanto é, não exclui à mulher casada com estrangeiro ou mesmo aquelas que tenham vida malsã. Fizeram-se reparos em torno do caso, mas, uma bem inspirada coerência não a modificou. (...)



desde o início da pandemia, foi traçado um panorama da busca feminina pelo direito ao voto, explicando que a luta por esse direito está historicamente ligada à imagem e à atuação das feministas.



### Movimento vitorioso

O movimento iniciado nessa capital em favor do voto feminino vai obter rápidos sucessos. Hontom, requereram inclusão na lista eleitoral de 1932, da candidata a deputada Adelino Rocha, digníssima consorte do nosso compatriota Demóstenes Rocha, e Camerinha Barcelos de Almeida, filha do deputado federal autor do “O Ceará”. Hebe vilô o eletorado carioca ao que nos informaram, as reuniões d’Clemente Dantas Barbosa, esposa do sr. João Baptista Leite Barbosa, e Dida Menezes, consorte do sr. Paulo Elpidio de Melo.

Como vêm os leitores, a ideia vai de vento em popa e é de esperar de mesma magnifico resultado.

## Comemoração dos 90 anos da Justiça Eleitoral

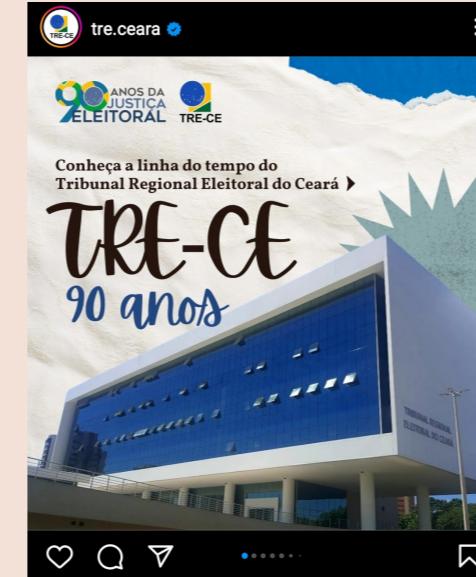
Em 02/08/2022, houve as comemorações pelos 90 anos da Justiça Eleitoral.



**Série de Posts**

Carrossel e vídeo  
“90 anos de instalação do TRE-CE”  
(em 02/08/2022)

**1.775**  
contas alcançadas



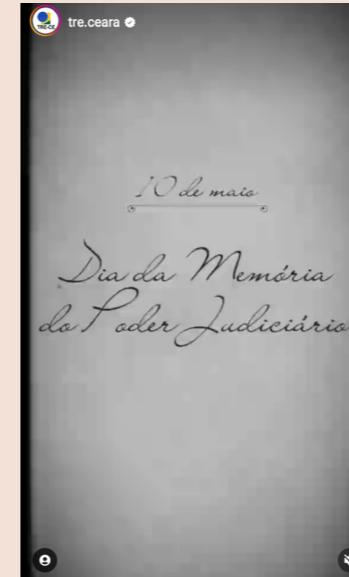


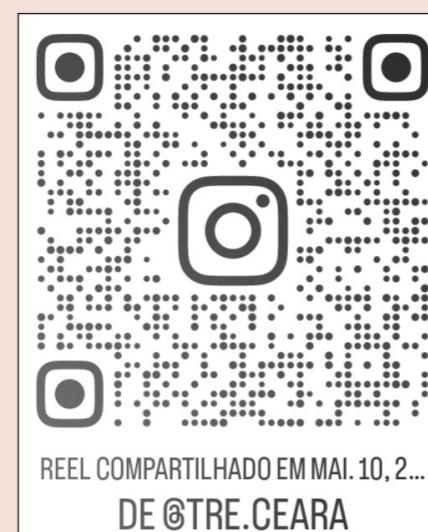
REEL COMPARTILHADO EM AGO. 2, 2...  
DE @TRE.CEARA

**Post**

Vídeo  
“Dia da Memória do Poder Judiciário”  
(em 10/05/2022)

**714**  
contas alcançadas





REEL COMPARTILHADO EM MAI. 10, 2...  
DE @TRE.CEARA

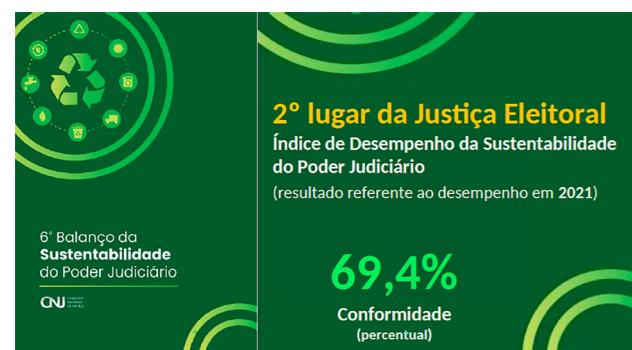
### MEMÓRIA ELEITORAL DO TRE-CE NA INTERNET

[Portal da Memória](#)

[Centro Virtual de Memória](#)

#### 4.4.5 GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

O [Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral do Ceará – PLS-JE/CE 2021-2026](#) (Portaria nº 784/2021) é o instrumento que visa a promover e consolidar a sustentabilidade como valor institucional, em conformidade com a política de sustentabilidade do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 400/2021) e alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).



Em 2022, o TRE-CE alcançou uma posição de destaque no [6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário](#), publicado anualmente pelo CNJ.

O relatório destina-se à avaliação de todos os tribunais e conselhos do país quanto aos resultados obtidos nos indicadores de gestão da sustentabilidade durante o ano de 2021.

Não somente por haver sido um ano de eleições gerais, 2022 trouxe desafios e novidades. Como **destaques**, citem-se:

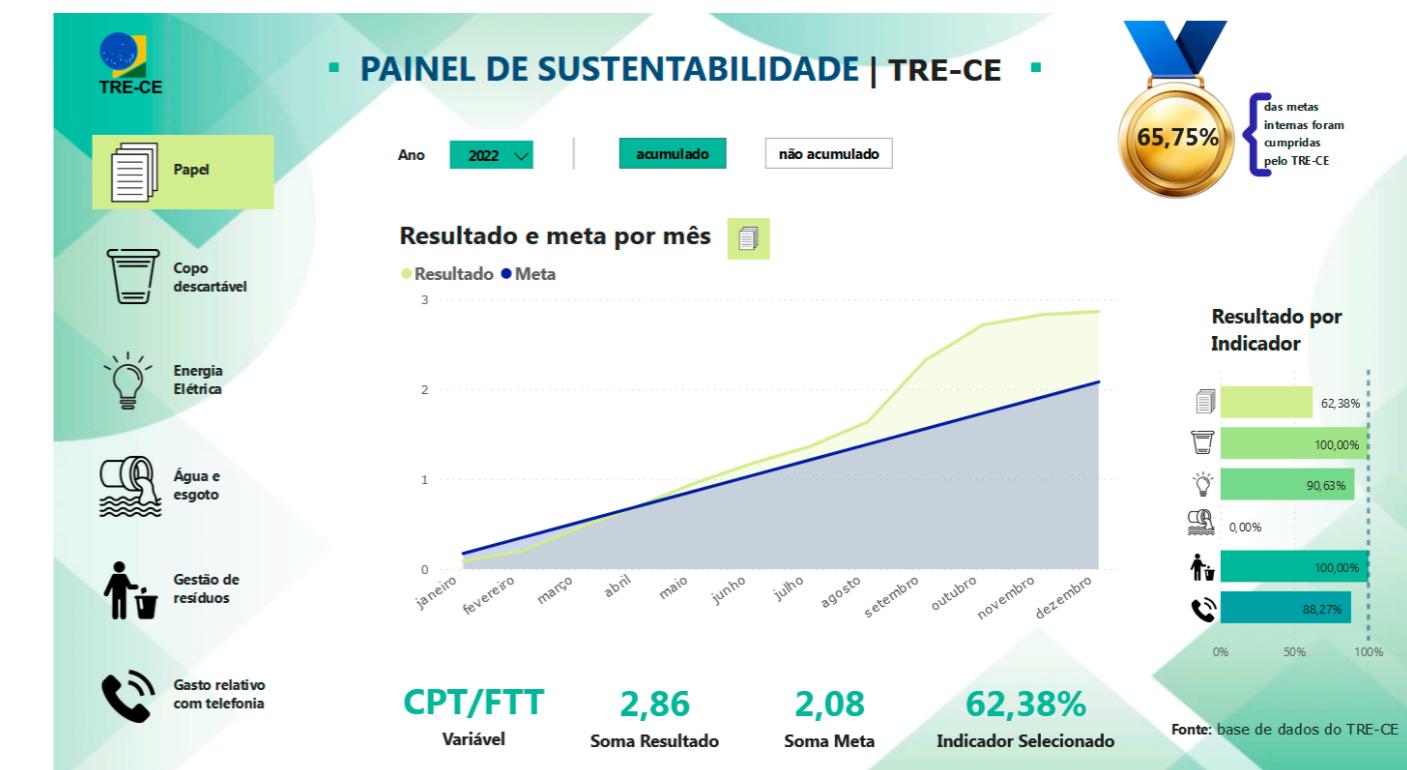
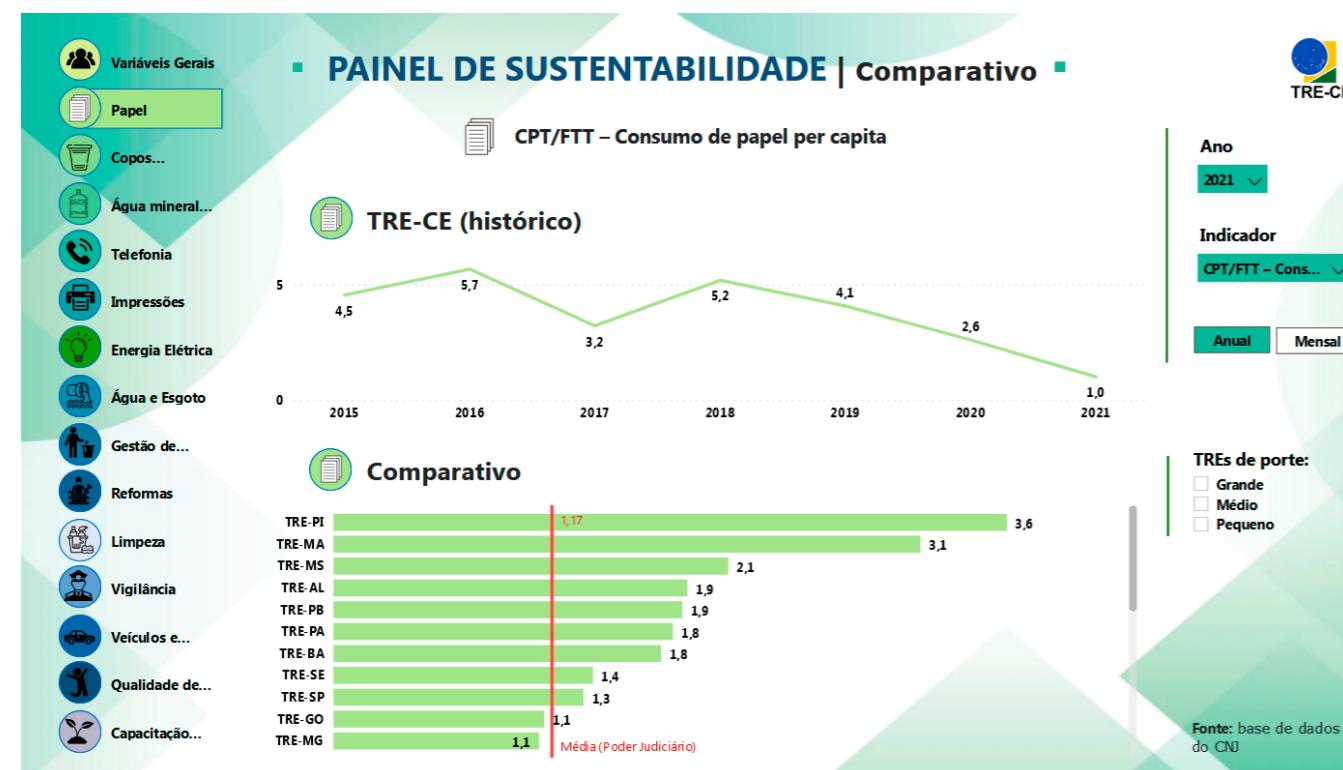
- A criação da **identidade visual da sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Ceará**, que buscou refletir e comunicar seus valores para nossa instituição. Nela, destacam-se as cores primárias dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (Agenda 2030 da ONU), a forma integrada e multirrelacionada dos pilares da sustentabilidade adotados pela Justiça Eleitoral do Ceará e os símbolos para cada um, individualmente, com ilustrações de carnaúbas para representar o pilar ambiental, as pessoas em suas diversas

expressões para o pilar social, a moeda para o pilar econômico e o cordel para o pilar cultural;

- O desenvolvimento do **Índice de Desempenho da Sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Ceará – IDS**, composto por variáveis que historicamente integram o índice de desempenho da sustentabilidade do Poder Judiciário. O índice interno permite acompanhar periodicamente os resultados relativos às suas variáveis. Em 2022, apesar da meta de 100%, alcançou-se apenas **65,75% do IDS**;
- O desenvolvimento de **dois painéis de business intelligence**, alinhados com o IDS da Justiça Eleitoral do Ceará e com os resultados do PLS de todo o Poder Judiciário, constituindo uma ferramenta fundamental para a tomada de decisão da Administração sobre os temas relativos à sustentabilidade;



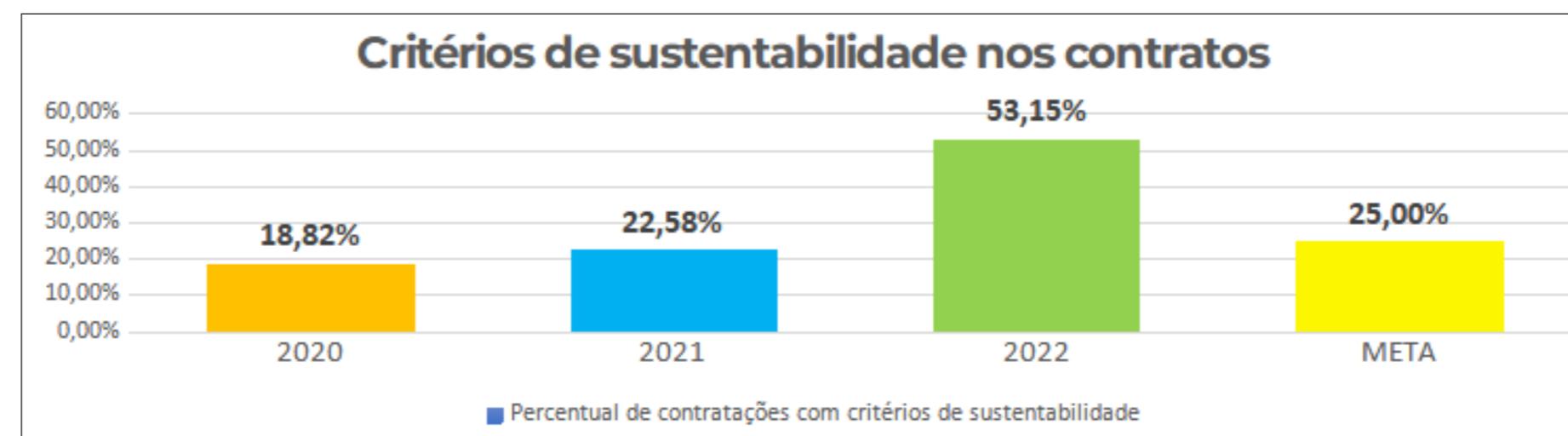
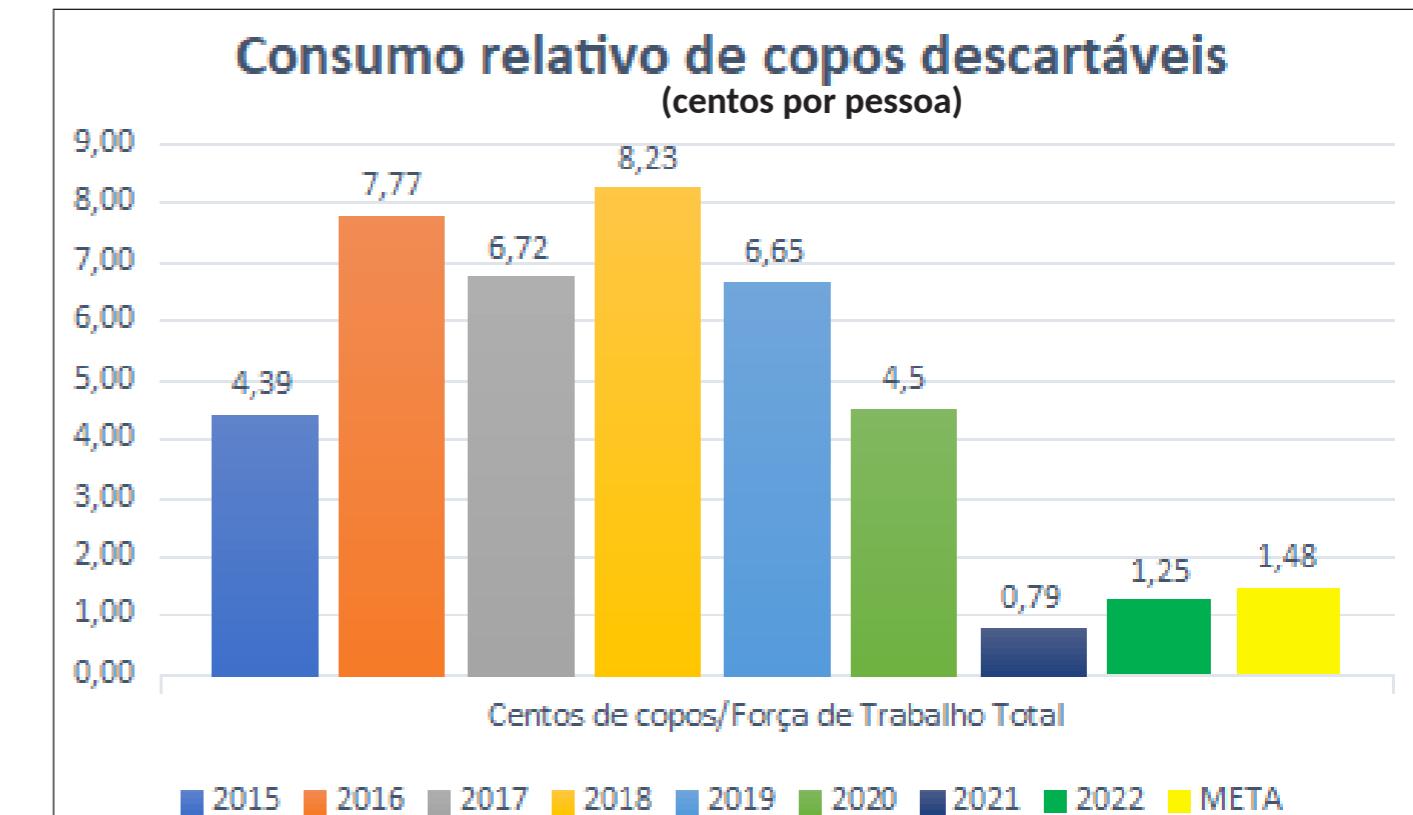
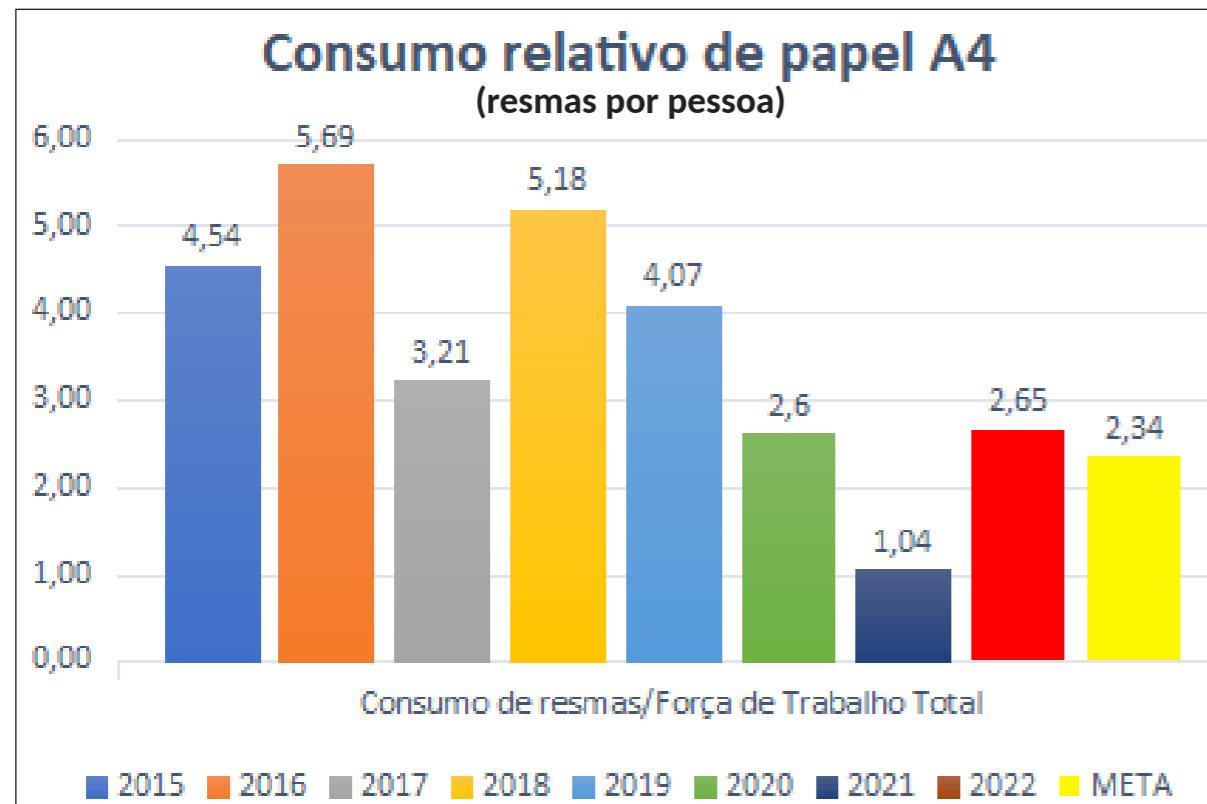
**SUSTENTABILIDADE**  
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ



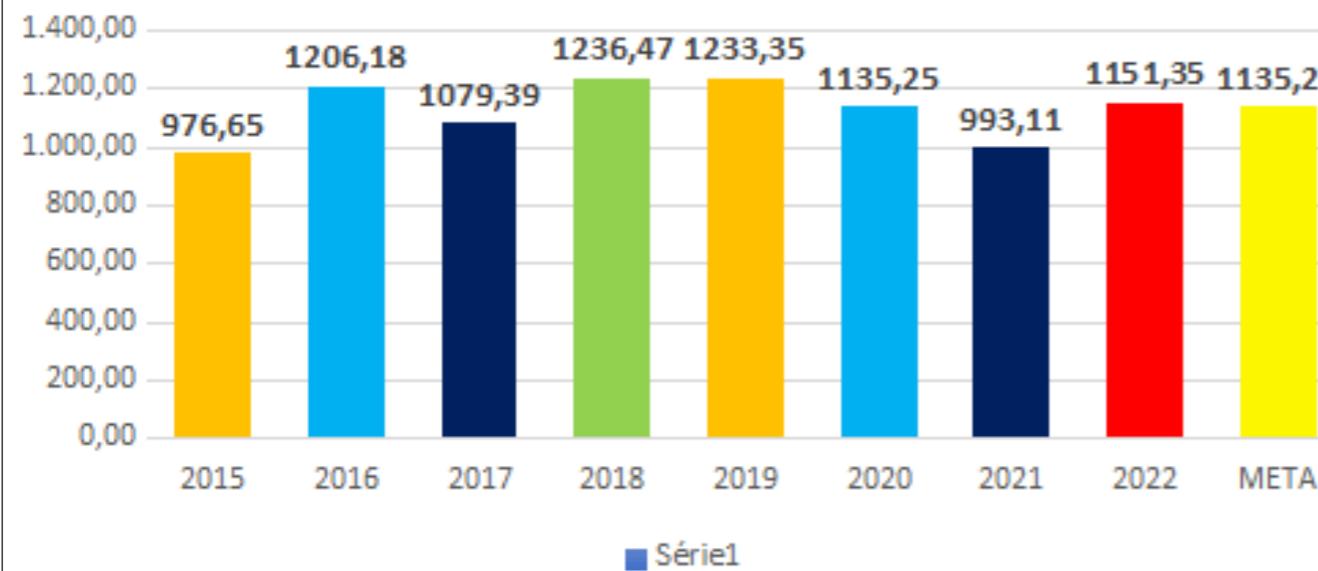
Para saber mais: acesse os painéis de BI de sustentabilidade ([TRE](#) e [Comparativo](#)).

- Inauguração da **nova sede do Tribunal**, que, junto com a demanda elevada de consumo de energia e de água e esgoto, incrementou significativamente a estrutura predial, a partir do expressivo aumento da área construída, mas também da força de trabalho e da demanda por serviços de manutenção predial, como rega de jardins, tratamento de água e esgoto, automação de sistemas, climatização de espaços e outros.

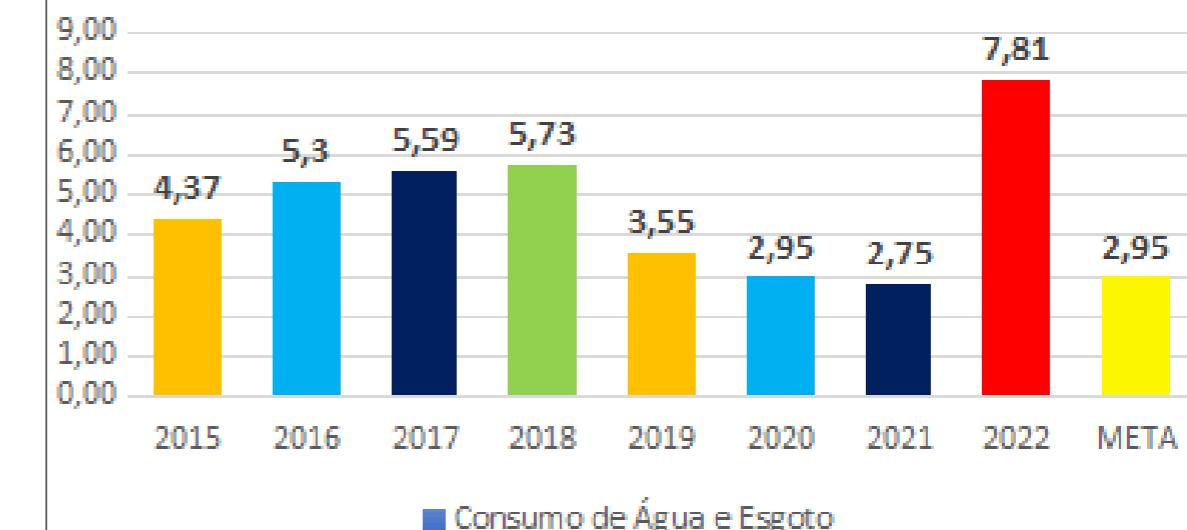
## PRINCIPAIS RESULTADOS DE CONSUMO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ (PLS 2022)



### Consumo de energia elétrica per capita (kWh/ Força de Trabalho Total)



### Consumo água e esgoto per capita (m³/ Força de Trabalho Total)



Para saber mais: acesse o [Relatório de Desempenho do PLS 2022](#).

#### 4.4.6 GOVERNANÇA E GESTÃO

O TRE-CE tem buscado constantemente aperfeiçoar os mecanismos internos para incorporar as melhores práticas de governança e gestão. Durante o ano de 2022, a Alta Administração ratificou o compromisso com a boa governança, o que resultou na reformulação do Sistema de Governança e Gestão, regulamentado pela Resolução TRE-CE nº 905/2022, e na **institucionalização do Sistema de Integridade**, regulamentado pela Resolução TRE-CE nº 900/2022, reestruturando as instâncias internas para avançar na criação e na proteção de valor público.

Nesse sentido, destacam-se **duas boas práticas** deste Tribunal:

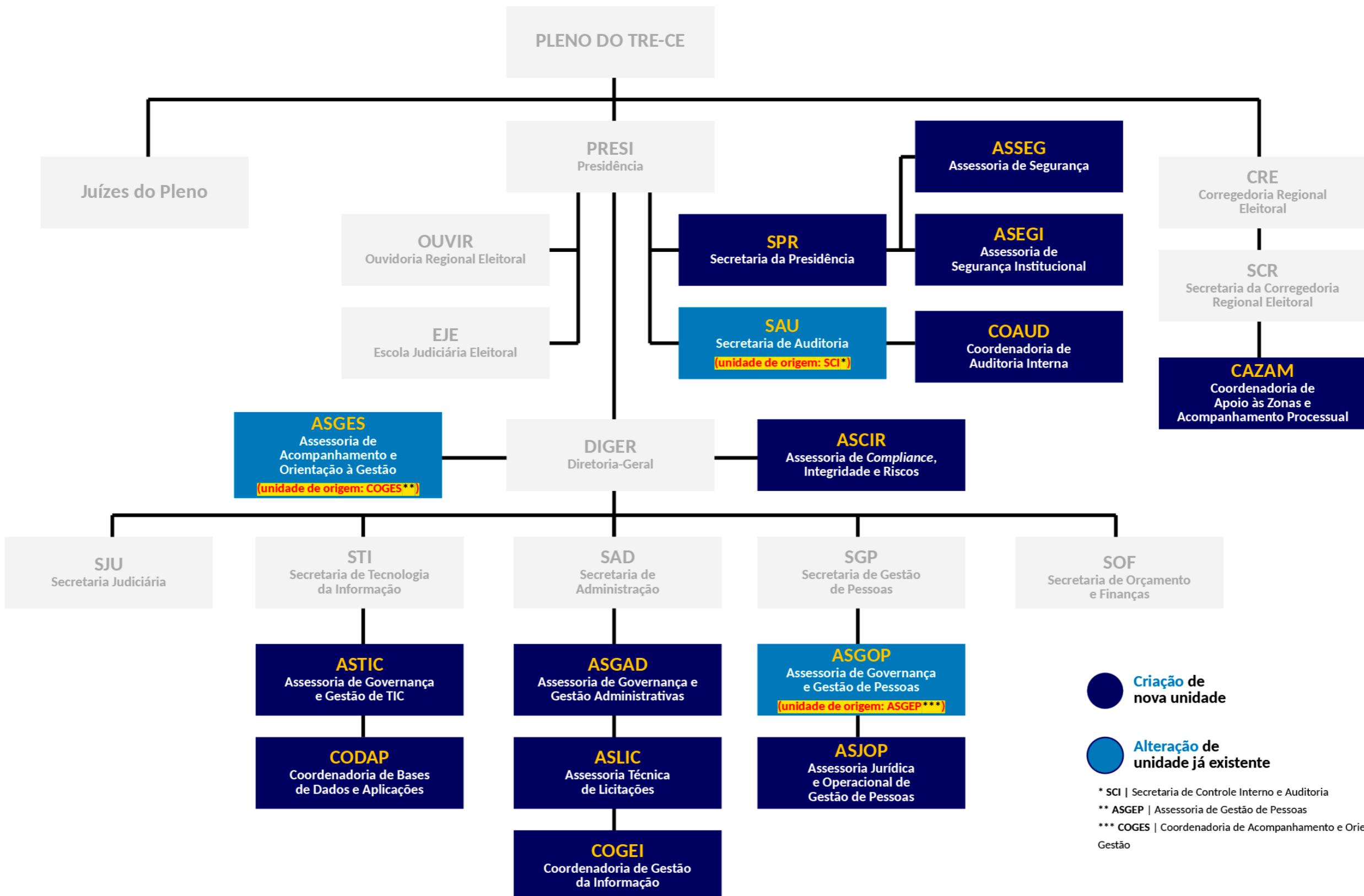
##### A) MUDANÇAS NA ESTRUTURA ORGÂNICA

Além disso, seguindo prática do Tribunal Superior (Resolução TSE nº 23.698/2022), o Regional cearense promoveu **mudanças em sua estrutura orgânica**.

Com a oportunidade, entre outras mudanças, foram reforçadas as principais áreas da gestão: **Pessoas, Aquisição e Tecnologia da Informação**, com a criação de assessorias de governança e gestão. Foram criadas ainda outras assessorias: a **ASCIR**, assessoria dedicada ao compliance, integridade e riscos, temas sensíveis à Administração; a **ASSEG**, de segurança; e **ASEGI**, de segurança da informação.

## Principais mudanças na estrutura organizacional do TRE-CE

### Exercício 2022



## B) CRIAÇÃO DA REDE INTERNA DE GOVERNANÇA

Com a criação de unidades de apoio à governança integrantes do Sistema de Governança e Gestão (Res. TRE-CE nº 905/2022), o Tribunal instituiu a Rede Interna de Governança da Justiça Eleitoral do Ceará (Portaria TRE-CE nº 910/2022), com vistas ao aperfeiçoamento dos processos de governança, de transparência, de integridade, de conformidade legal, de segurança da informação e de gestão de riscos, além do fomento à cultura da gestão estratégica.

### Indicadores de Governança e Gestão

Com o movimento de melhoria nas práticas de governança e gestão, este Tribunal encontra-se alinhado ao TCU, que tem promovido, sistematicamente, **levantamentos** para expressar a situação das temáticas relativas à governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas. Com base nesses levantamentos, que têm sido aplicados desde 2017 nas áreas relevantes da gestão (pessoas, TI, contratações, transparência, integridade e riscos), o TRE-CE tem empenhado esforços para adotar as práticas que mais agregam valor e melhoram a sua capacidade de responder aos anseios da sociedade. Os resultados do levantamento realizado internamente em 2022, são os seguintes:

INDICADOR DO TCU	VALOR
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	75,7%
iGovPub (índice de governança pública)	83,6%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	74,2%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	65,3%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	67,0%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	59,3%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	81,8%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	67,9%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	68,9%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)	47,0%

O desempenho obtido no exercício foi fundamental para direcionar a atuação do TRE-CE no aperfeiçoamento dos seus processos internos. Assim, como reflexo desse diagnóstico, foram estabelecidos indicadores de desempenho no Planejamento Estratégico 2021-2026 com amparo direto nos critérios do levantamento do TCU. Dessa forma, foram formulados os indicadores internos a seguir que servem para mensurar o grau de aplicação das boas práticas elencadas pelo órgão de controle externo:

INDICADOR DO PEJEC 2021-2026	TOTAL DE BOAS PRÁTICAS INCORPORADAS
Índice de Maturidade em Governança Pública	603
Índice de Governança das Aquisições	81
Índice de Governança de Pessoal	127

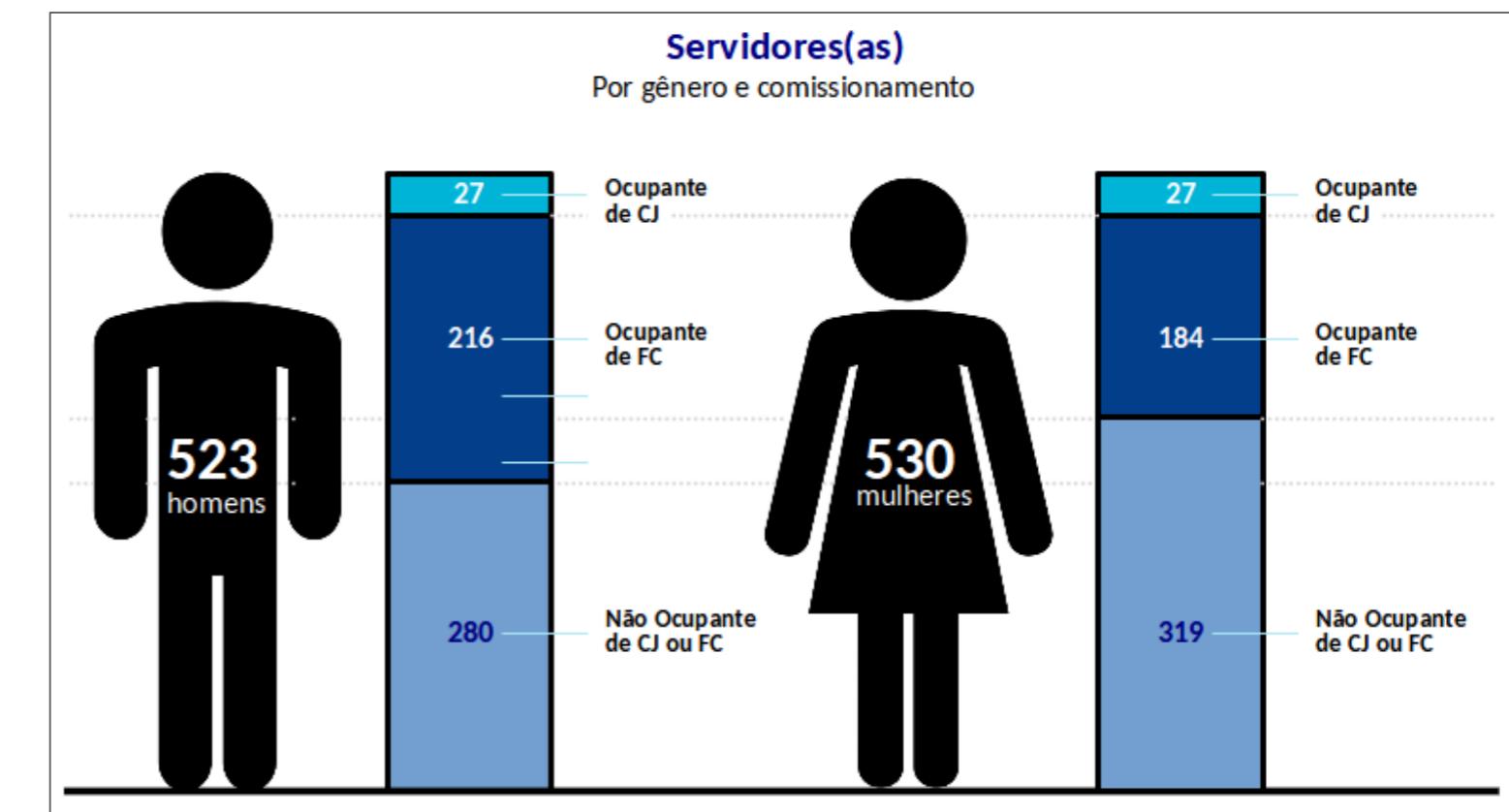
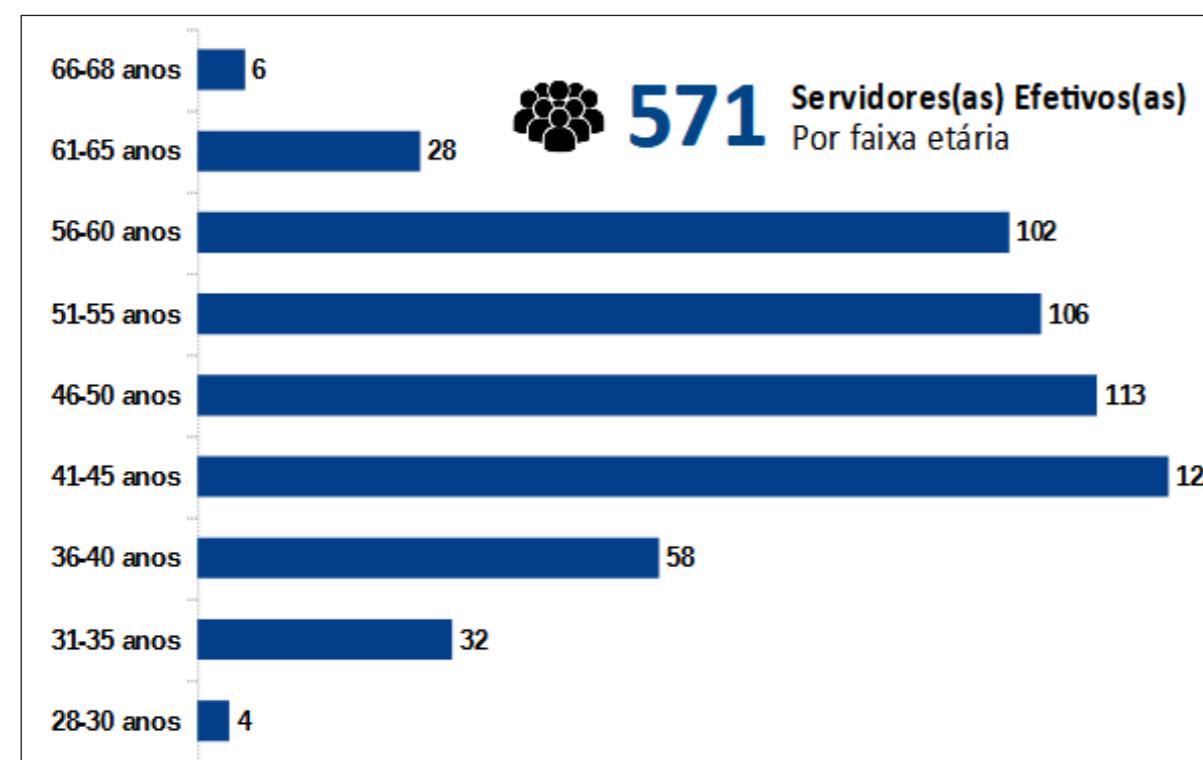
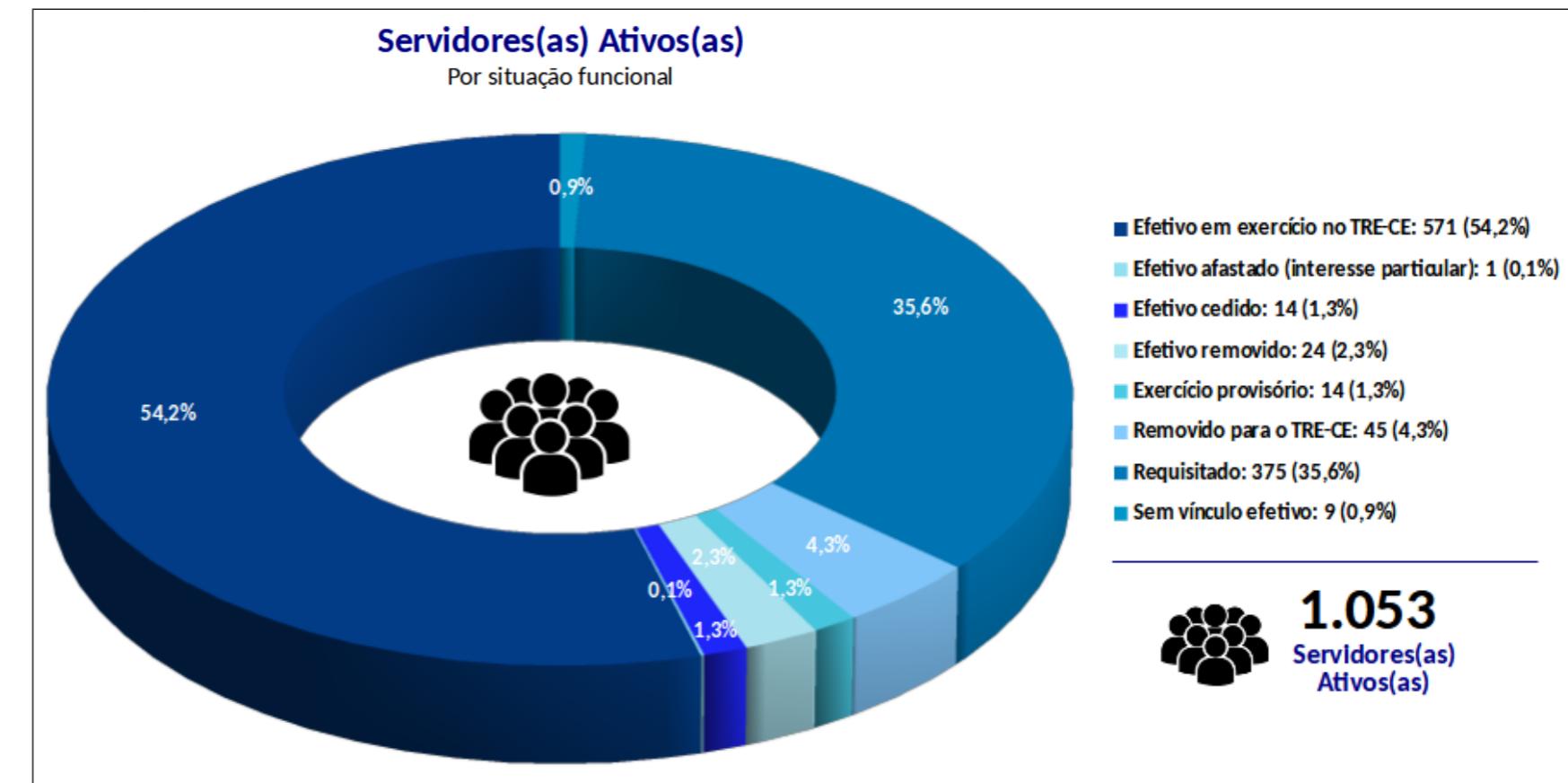
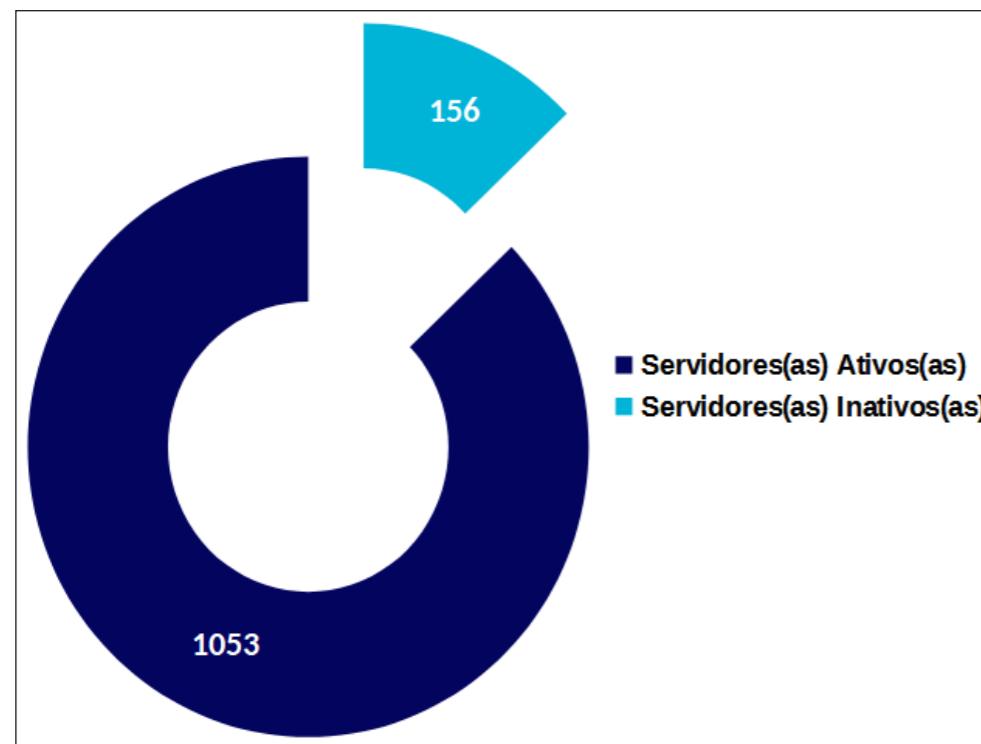
Adicionalmente, adotou-se ainda a medição do **indicador IGovTIC-JUD**, cuja formulação segue a metodologia insculpida na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD), instituída por meio da Resolução CNJ nº 370/2021. Dessa forma, o Planejamento Estratégico vigente define claramente a relevância da atuação institucional para melhoria contínua da sua governança em linha com as orientações dos órgãos de controle externo. Especificamente, para o ano de 2022, a Presidência do Tribunal fixou metas para os indicadores de desempenho retomencionados por meio da Portaria TRE-CE nº 758/2022, conforme já demonstrado, obtendo-se os seguintes resultados no término do exercício:

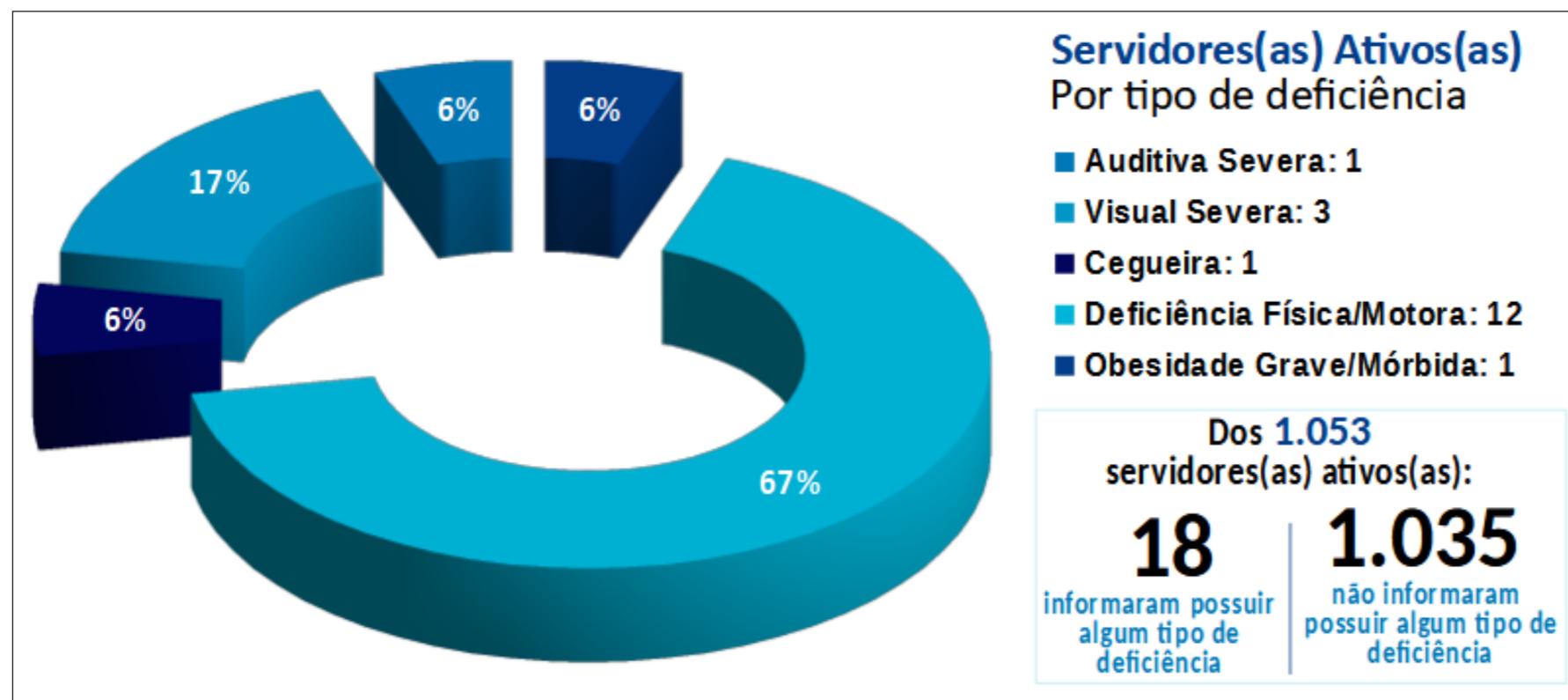
INDICADOR DO PEJEC 2021-2026	META	RESULTADO
Índice de Maturidade em Governança Pública	80,00%	82,18%
Índice de Governança das Aquisições	92,00%	92,59%
Índice de Governança de Pessoal	81,88%	81,88%
IGovTIC-JUD	65,00%	66,27%

Pela análise dos resultados de 2022, percebe-se uma importante **melhoria na maturidade em governança pública**, especialmente pela implementação de medidas presentes na Resolução CNJ nº 410/2021, que dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário. Contudo, ainda existe espaço para avanços nos próximos anos, tendo sido deliberado pelo Comitê Estratégico a atuação subsequente nos temas mais sensíveis para a melhoria do desempenho organizacional nos requisitos da boa governança: **Plano de Continuidade de Negócios, Plano de Continuidade de Serviço de TIC, Plano de Dados Abertos, Acordos de Nível de Serviço, Gestão de Ativos de TIC, Ocupações Críticas e Avaliação de Desempenho**.

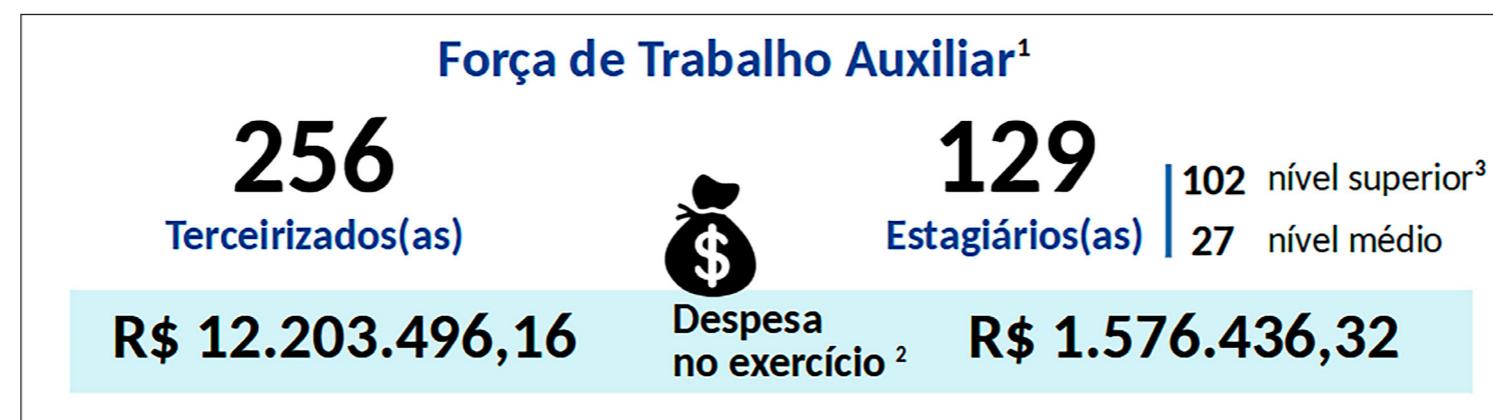
#### 4.4.7 PESSOAS E COMPETÊNCIAS

##### FORÇA DE TRABALHO EM NÚMEROS





<b>Servidores(as) Ativos(as)</b>	
Por raça	
Amarela	6
Branca	422
Indígena	2
Parda	527
Preta	26
Não informado	70
<b>Total</b>	<b>1.053</b>



<sup>1</sup> Quantitativo refere-se ao mês de dezembro/2022.

<sup>2</sup> Fonte: Dados fornecidos para o Justiça em Números, referente ao exercício completo de 2022.

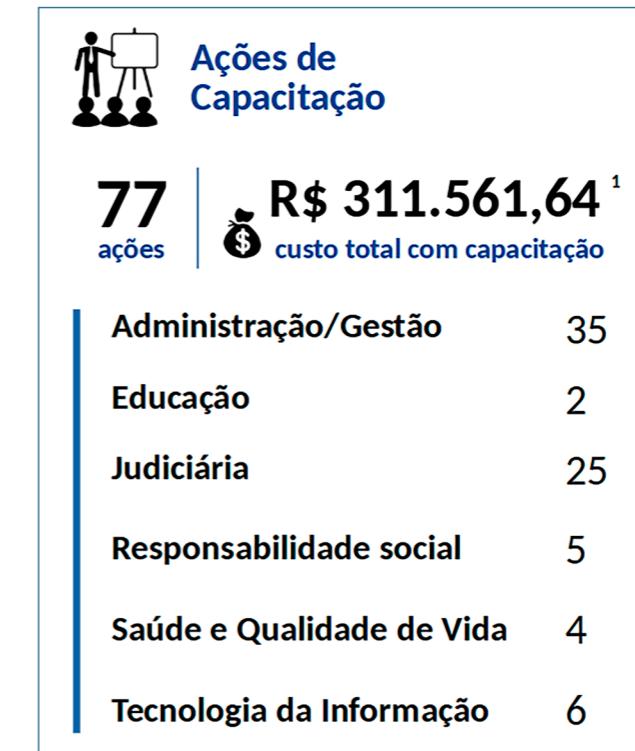
<sup>3</sup> Cursos: Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Jornalismo, Publicidade, Tecnologia e Informação (Desenvolvimento de Sistemas, Infraestrutura, Segurança da Informação e Suporte ao Usuário).

De acordo com o art. 3º, XI, da [Resolução TRE-CE nº 618/2016](#), o quantitativo e a estrutura remuneratória dos postos de trabalho de terceirizados e de estagiários são divulgadas no sítio eletrônico do Tribunal, independentemente de requerimento, por ser informações de interesse geral.

## CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em 2022, a Escola Judiciária Eleitoral do Ceará (EJE-CE) realizou **21 AÇÕES** de formação e aperfeiçoamento de servidores(as) e magistrados(as), incluindo **estudos preliminares para as eleições, oficinas, cursos e seminários**, abordando os temas a seguir.

TEMA	AÇÕES DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO REALIZADAS PELA EJE DO TRE-CE
ELEIÇÕES	Registros de candidaturas
	Preparação das urnas e segurança do processo
	Propaganda eleitoral
	Pesquisas eleitorais
	Prestação de contas eleitorais
	Desafios das Eleições 2022
DIREITO E PROCESSO ELEITORAL	Processo Judicial Eletrônico
	Representações e reclamações
	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)
	Representações especiais
	Ementas judiciais
	Execução fiscal de multas eleitorais
CIDADANIA	Visão sistemica do processo eleitoral
	Acessibilidade e inclusão no processo eleitoral
	Desinformação no processo eleitoral
	Fake news, redes sociais e eleições
	Liberdade de expressão e código de ética
	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)



## REVISTA SUFFRAGIUM

A revista [Suffragium do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará](#) alcançou reconhecimento acadêmico pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo classificada no nível B4 do Qualis Capes, sistema de classificação de periódicos para a avaliação de programas de pós-graduação.



A fim de adequar-se às normas da Qualis da CAPES, a revista passou por reformulação na política editorial, por meio da Resolução TRE nº 660/2017. A medida abrangeu a adoção do sistema OJS, que trouxe melhorias consideráveis ao periódico; a avaliação cega por pares dos artigos enviados e o aprimoramento do sistema de notificações aos(as) autores(as) e pareceristas.

Destaca-se, ainda, que o processo de reformulação da Suffragium alcançou, em 2022, o terceiro lugar na categoria Aprimoramento das Práticas Eleitorais do II Concurso de Boas Práticas das Escolas Judiciárias Eleitorais.



## RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Em 2022, o TRE-CE realizou recomposição da força de trabalho de duas formas:

- **REDISTRIBUIÇÃO** de cargos ocupados por servidora(s) de outros tribunais eleitorais;
- **PROVIMENTO** de cargos, mediante aproveitamento de candidata(s) aprovada(s) em concursos públicos de outros órgãos do Poder Judiciário, conforme autorização da Portaria TSE nº 502/2022, alterada pela Portaria TSE nº 1.078/2022.

RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO		
CARGO	PROVIMENTO	REDISTRIBUIÇÃO*
Analista Judiciário	3	1
Técnico Judiciário	8	5
<b>TOTAL DE CARGOS</b>	<b>11</b>	<b>6</b>

### PARA 2023 CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO

O TRE-CE participará de certame da Justiça Eleitoral, a ser realizado sob a coordenação do Tribunal Superior Eleitoral.

## ATUAÇÃO DE COMITÊS E COMISSÕES

### a) COMITÊ PERMANENTE DE ÉTICA (CPE)

#### AÇÕES

- Debate “Os limites da liberdade de expressão face ao Código de Ética dos Servidores(as) do TRE-CE”, realizado em 05.07.2022, em formato híbrido. O objetivo do evento, que contou com um público de **83 pessoas**, foi divulgar o Código de Ética para servidoras e servidores do TRE-CE e viabilizar o debate sobre seus dispositivos;
- Análise do conteúdo do curso “Ética, moral e disciplina na Administração Pública”, disponibilizado pelo TJDF, na modalidade EAD, de forma a adequar seu conteúdo às necessidades deste Regional;
- Instauração de um procedimento visando à apuração de infração disciplinar de menor potencial ofensivo, concluído de forma exitosa, com a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, nos moldes previstos na Resolução TRE-CE nº 816/2021;
- Atendimento às unidades do Tribunal e aos servidores e às servidoras, presencialmente ou por telefone/e-mail, prestando orientações sobre questões relacionadas ao Código de Ética do Tribunal.

### CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Resolução n.º 601/2015

Além disso, destaca-se a elaboração de **minuta de norma**, visando a alteração das **Resoluções TRE-CE nº 816/2021** (Termo de Ajustamento de Conduta) e **nº 601/2015** (Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará). A norma alteradora busca o aprimoramento das medidas destinadas à promoção da ética no âmbito do Justiça Eleitoral do Ceará, a delimitação objetiva dos limites entre o exercício do direito constitucional à livre expressão de pensamento e o dever dos(as) servidores(as) de manter a neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica, quando no exercício de suas funções, bem como aperfeiçoar a utilização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como mecanismo alternativo na resolução de conflitos disciplinares de menor gravidade.

### b) COMITÊ DE ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO

Com a crescente disseminação de notícias falsas, sobretudo em relação ao funcionamento da urna eletrônica, o enfrentamento à desinformação exigiu do TRE-CE diversas ações de esclarecimento, que demandaram o envolvimento de algumas de suas unidades, em articulação com o Comitê de Enfrentamento à Desinformação. As **ações** estão elencadas a seguir:

- Palestras para integrantes de órgãos de segurança pública, como Polícia Federal, Polícia Militar do Ceará, Polícia Civil do Ceará (STI);
- Palestra no 10<sup>a</sup> Região Militar;
- Palestras para estudantes de nível e superior, magistrados e corpo funcional do Tribunal;
- Assinatura de convênio com partidos políticos com o objetivo de colaborarem com a Justiça Eleitoral no enfrentamento à desinformação;
- Produção de conteúdo para mídias sociais;
- Participação no **Seminário Regional Democracia, Informação e Voto: Desafios das Eleições 2022**, organizado pela Corregedoria Regional;
- Participação no grupo Coalizão e Checagem, administrado pelo TSE;
- 92 ações diversas realizadas nos formatos virtual, presencial e híbrido, atingindo um público de 14.786 pessoas.

O Prêmio TRE-CE de Jornalismo teve como objetivo valorizar o trabalho de jornalistas, radialistas e fotojornalistas.

Trata-se de iniciativa inédita na Justiça Eleitoral do Brasil, em razão de seu foco exclusivo no enfrentamento à desinformação.

No certame, foram inscritos **20 projetos** nas seguintes categorias:

- radiojornalismo
- telejornalismo
- impresso e webjornalismo
- fotojornalismo



A relação dos projetos premiados e respectivas autorias pode ser consultada na [notícia](#) sobre o resultado do Prêmio.



Foto das pessoas agraciadas no Prêmio TRE-CE de Jornalismo.

#### c) COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL (CPEAMAS)

- Criação de endereço eletrônico e do logotipo, com o objetivo de disponibilizar um canal de acesso às(as) servidoras(es) do Tribunal, para envio de denúncias e reclamações ou ainda sugestões para fins de apreciação;

• Campanha de divulgação de cartilha sobre a violência, assédio moral e sexual, com o objetivo de propagar a existência de uma cartilha elaborada pela Comissão de Participação Feminina do TRE-CE sobre violência, assédio e discriminação, com definições e conceitos acerca do tema, tornando o assunto mais acessível à população em geral. A [divulgação](#) foi feita no Instagram do TRE-CE;

• Campanha de Orientação e esclarecimento sobre assédio moral, sexual e discriminação, com o objetivo de publicizar a existência da Comissão de Prevenção e Enfrentamento e a sua disponibilidade para receber notícia da prática de atos que possam vir a ser caracterizados como prática de assédio ou discriminação. A seguir, os [links para acesso](#) às postagens publicadas periodicamente, em forma de cards postados no [Instagram do TRE-CE](#), com conceitos retirados da [Resolução CNJ nº 351/2020](#):



<https://www.instagram.com/p/Cgb6getM67u/?igshid=ZTE2MDY0MWU=>  
<https://www.instagram.com/p/CghR2xBBn1/?igshid=ZTE2MDY0MWU=>  
<https://www.instagram.com/p/CgmbV77sP5q/?igshid=ZTE2MDY0MWU=>  
<https://www.instagram.com/p/CgzFnGDMfmR/?igshid=ZTE2MDY0MWU=>  
<https://www.instagram.com/p/Cg4PPtApMzH/?igshid=ZTE2MDY0MWU=>  
<https://www.instagram.com/p/ChHyzyzPise/?igshid=ZTE2MDY0MWU=>



#### d) COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO FEMININA (CPFem)

- Elaboração de cartilha informativa sobre assédio e violência doméstica e familiar;
- Realização de webinário sobre assédio em celebração ao Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março, com a presença da Profª Lola Aronovich e da Defensora Pública Noêmia Landim;
- Celebração de pacto de cooperação com a antiga Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS para mediar a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica pelas empresas contratadas pela Justiça Eleitoral para a prestação de serviços terceirizados;



- 2<sup>a</sup> colocação no Prêmio Margarida de Boas Práticas em Equidade de Gênero, promovido pelo Tribunal Regional Federal da 5<sup>a</sup> Região, na Categoria Poder Judiciário, com a iniciativa “Mulheres nos partidos políticos: por cotas reais”.

#### e) COMITÊ DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

O [Programa de Qualidade de Vida no Trabalho](#) foi instituído no TRE-CE por meio da [Portaria nº 521/2015](#), com o objetivo de criar projetos e ações destinados a melhoria das condições de trabalho, promovendo saúde, bem-estar, integração, conhecimento e valorização de seus servidores, buscando melhorar a satisfação dentro do contexto laboral e favorecer o comprometimento com a instituição.

As ações do Programa realizadas em 2022 podem ser consultadas no [Relatório Anual de Atividades](#).



#### f) LIODS-JECE

O Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Justiça Eleitoral do Ceará (LIODS) prospectou iniciativas alinhadas aos requisitos de inovação (Resolução CNJ nº 395/2021) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) idealizadas para o exercício de 2022, incentivando a execução dessas práticas no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará.



Dentre as práticas prospectadas pelo LIODS, O Comitê Estratégico aprovou o [plano de ação “NAS TRILHAS DA ACESSIBILIDADE E DA INCLUSÃO”](#), que foi executado pela [Comissão Permanente de Cidadania, Acessibilidade e Inclusão \(CPCA\)](#), com o apoio do LIODS e do Núcleo de Educação a Distância (NED). O plano de ação foi enviado ao CNJ para fins de cumprimento da [Meta 9 do Poder Judiciário: Estimular a Inovação no Poder Judiciário](#).

A ação culminou com a implantação da [TRILHA DE APRENDIZAGEM SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO](#), por meio de hotsite publicado nos portais de intranet e internet do TRE-CE, assegurando o cumprimento da Meta Nacional 9. Mais informações sobre o projeto estão disponíveis no [item 4.5.8](#).

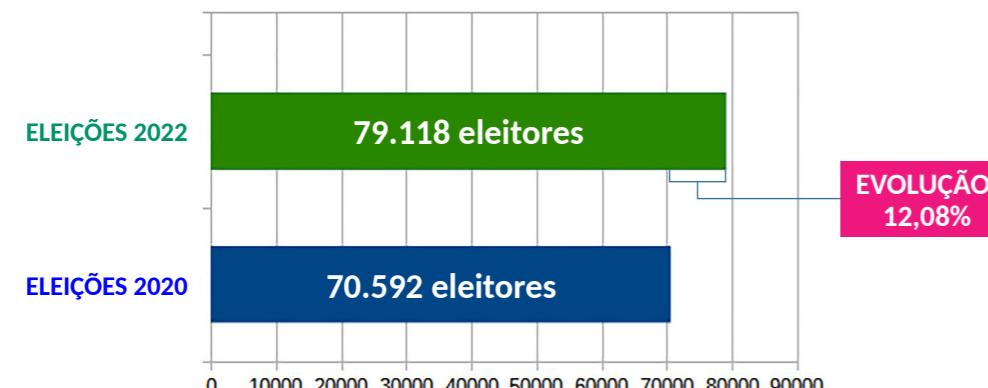
#### 4.4.8 ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

O [Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará](#) é executado por meio de [planos de ação](#) bienais, implementados e acompanhados pela [Comissão Permanente de Cidadania, Acessibilidade e Inclusão \(CPCA\)](#). A íntegra das ações realizadas e os principais resultados de 2022 encontram-se no [Relatório Anual de Atividades de Acessibilidade e Inclusão](#). Dentre elas, destacam-se:

## PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE

### Evolução do eleitorado com deficiência

(IDENTIFICAÇÃO PELO ASE 396\* - CEARÁ)



### COORDENADORES(AS) DE ACESSIBILIDADE

FINALIDADE: verificar as condições de acessibilidade dos locais de votação e atender às pessoas com deficiência nos dias de eleição.

1º TURNO	2º TURNO
COORDENADORES(AS)	COORDENADORES(AS)
520	496

### INTÉPRETES DE LIBRAS VOLUNTÁRIOS(AS)

FINALIDADE: captar voluntárias(os) para atuarem como intérpretes de Libras nos locais de votação.

ELEIÇÕES 2022
120 INTÉPRETES DE LIBRAS VOLUNTÁRIOS INSCRITOS



O [Plano de Ação - Nas Trilhas da Acessibilidade e da Inclusão](#) foi apresentado ao CNJ para fins de cumprimento da Meta 9 do Poder Judiciário em 2022.

A ação culminou com a implantação da [Trilha de aprendizagem sobre acessibilidade e inclusão](#), por meio de hotsite publicado nos portais de intranet e internet do TRE-CE.

No ambiente virtual da trilha, além da difusão de informação e de conhecimento sobre normas, conceitos, terminologias e elementos de capacitação, há ainda um espaço para compartilhamento e divulgação de boas práticas e de materiais educativos relacionados ao tema, encaminhados voluntariamente pelo TSE e pelos regionais de diversos estados.



A ação teve como objetivo promover a divulgação e o treinamento com a urna eletrônica, incluindo o uso de seus recursos assistivos.

Ao todo, foram realizados **48 EVENTOS** em municípios do interior do estado. Na capital, a ação aconteceu em **6 LOCAIS**, dentre eles o Instituto Cearense de Educação dos Surdos (ICES) e a Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC).



Para saber mais: [Relatório Anual de Atividades de Acessibilidade e Inclusão](#)



## SEÇÕES ELEITORAIS EM COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

BASE NORMATIVA	<ul style="list-style-type: none"> <li><a href="#">Resolução TRE-CE nº 434/2011</a></li> <li>Provimentos CRE-CE nº <a href="#">07/2011</a> e <a href="#">08/2011</a></li> </ul>
PLANO DE AÇÃO	<a href="#">Acessibilidade e inclusão nas eleições</a>



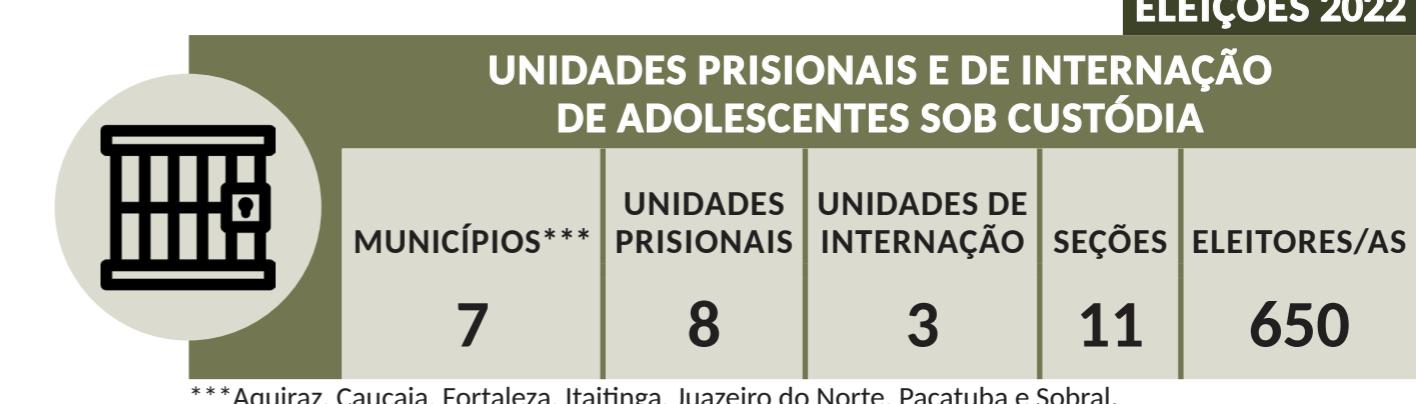
\*Acaraú, Aquiraz, Aratuba, Canindé, Caucaia, Crateús, Itapipoca, Itarema, Maracanaú, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Pacatuba, Poranga, Quiterianópolis, São Benedito e Tamboril.



\*\*Acaraú, Aquiraz, Aracati, Araripe, Baturité, Caucaia, Crateús, Croatá, Horizonte, Ipueiras, Itapipoca, Moraújo, Morrinhos, Pacajus, Pacujá, Porteiras, Potengi, Quiterianópolis, Quixadá, Salitre, São Benedito, Tamboril e Tururu.

## SEÇÕES ELEITORAIS EM UNIDADES PRISIONAIS E DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES SOB CUSTÓDIA

BASE NORMATIVA	<a href="#">Resolução TSE nº 23.669/2021</a> , art. 27, II
CONVÊNIOS	<ul style="list-style-type: none"> <li><a href="#">Convênio nº 7/2022</a> (com Secretaria de Administração Penitenciária)</li> <li><a href="#">Convênio nº 8/2022</a> (com Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo)</li> </ul>
PLANO DE AÇÃO	<a href="#">Voto de presos(as) provisórios(as) e de adolescentes em unidades de internação</a>



\*\*\*Aquiraz, Caucaia, Fortaleza, Itaitinga, Juazeiro do Norte, Pacatuba e Sobral.

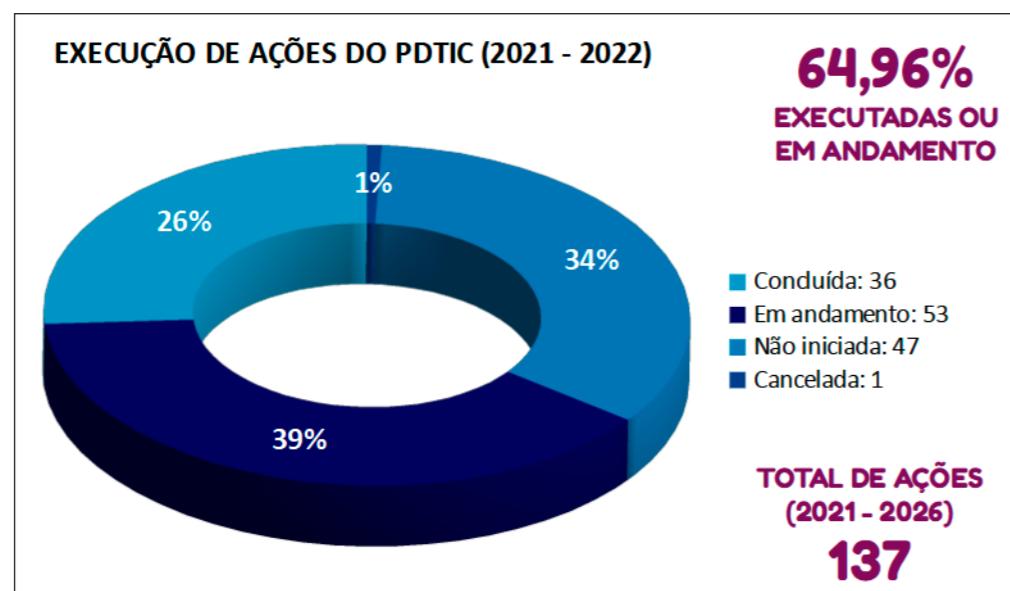


Para saber mais: [Secções instaladas em estabelecimentos penais e unidades de internação](#)

#### 4.4.9 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

##### PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC)

O [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC](#) é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Tem vigência entre 2021 e 2026, em linha com a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário – ENTIC-JUD ([Resolução CNJ nº 370/2021](#)) e com o Planejamento Estratégico Institucional ([Resolução TRE/CE nº 793/2020](#)).



##### PORATAIS DE INTERNET E DE INTRANET

Em 2022, houve o desenvolvimento e implantação de dois *hotsites*, que se encontram disponíveis na intranet e no portal do TRE-CE:



a) **Eleições 2022:** destinado à divulgação de conteúdos e informações sobre as diversas etapas de processo eleitoral de 2022;

b) **Trilhas de Aprendizagem:** destinado à implantação de trilhas temáticas de aprendizagem, para difusão de informação e de conhecimento sobre normas, conceitos, terminologias e elementos de capacitação e para divulgação de boas práticas e de materiais educativos relacionados aos temas específicos. O hotsite foi inaugurado com a [TRILHA DE APRENDIZAGEM SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO](#).



Conforme previsto no [PLANO DE AÇÃO – ACESSIBILIDADE NOS SÍTIOS ELETRÔNICOS](#), para o biênio 2021

- 2022, a Seção de Administração de Intranet e Internet do TRE-CE (SEWEB) realiza periodicamente a avaliação de acessibilidade das páginas do portal de internet do TRE-CE, utilizando o [Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios \(ASES\) do governo eletrônico](#). O processo consiste na verificação dos relatórios de avaliação de acessibilidade das páginas emitidos pelo ASEs e a implementação dos eventuais ajustes necessários.

Para agilizar a avaliação conjunta de várias páginas e a visualização das notas e arquivos de resultados, a SEWEB desenvolveu um programa que utiliza o ASEs, o que facilita sobremaneira a identificação e correção de não conformidades e de oportunidades de melhoria.

##### TRE-CE - ACESSIBILIDADE NOS PORTAIS

INTERNET	INTRANET
<b>96,76%</b> das páginas acessíveis	Páginas anteriormente avaliadas como de nível ruim (70 a 85%) passaram a: <b>Nível MÁXIMO</b> (acima de 95%)

##### DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E APRIMORAMENTO DE SISTEMAS

SISTEMAS DESENVOLVIDOS
Solicitação de Licenças Médicas
SELESP - Reescrita na linguagem Java
Diplomas NET
Votação do Comitê Gestor do 1º Grau

SISTEMAS IMPLANTADOS
Módulos do eSocial-JE para envio dos dados do eSocial
Módulos do JEREInf-JE para envio dos dados para RFB
BioPonto
InfoDip
SEI 4*
Orquestração de Containers Kubernetes
Supervisão e Aquisição de Dados Scada

\* O SEI foi implantado em substituição do PAD, com a disponibilização dos processos administrativos na Internet.

SISTEMAS APRIMORADOS	SISTEMAS ATUALIZADOS
Reescrita do Sistema de Gestão de Urnas Eletrônicas, Mídias e Suprimentos (SISCAMU)	
Expansão do Sistema de Controle de Substituição (SISUB) para todas as unidades da Justiça Eleitoral do Ceará	
Alteração do Sistema de Ouvidoria (SOU) para tratar ocorrências relacionadas à Ouvidoria da Mulher	
Implantação do acesso seguro via SSL aos sistemas	
Atualização da APPS junto ao TSE para utilização do WAF	
Reescrita e adaptação do Sistema de Auxílio-saúde para novas regras	
Elaboração de Painel para acompanhamento dos pagamentos da alimentação dos mesários	
Implementação de melhorias no sistema Convoca-e para as Eleições 2022.	
Implementação de melhorias no sistema Urnas para as Eleições 2022	
Manutenção do sistema CLC	
	TRANSPARÊNCIA na Internet
	EVENTOS - fornecido pelo TSE
	ALIMENTA - para integração com serviço de envio de PIX do Banco do Brasil
	URNAS - para integração com os novos serviços de consulta disponibilizados pelo TSE
	DIPLOMAS - para integração com os novos serviços de consulta disponibilizados pelo TSE e para viabilizar o uso do sistema Diplomas NET

## AQUISIÇÕES E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DE TIC

- Renovação completa do maquinário do **data center** com adoção de tecnologias hiperconvergentes, que permitem o aumento da capacidade de armazenamento e processamento do **data center**, ocupando um espaço menor.
- Renovação do parque de computadores do TRE-CE, com priorização de dispositivos móveis (*notebooks*).
- Investimento inédito em segurança da informação, com aquisições da ordem de **R\$ 6 milhões**, destacando-se:
  - Renovação completa, por meio de aquisição do TSE, da solução de antivírus;
  - Aquisição de solução inteligente de *backup* de dados em disco em alta disponibilidade (em implantação);
  - Aquisição de ferramenta para gerenciar, prevenir e mitigar vulnerabilidades na rede de dados do TRE-CE;
  - Aquisição de ferramenta de auditoria e análise de vulnerabilidades em Active Directory (AD), a base de dados de usuários, que deverá aumentar a proteção das identidades e credenciais dos usuários da rede de dados do TRE-CE;
  - Licenciamento de plataforma de conscientização em segurança da informação, que permitirá maior consciência e conhecimento dos usuários em relação ao tema (em contratação);
  - Aquisição nacional de software de segurança para o banco de dados Oracle, realizada sob coordenação da STI do TRE-CE, beneficiando 11 TREs (em implantação);
  - Aquisição de ferramenta de *firewall* de aplicações web (WAF), para aumentar a proteção das aplicações disponibilizadas pelo TRE-CE a seus usuários externos e internos (em implantação);
  - Aquisição e renovação de infraestrutura completa de *firewalls* de rede, viabilizando o acesso seguro à internet e à rede privada virtual (VPN) pelo TRE-CE.

#### 4.4.10 GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada a fim de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em quase de 2.200 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

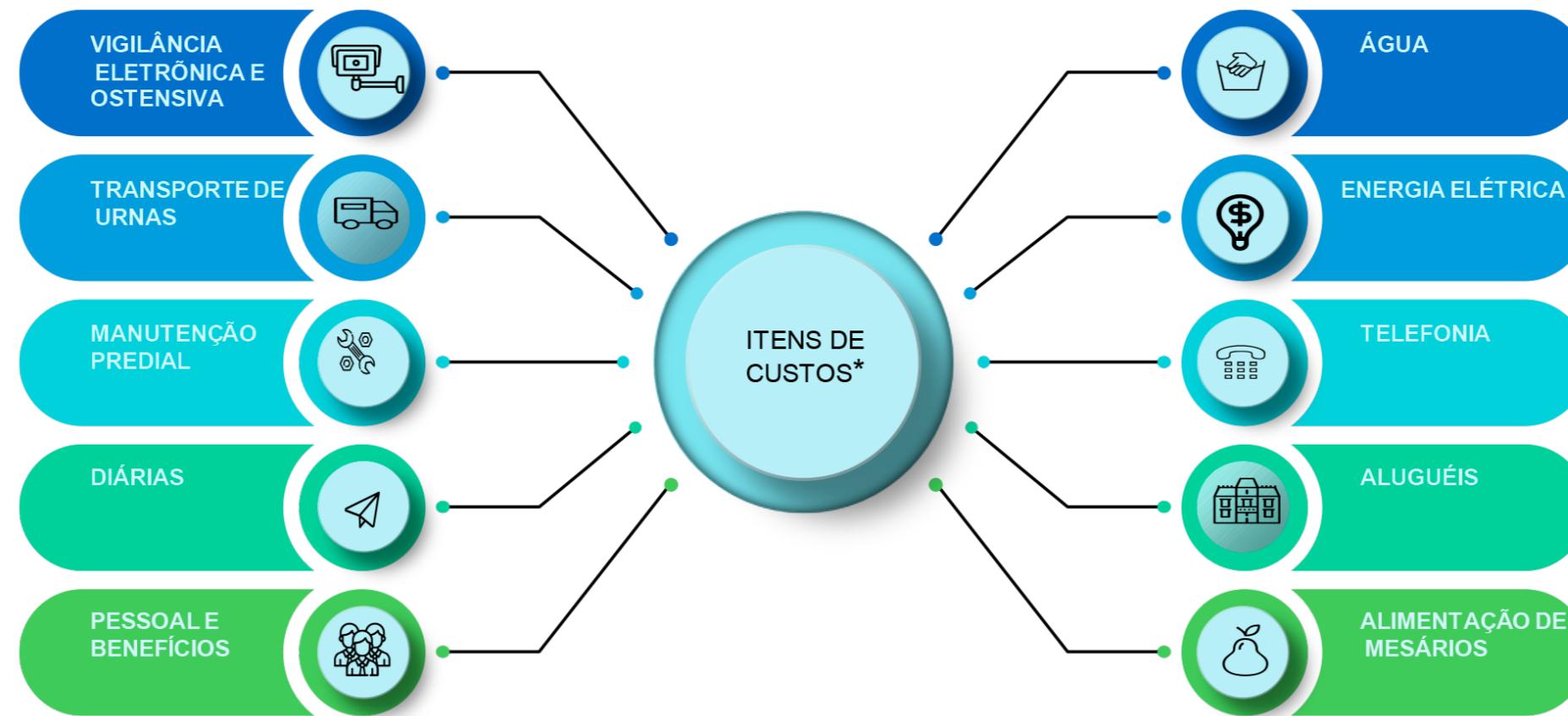
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, onde são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, sendo esta a Setorial de Custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



Nessa metodologia existem dois eixos de informações, “**Itens de Custos**” e “**Atividades/Serviços**”.

No eixo dos “**Itens de Custos**”, procura-se responder à questão “**Com o quê?**”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



\* Atualmente são 48 itens de custos.

No eixo das “**Atividades/Serviços**”, procura-se responder à questão “**Para quê?**”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados.

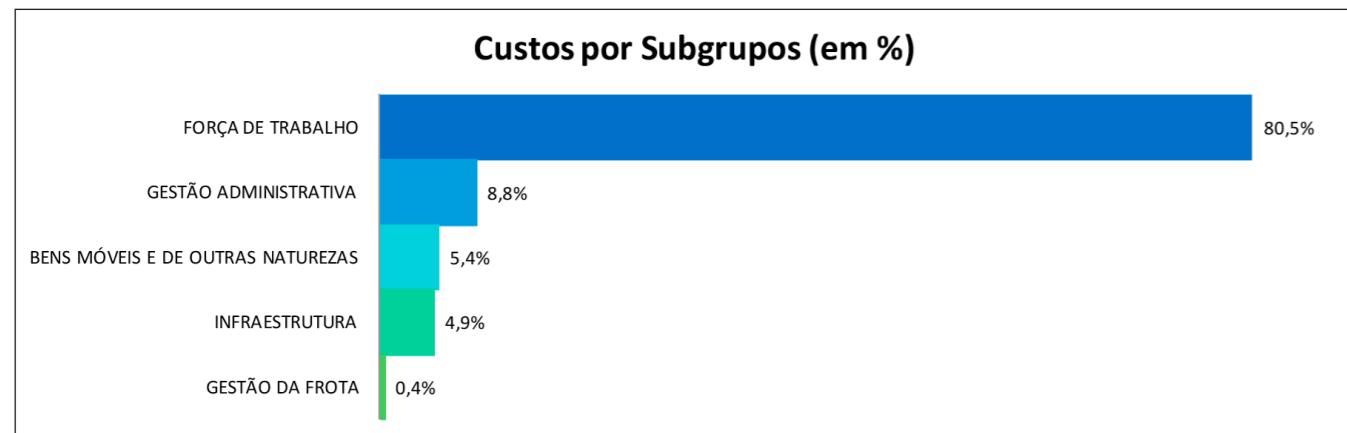


\* Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

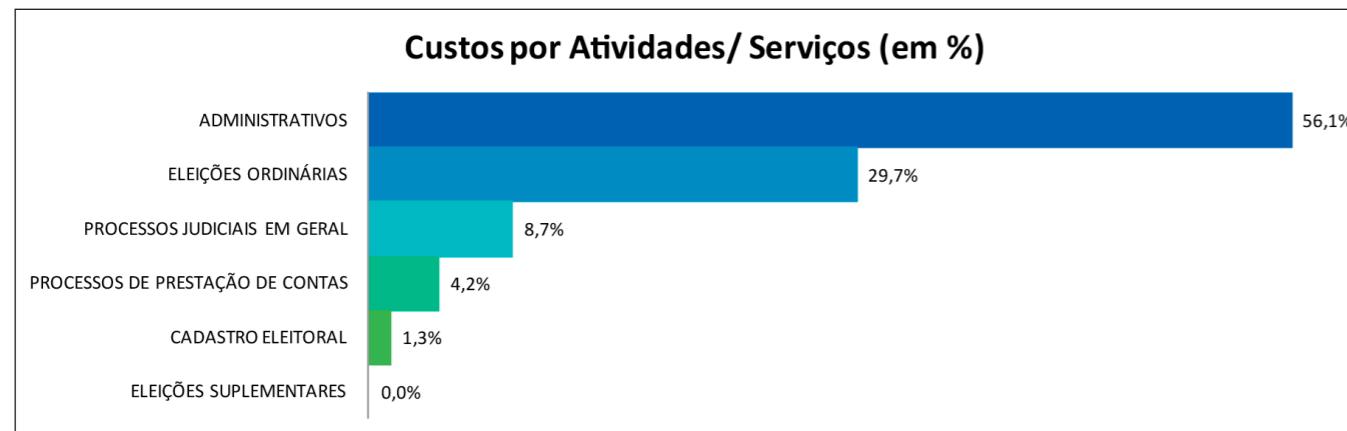
Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral do Ceará** no exercício de 2022, que somam um total de R\$ 270.205.972,18, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



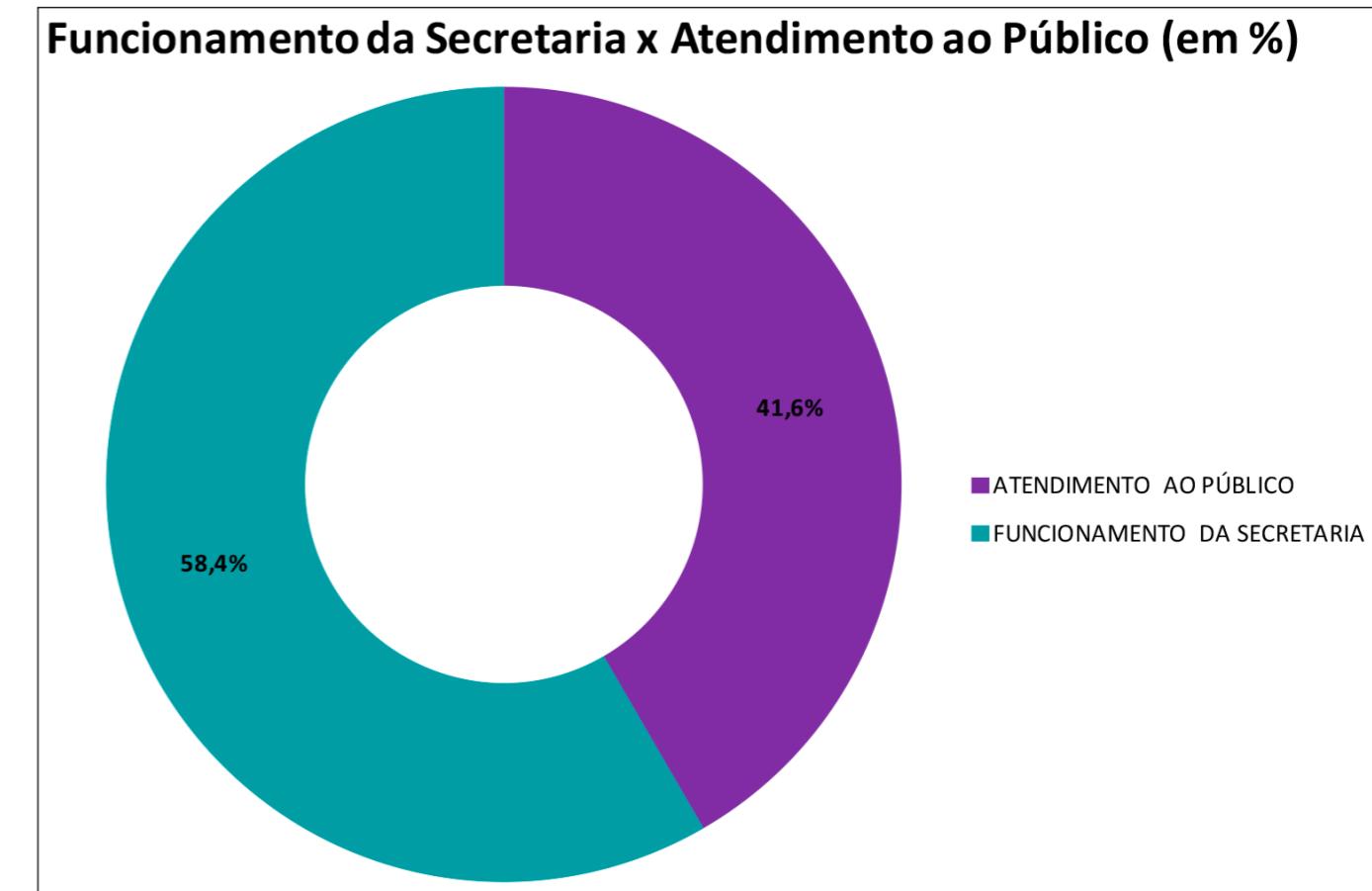
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de Subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.



*"A semente foi plantada.  
Cuidem para que brote, cresça  
e floresça com altitude".*

Pedra fundamental da nova Sede do TRE-CE

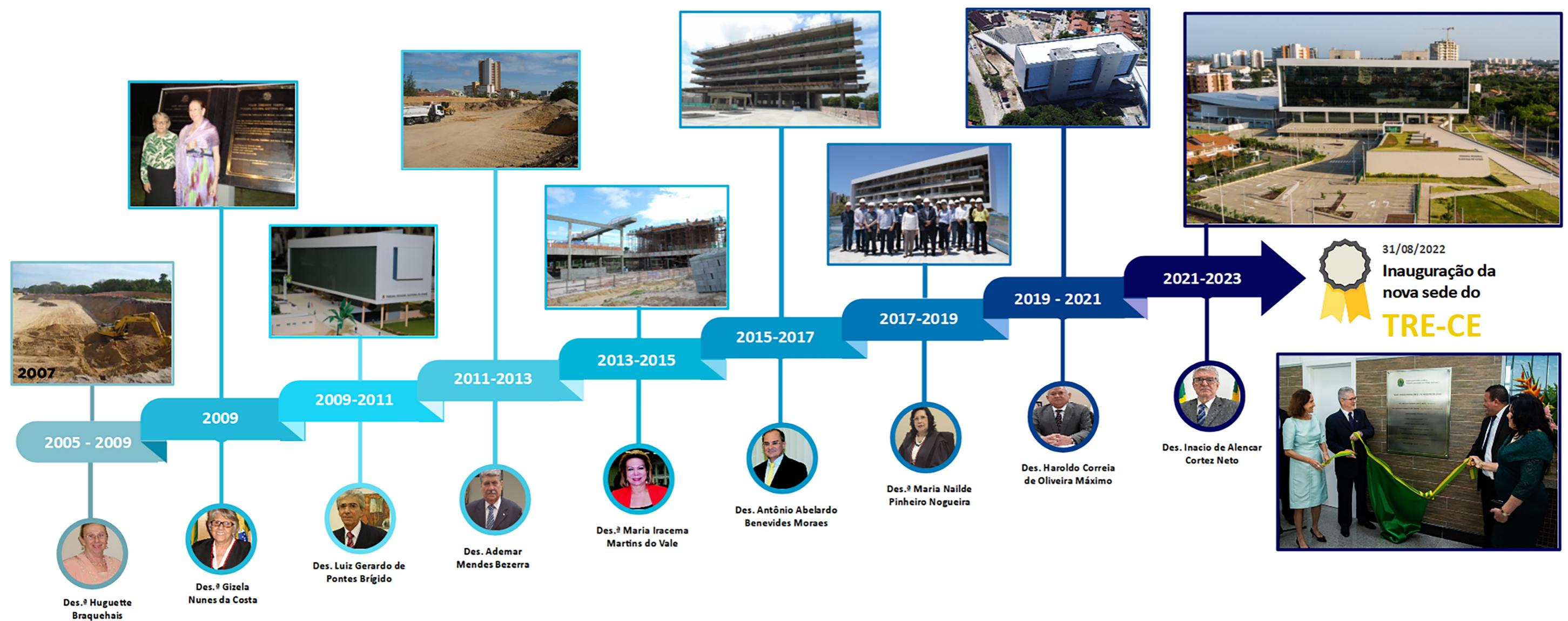
TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DO CEARÁ

#### 4.4.11 NOVA SEDE

Em 31 de agosto de 2022, foi inaugurada a **nova sede do TRE-CE**. A construção foi o maior projeto institucional durante diversas gestões. Essa trajetória iniciou-se em **2007**, quando foi adquirido o terreno, passando pelo início das obras, em **2013**, e atravessando inclusive a pandemia de Covid-19, que demandou ajustes importantes no cronograma de execução. Obra grandiosa, o complexo das novas instalações do Tribunal demandou um **orçamento total de R\$ 112.232.826,71**.

A conclusão da nova sede do Tribunal representa um marco histórico para a Justiça Eleitoral do Ceará, trazendo melhorias estruturais importantes, cujas instalações proporcionam melhor qualidade de vida no trabalho às servidoras e servidores, além de benfeitorias para a área no seu entorno, beneficiando a comunidade vizinha.

A placa da pedra fundamental da nova sede do TRE-CE traz inscrita a seguinte frase, da desembargadora Huguette Braquehais: “**A semente foi plantada. Cuidem para que brote, cresça e floresça com altitude**”. No exercício de 2022, colhem-se os frutos dos esforços de diversas gestões, e das servidoras e servidores deste Tribunal, a fim de que a nova sede do TRE-CE seja hoje uma realidade.



## O COMPLEXO NOVA SEDE

- Edifício Administrativo, onde funciona a Secretaria do Tribunal;
- Bloco de depósitos, incluindo espaço para armazenamento de urnas;
- Bloco de eventos, com auditório e salas de treinamento;
- Estacionamento para servidores e visitantes;
- Estação de tratamento de água;
- Estação de tratamento de esgoto;
- Ciclovia;
- Bicletário;
- Bosque;
- Área de passeio.

## NOVA SEDE EM NÚMEROS

- Área total do terreno: **39.860 m<sup>2</sup>**
- Área total construída: **29.506m<sup>2</sup>**
- Custo total: **R\$ 112.232.826,71**
- Vagas de estacionamento: **520**
- Auditorias TCU: **2**
- Reuniões da Comissão Fiscalizadora (Portaria TRE-CE n° 424/201): **168**
- Aumento de postos de trabalho: **47**

## MELHORIAS PARA A COMUNIDADE

- Pavimentação, asfaltamento e sinalização das ruas circunvizinhas;
- Manutenção do bosque;
- Implantação de estação do Projeto Bicicletar;
- Maior segurança, dada a grande movimentação no entorno das instalações;
- **Instalação da Central de Atendimento – Unidade Sul.**



## SUSTENTABILIDADE

- Painéis de fachada formados por vidros laminados refletivos de controle solar, que apresentam alto desempenho térmico;
- Painéis de alumínio composto nas fachadas leste e oeste;
- Instalação de brises e uso de telhas termoacústicas para um maior conforto térmico e melhor eficiência energética;
- Instalação de lixeiras para coleta seletiva.

#### 4.4.12 AQUISIÇÕES

O Índice de Gestão das Aquisições é um indicador do Planejamento Estratégico do TRE-CE que mede o desempenho do processo de gestão das aquisições através da quantificação de processos realizados com adoção de boas práticas (compras compartilhadas e sustentáveis).



#### AQUISIÇÕES EM NÚMEROS (2022)

- Cotações de preços: **210**
- Pregões realizados: **109**
- Informações prestadas: **303**
- Contratos firmados: **113**
- Convênios celebrados: **18**

#### NÚCLEO DE TERCEIRIZAÇÃO - NCT

Grande incremento nas atividades por conta do aumento inusitado de terceirizados, péssima saúde financeira das empresas e a falta de um servidor.

#### ALGUMAS DIFICULDADES NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO

- Insegurança dos fornecedores com o mercado
- Despreparo dos fornecedores
- Serviços e objetos atípicos
- Solicitações de urgência nas cotações
- Excesso de exigências para a habilitação
- Alterações de procedimentos por conta da nova Lei de Licitações
- Licitações não planejadas
- Três pregoeiras no serviço remoto

#### 4.4.13 PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

Atualmente o [acervo imobiliário](#) do Tribunal é composto (dezembro de 2022):

IMÓVEIS	<b>12</b> próprios	<b>18</b> cedidos sem ônus	<b>11</b> cedidos com ônus	<b>22</b> locados de terceiros	<b>49</b> compartilhados com terceiros (por força de cessão de uso, comodatos, convênios ou pactos de cooperação)
---------	-----------------------	----------------------------------	----------------------------------	--------------------------------------	---

Em 2022, foram assinados 6 (seis) [contratos](#) de locação, 2 (dois) [convênios](#) e 1 (um) pacto de cooperação visando à mudança de sede de cartórios eleitorais para imóveis que possibilitem melhores condições de trabalho aos servidores e de atendimento aos usuários.

<b>IMÓVEIS ALUGADOS</b>	
<b>CARTÓRIO ELEITORAL</b>	<b>VALOR MENSAL (R\$)</b>
43ª ZE – Jucás	750,00
92ª ZE – Barro	800,00
99ª ZE – Novo Oriente	2.424,00
71ª ZE – Caririaçu	2.500,00
8ª ZE – Aracati	2.800,00
70ª ZE – Brejo Santo	3.636,00

<b>IMÓVEIS CEDIDOS</b>
<b>CONVÊNIO</b>
10ª ZE – Jaguaribe
16ª ZE – Missão Velha
<b>PACTO DE COOPERAÇÃO</b>
23ª ZE – Uruburetama

Para 2023, com a inauguração da nova sede administrativa do TRE-CE e a efetiva ocupação pelos servidores, o [antigo prédio](#), situado no Centro de Fortaleza, está passando por ajustes e adaptações na infraestrutura e no *layout*, para sediar a **Diretoria do Fórum Eleitoral**, os **cartórios eleitorais** e a **Central de Atendimento ao Eleitor - CEATE**.

#### DESTAQUE

Criação do [painel de Business Intelligence](#) para gerenciar e dar transparência à gestão dos bens imóveis.

## USINAS FOTOVOLTAICAS

Em 2022, foram instaladas duas novas usinas fotovoltaicas, nos municípios de Tauá e Ibiapina, que, assim como a usina instalada no município de Crateús em 2020, promoveram melhorias significativas nos índices de economia do consumo de energia elétrica, conforme tabela a seguir.



INSTALAÇÃO	ZONA ELEITORAL	PERÍODO (2022)	CONSUMO / GERAÇÃO DE ENERGIA	KWH	ECONOMIA (%)
Dezembro/2020	20ª ZE - Crateús	Janeiro a Dezembro	Consumo de energia elétrica	7.287,00	<b>130,48</b>
			Geração de energia fotovoltaica	9.508,25	
Julho/2022	19ª ZE - Tauá	Julho a Dezembro	Consumo de energia elétrica	5.796,00	<b>216,24</b>
			Geração de energia fotovoltaica	12.533,04	
Dezembro/2022	73ª ZE - Ibiapina	Dezembro	Consumo de energia elétrica	664,53	<b>118,16</b>
			Geração de energia fotovoltaica	785,18	

Geração de energia fotovoltaica  
**MAIOR QUE**  
Consumo de energia elétrica

## DEFAZIMENTO DE BENS MÓVEIS

Em 2022, foram beneficiadas três entidades com o recebimento de bens inservíveis.

CLASSIFICAÇÃO DOS BENS DOADOS	ENTIDADES BENEFICIADAS
Bens em estado bom, ocioso e obsoleto	Associação de Combate ao Câncer Infantojuvenil (Associação Peter Pan – APP)
Bens antieconômicos	Associação dos Missionários da Solidariedade (Lar Amigos de Jesus)
Bens irrecuperáveis (sucata)	Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu – SOCRELPI



Para saber mais: [defazimento de bens móveis](#), no portal do TRE-CE na internet.

# 5

## INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



## 5.1 SITUAÇÃO E DESEMPENHO FINANCEIRO, ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL

Para se efetuar uma análise comparativa entre a execução orçamentária dos exercícios 2021 e 2022, tomando-se por base a despesa autorizada e seus montantes empenhados, liquidados e pagos, utilizou-se da segregação da despesa por categoria, quais sejam:

- a) **despesas de pessoal** (englobando a despesa pertencente ao Grupo Natureza de Despesa – GND 1);
- b) **despesas de custeio** (toda despesa pertencente ao Grupo Natureza de Despesa – GND 3, exceto benefícios, os quais foram adicionados ao gasto de pessoal); e
- c) **despesas de investimento** (englobando todas as despesas do GND 4).

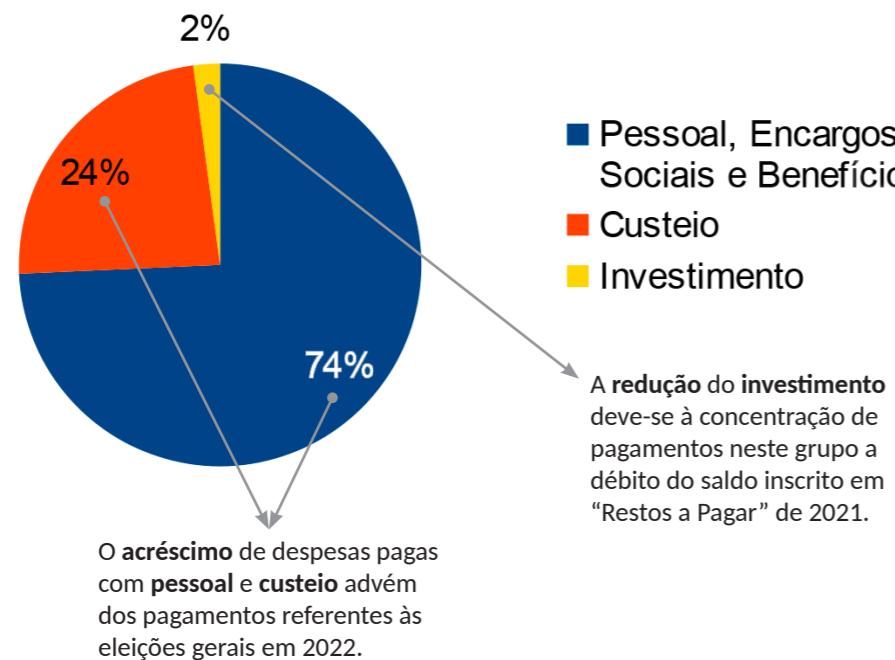
**DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS**  
(comparativo entre os exercícios de 2021 e 2022)

DESPESA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2022				
	DOTAÇÃO AUTORIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)	RESTOS A PAGAR (PROC E NPROC) PAGOS (R\$)
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	262.497.716,65	262.496.756,19	255.141.962,95	255.072.965,03	1.723.577,16
Custeio	59.718.749,58	57.458.105,84	43.596.002,10	42.075.177,28	2.246.312,17
Investimento	7.009.854,00	6.301.069,46	2.154.383,50	2.150.505,80	14.186.492,57
<b>TOTAL</b>	<b>329.226.320,23</b>	<b>326.255.931,49</b>	<b>300.892.348,55</b>	<b>299.298.648,11</b>	<b>18.156.381,90</b>

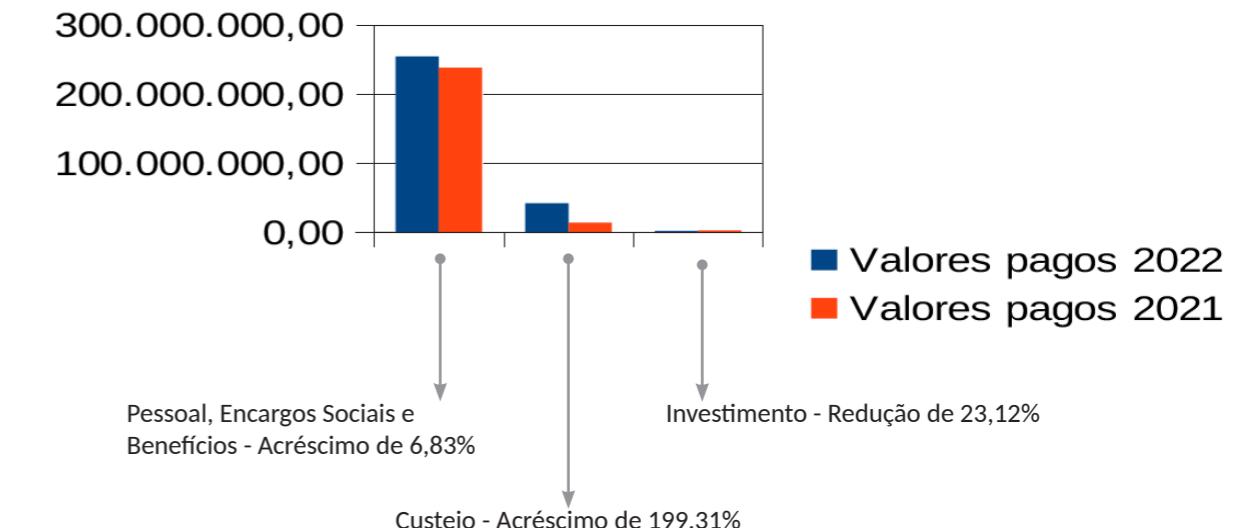
DESPESA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2021				
	DOTAÇÃO AUTORIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)	RESTOS A PAGAR (PROC E NPROC) PAGOS (R\$)
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	245.247.032,86	245.225.571,91	238.763.919,21	238.763.919,21	1.649.413,54
Custeio	18.051.691,20	18.048.331,92	14.439.764,69	14.057.328,52	3.191.864,00
Investimento	7.130.630,00	6.847.105,28	2.881.277,11	2.881.277,11	11.284.633,80
<b>TOTAL</b>	<b>270.429.354,06</b>	<b>270.121.009,11</b>	<b>256.084.961,01</b>	<b>255.618.466,67</b>	<b>16.125.911,34</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

## Composição da Dotação autorizada



## Valores Pagos - Comparativo 2022/2021



Quando são comparadas as despesas discricionárias pagas em 2022 e o limite de gasto estabelecido, temos:

### QUADRO DEMONSTRATIVO

Valores pagos em 2022 – Despesas Discricionárias

<b>VALOR PAGO</b>	
DO EXERCÍCIO	R\$ 22.996.395,60
RESTOS A PAGAR	R\$ 16.373.332,01
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 39.369.727,61</b>
LIMITE DE PAGAMENTO*	R\$ 51.550.320,00
<b>SUPERAVIT FINANCEIRO**</b>	<b>R\$ 12.180.592,39</b>

\* Portaria TSE nº 31 de 19 de janeiro de 2023 (DOU nº 15, Seção 1, pág. 44).

\*\* A inexecução do limite autorizado deve-se ao atraso na ocupação do novo edifício-sede, inaugurado em 31 de agosto de 2022.

Assim, alguns contratos previstos de manutenção geral ainda não foram efetivados, e os contratos vigentes não correspondem ao período completo.

A execução do crédito orçamentário disponibilizado para 2022, em todas as fases da despesa, pode ser inferida em cada ação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual, conforme o quadro que segue:

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO AUTORIZADA + PROVISÃO RECEBIDA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
0181 Aposentadorias e Pensões Civis	40.189.626,00	40.189.626,00	39.644.643,60	39.644.643,60
0625 Sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor	3.972,27	3.972,27	3.972,27	3.972,27
09HB Contribuição patronal ao RPPS	31.119.612,00	31.119.612,00	29.855.394,05	29.855.394,05
2004 Assistência Médica e Odontológica a Servidores Civis	8.367.290,00	8.367.290,00	8.366.104,10	8.366.104,10
20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	37.284.556,04	35.780.997,92	24.290.379,25	22.992.423,33
20TP Ativos Civis da União	159.634.510,00	159.634.510,00	156.987.202,38	156.924.906,86
212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores	9.518.777,00	9.518.777,00	9.058.764,26	9.058.764,26
219Z Conservação e recuperação de ativos de infraestrutura	1.432.252,00	0,00	0,00	0,00
4269 Pleitos Eleitorais	41.675.724,92	41.641.146,30	32.685.888,64	32.452.439,64
<b>TOTAL</b>	<b>329.226.320,23</b>	<b>326.255.931,49</b>	<b>300.892.348,55</b>	<b>299.298.648,11</b>

O quadro a seguir mostra a **despesa empenhada** em nível de elemento de despesa para cada **Grupo de Natureza de Despesa** (GND):

GND 1 - DESPESA EMPENHADA		
ELEMENTO	EXECUTADO (R\$)	EXECUTADO (%)
01 Inativos	27.659.244,39	11,31
03 Pensões	12.292.002,13	5,03
07 Contribuições a entidade fechada previdência	406.797,16	0,17
11 Ativos - Vencimentos/Vantagens	155.089.337,78	63,40
13 Obrigação Patronal ao RPPS	31.801.814,41	13,00
16 Ativos Despesas Variáveis	16.123.693,74	6,59
92 Despesas Exercícios Anteriores	1.165.556,66	0,48
96 Ressarcimento Pessoal Requisitado	72.242,92	0,030
<b>TOTAL</b>	<b>244.610.689,19</b>	<b>100,00</b>

Despesas com Ativos equivalem a  
**83,57%**  
 do total do GND 1 - Despesa Empenhada

GND 3 - DESPESA EMPENHADA		
ELEMENTO	EXECUTADO (R\$)	EXECUTADO (%)
08 Benefícios Assistenciais	1.328.214,24	1,76
14 Diárias	1.938.862,53	2,57
30 Material de Consumo	4.708.521,29	6,25
31 Campanhas Educativas	7.360,00	0,01
33 Passagens	2.165.219,91	2,87
36 Outros Serviços PF	1.425.380,92	1,89
37 Terceirização	18.799.528,59	24,95
39 Outros Serviços PJ	22.459.863,54	29,81
40 Serviços de TI	5.365.553,97	7,12
46 Auxílio-Alimentação	8.137.731,91	10,80
47 Obrigações Tributárias	66.398,20	0,09
49 Auxílio-Transporte	41.040,00	0,05
92 Despesas Exercícios Anteriores	266.095,46	0,35
93 Indenizações	8.634.402,28	11,46
<b>TOTAL</b>	<b>75.344.172,84</b>	<b>100,00</b>

Esses percentuais correspondem a  
**54,76%**  
do total do GND 3 -  
Despesa Empenhada

**97%**  
do valor atribuído  
corresponde a  
Assistência Médica

GND 4 - DESPESA EMPENHADA		
ELEMENTO	EXECUTADO (R\$)	EXECUTADO (%)
40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	594.800,00	9,44
52 Equipamentos e Material Permanente	5.706.269,46	90,56
<b>TOTAL</b>	<b>6.301.069,46</b>	<b>100,00</b>

GND 1 - DESPESA PAGA		
ELEMENTO	EXECUTADO (R\$)	EXECUTADO (%)
01 Inativos	27.395.814,75	11,53
03 Pensões	12.092.002,13	5,09
07 Contribuições a entidade fechada previdência	379.306,20	0,16
11 Ativos - Vencimentos/Vantagens	154.118.828,90	64,85
13 Obrigação Patronal ao RPPS	30.416.943,60	12,80
16 Ativos Despesas Variáveis	12.112.860,38	5,10
92 Despesas Exercícios Anteriores	1.076.508,25	0,45
96 Ressarcimento Pessoal Requisitado	55.832,46	0,02
<b>TOTAL</b>	<b>237.648.096,67</b>	<b>100,00</b>

Despesas com **Ativos**  
equivalem a  
**82,93%**  
do total do GND 1 -  
Despesa Paga

GND 3 - DESPESA PAGA		
ELEMENTO	EXECUTADO (R\$)	EXECUTADO (%)
08 Benefícios Assistenciais	1.060.948,46	1,78
14 Diárias	1.938.862,53	3,26
30 Material de Consumo	4.293.766,71	7,22
31 Premiações culturais artísticas, científicas	7.360,00	0,01
33 Passagens	1.558.045,31	2,62
36 Outros Serviços PF	1.266.943,09	2,13
37 Terceirização	9.969.888,82	16,76
39 Outros Serviços PJ	20.424.453,30	34,33
40 Serviços de TI	2.071.979,66	3,48
46 Auxílio-Alimentação	7.963.508,67	13,38
47 Obrigações Tributárias	45.565,52	0,08
49 Auxílio-Transporte	22.516,28	0,04
92 Despesas Exercícios Anteriores	261.867,34	0,44
93 Indenizações	8.614.339,95	14,48
<b>TOTAL</b>	<b>59.500.045,64</b>	<b>100,00</b>

Esses percentuais  
correspondem a  
**51,08%**  
do total do GND 3 -  
Despesa Paga

GND 4 - PAGO		
ELEMENTO	EXECUTADO (R\$)	EXECUTADO (%)
52 Equipamentos e Material Permanente	2.150.505,80	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.150.505,80</b>	<b>100,00</b>

## 5.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A realização da Conformidade Contábil deste TRE-CE compete à **Seção de Análise e Conformidade Contábil**, que se encontra inserida no organograma da **Coordenadoria Contábil e Financeira da Secretaria de Orçamento e Finanças**, e possui suas atribuições elencadas na forma do art. 24, II, c, da Resolução TRE-CE nº 303, de 13 de setembro de 2006, e suas alterações.

A conformidade contábil das demonstrações é realizada mensalmente de acordo com os procedimentos descritos no Manual do Sistema **SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira**, sistema do Governo Federal ao qual encontram-se conveniados todos os órgãos do Poder Judiciário da União. Este processo visa assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no referido sistema, onde executam-se os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Os demonstrativos disponibilizados para a **Unidade Gestora 070007 - TRE-CE** abrangem as seguintes demonstrações contábeis consolidadas deste Tribunal:

- **Balanço Patrimonial** – evidencia os ativos e passivos do órgão;
- **Balanço Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- **Balanço Financeiro** e a **Demonstração dos Fluxos de Caixa** – visam demonstrar o fluxo financeiro do órgão no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

A **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** não se encontra disponível no sistema SIAFI Web em nível de unidade gestora e sim, mas apenas em nível de órgão (unidade setorial), o que torna prejudicada sua inserção neste Relatório de Gestão.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com a **Lei nº 4.320/1964**, a **Lei Complementar nº 101/2000 - LRF**, as **Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBC TSP**, os **Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição - MCASP** e o **Manual SIAFI**.

## 5.3 NOTAS EXPLICATIVAS

As **Notas Explicativas** são instrumentos que subsidiam a análise dos demonstrativos contábeis extraídos do Sistema SIAFI. Elas permitem ampliar a compreensão da atuação e da situação financeira do TRE-CE no exercício de 2022, evidenciando os fatos contábeis, grupos de contas ou contas individualizadas mais relevantes.

## 5.4 DECLARAÇÃO DA CONTADORA RESPONSÁVEL

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2022, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Fortaleza-CE, 31 de janeiro de 2023.

**Diana Anastácio Carvalho**

Nº Registro: CRC/CE-016228/O-8

Contadora Responsável do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

## 5.5 CONFORMIDADE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

BASE NORMATIVA
• <a href="#">Constituição Federal de 1988</a> (incluindo a <a href="#">EC nº 95/2016</a> )
• <a href="#">Lei nº 4.320/1964</a>
• <a href="#">Decreto nº 93.872/1986</a>
• <a href="#">Lei Complementar nº 101/ 2000</a>
• <a href="#">Lei nº 13.971/2019</a> (Plano Plurianual)
• <a href="#">Lei nº 14.194/2021</a> (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
• <a href="#">Lei nº 14.303/2021</a> (Lei Orçamentária Anual)

A conformidade da gestão orçamentária, financeira e contábil encontra-se fundamentada em informações extraídas dos seguintes sistemas gerenciais:

- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – **SIAFI**;
- Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – **SIOP**;
- Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária – **SIGEPRO**;
- Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – **SIGEC**;
- **TESOURO GERENCIAL**; e
- Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – **SICONFI**.

No exercício de 2022, não foram observadas distorções relevantes que comprometessesem a fidedignidade da gestão contábil e financeira da UG, fato refletido na **conformidade dos registros contábeis, sem restrição**, referente ao encerramento do exercício, em 20/01/2023.

Os responsáveis, durante o exercício de 2022, pela Conformidade Contábil, em ambiente SIAFI, da unidade gestora de execução do TRE-CE são os titulares da **Seção de Análise e Conformidade Contábil - SANAC** e, subsidiariamente, o titular da -, respectivamente Diana Anastácio Carvalho e Iberê Comin Nunes.

